

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO

Beatriz Mello de Albuquerque

**ANÁLISE BIOECOLÓGICA DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO
SEXUAL**

RIO GRANDE – RS
2010

Beatriz Mello de Albuquerque

**ANÁLISE BIOECOLÓGICA DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO
SEXUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Dr^a Maria Angela Mattar Yunes

RIO GRANDE – RS
2010

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas a agradecer!

Mas primeiramente agradeço a Deus pelas graças alcançadas, pela família e os amigos que tenho, sem eles, jamais teria conseguido.

À minha querida orientadora Maria Angela, pela amizade, carinho e dedicação, que sabe dos obstáculos enfrentados e sempre se mostrou disposta a ouvir, aconselhar e me incentiva a prosseguir.

À minha querida filha Marina, razão das minhas lutas e conquistas.

Ao meu marido Cleber, pela disposição e coragem de construir uma nova vida, pelo apoio e incentivo a continuar a vida acadêmica.

À equipe do CREAS pelo acolhimento carinhoso e a atenção dispensados ao longo da pesquisa.

Às professoras Clarissa e Ivalina pelas contribuições teóricas e metodológicas durante a qualificação, que enriqueceram muito este trabalho.

Às famílias que participaram desta pesquisa pela acolhida, atenção e respeito, por acreditar na importância deste trabalho para melhoria do Serviço oferecido a comunidade.

Em especial as amigas Narjara e Daniele companheiras de longa data, que muito contribuíram na elaboração desta dissertação.

Aos colegas de trabalho da escola Manoel Mano, em especial a equipe diretiva pela amizade, apoio, incentivo dispensado.

RESUMO

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para o atendimento e proteção imediata das vítimas destas modalidades de violência, bem como de seus familiares. Este estudo buscou realizar uma análise das práticas sociais e relacionais da equipe de agentes sociais para com os usuários do Serviço de atendimento na cidade de Rio Grande/RS e investigou as relações/interações das famílias vitimizadas com os profissionais. A pesquisa é de cunho qualitativo, na linha de pesquisa da Educação Ambiental não formal. Teve como base a Inserção Ecológica, metodologia que requer a imersão do pesquisador no ambiente investigado e está referendada na teoria bioecológica de desenvolvimento humano. Foram entrevistados individualmente dois técnicos responsáveis pelo Serviço, a saber: um psicólogo, um assistente social; e duas famílias usuárias do mesmo Serviço, indicadas como participantes pelos técnicos. Os procedimentos de entrevista foram padronizados e utilizados para técnicos e familiares. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas qualitativamente seguindo os passos da *grounded-theory*. Os resultados apontaram que tanto os técnicos como os usuários do Serviço se sentem satisfeitos com os atendimentos e acreditam na sua eficácia. Pode-se observar uma relação deste fato com a diversidade de metodologias de abordagem desenvolvidas e o trabalho comprometido dos profissionais, tanto nos grupos psicoterapêuticos, como nos grupos de cuidadores. Os profissionais consideram que o número de casos de reincidência após a alta do atendimento é baixo. As crianças e adolescentes revelaram que gostam de ir aos atendimentos e as cuidadoras referendaram esta apreciação, afirmando que estes aprendem a lidar com o “problema” sem julgamentos pelo fato ocorrido. Todos revelaram que saem das reuniões com sentimentos de calma e tranquilidade. Pode-se concluir que, no município pesquisado, o Serviço está atingindo seus objetivos enquanto política pública nacional, pois as famílias referiram a real interrupção da situação de violência. Isso colabora para minimizar os danos psicológicos dos envolvidos e facilita a superação do sofrimento causado na família. Em conclusão, pode-se constatar que são três os fatores cruciais para a obtenção de resultados satisfatórios no tratamento às vítimas de violência sexual: a vinculação e a confiança das famílias no tratamento, a troca de experiências entre os cuidadores envolvidos nestas situações e as crenças otimistas dos profissionais do Serviço responsável nas possibilidades de superação dos usuários.

Palavras chave: crianças/adolescentes, abuso sexual, cuidadores, técnicos do serviço.

ABSTRAC

The Service for Combating Violence, Abuse and Sexual Exploitation of Children, offers a set of procedures for specialized support and immediate protection of victims of these forms of violence attending also the families. This study aimed to do an analysis of the social professional's team relational practices towards the service users in the city of Rio Grande / RS. It also aimed to investigate the relationships / interactions of families victimized with those professionals. The research is qualitative, in-line with the non-formal studies of Environmental Education. The Project was based on the Ecological Engagement methodology which requires the researcher's immersion in the investigated environment and it is referenced by the bioecological theory of human development. Two professionals were individually interviewed: one psychologist and one social worker, plus two families who use the same service. The families were indicated by the social agents. The interview procedures were standardized and used for the professionals and families. All interviews were taped, transcribed and qualitatively analyzed by following the steps of the grounded-theory. The results showed that both the agents and service users feel satisfied with the care received and also believe in its effectiveness. It is possible to observe a relationship between this fact with the diversity of methodological approaches developed in addition to the committed work of the professionals, both in the psychotherapy groups, or in the caregiver groups. The professionals consider that the number of cases of relapse after discharge from the service is low. Children and adolescents showed that they like to go to the Service and their caregivers endorsed this assessment, claiming that they learn to deal with the "problem" without feeling judged by the fact that happened to them. All participants meetings showed that they come out of the meetings with feelings of calm and tranquility. It can be concluded that the studied Service in this city is achieving its goals as a National Public Policy as the families reported the real cessation of the situation of violence. This helps to minimize the psychological damage of all participants and facilitates the overcoming of suffering caused in the whole family. In conclusion, there are three crucial factors to achieve satisfactory results in treating victims of sexual violence: the binding and confidence of families in the offered treatment, the exchange of experiences among care takers involved in these situations and the optimistic beliefs on the procedures of the Service by the professionals as well the same beliefs in the service users' possibilities of overcoming the suffering.

Key words: children / adolescents, sexual abuse, caregivers, social professionals.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO II- INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS.....	12
2.1. TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E AS INTER- RELACIONES ENTRE O SERVIÇO E AS FAMÍLIAS ATENDIDAS.....	12
2.2. HISTÓRICO DA VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA, DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL..	15
2.2.1 Violência doméstica.....	19
2.2.2 Abuso Sexual	22
2.2.3 Exploração sexual contra crianças e adolescentes	27
2.3. FAMÍLIAS E SUAS PRÁTICAS E ESTILOS PARENTAIS: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	31
2.4. INTERAÇÕES ENTRE OS PROFISSIONAIS E OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO SOCIAL	33
2.5. SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	36
CAPÍTULO III - MÉTODO.....	39
3.1. CONTEXTO DA PESQUISA	39
3.1.1 Sede do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	39
3.1.2 Residência das famílias usuárias pelo Serviço.....	40
3.1.3 Participantes	40
3.2. PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	41
3.2.1 Visitas sistemáticas a sede do Serviço	41
3.2.2 Diário de campo	42
3.2.3 Entrevistas com os profissionais	42
3.2.4 Entrevistas com as famílias.....	43
3.2.5 Considerações éticas	43
3.3. ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS	44
CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
4.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE.....	45
4.2. DESCRIÇÃO DA DINÂMICA DE ATENDIMENTO/TRATAMENTO	48

4.3. RESULTADOS DA INSERÇÃO NO SERVIÇO REGISTRADOS NO DIÁRIO DE CAMPO.....	51
4.4. ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DO SERVIÇO: PERCEPÇÕES, SENTIMENTOS E CRENÇAS DOS PROFISSIONAIS	52
4.4.1 Formação dos profissionais.....	53
4.4.2 Atuação dos profissionais no Serviço	54
4.4.3 Resultado do trabalho dos técnicos	57
4.4.4 Características das famílias atendidas no Serviço, segundo a percepção dos técnicos .	60
4.4.5 Causas da violência familiar segundo os técnicos do Serviço	62
4.4.6 A Relação das famílias com a comunidade: a percepção dos técnicos.....	66
4.4.7 Descrição das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	68
4.4.8 Descrição do agressor	69
4.5. ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO	70
4.5.1 Entrevista com a família A.....	71
4.5.2 Entrevista com a família B	73
4.5.3 Síntese das entrevistas com as famílias.....	76
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	93
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO COORDENADORA DO CREAS	94
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS.....	95
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO PSICÓLOGA DO CREAS	96
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO REPRESENTANTE DA FAMÍLIA	97
ANEXO E - ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS.....	98
ANEXO F - FICHA SÓCIO DEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS	99
ANEXO G - ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS	100
ANEXO H - FIGURA 1 RENDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO	101
ANEXO I - FIGURA 2 BAIRROS DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO	101
ANEXO J - FIGURA 3 TIPOS DE VIOLÊNCIA MAIS FREQUENTE NO SERVIÇO	102
ANEXO K - FIGURA 4 ABUSADOR.....	102
ANEXO L - FIGURA 5 IDADE.....	103
ANEXO M - FIGURA 6 COR DA PELE	103

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

“Quando existe avanço tecnológico sem avanço social, surge quase automaticamente, um aumento da miséria humana.”

Michael Harrington

Ao finalizar este estudo sobre o Serviço de atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual da cidade de Rio Grande/RS, gostaria de expressar meus sentimentos de angústia, indignação e repúdio contra as brutais formas de violência que podem ocasionar sequelas e que poderão repercutir negativamente ao longo da vida destas vítimas.

Minhas inquietações a respeito deste tema teve início em meados dos anos 90, quando acompanhava meu marido caminhoneiro a uma viagem de trabalho pela região nordeste do nosso país. Nesta ocasião tive o desprazer de presenciar a prostituição infanto-juvenil e ouvir relatos de funcionários dos postos de combustível e de outros caminhoneiros. Eles contavam que estas meninas se prostituíam em troca de alimento, drogas ou de qualquer valor irrisório.

Neste período, já me questionava a respeito das providências que estariam tomando os órgãos de proteção sobre esta terrível situação de degradação humana a qual estavam expostas estas meninas.

No entanto, de acordo com a sabedoria popular, as coisas não acontecem por acaso. No ano de 2001 ingressei na universidade, no curso de Pedagogia – Habilitação Anos Iniciais, e tive o prazer de conhecer a professora Dr^a Maria Angela Mattar Yunes, que já vinha trabalhando com a problemática de populações em situação de risco através do grupo de pesquisa CEP-RUA (Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas de Rua) na FURG. Interessada em estudar e aprofundar meus conhecimentos nesta temática ingressei, no ano seguinte, no projeto de pesquisa intitulado "A questão da Resiliência em Famílias Monoparentais e de Baixa Renda", ainda em sua fase inicial. Esta experiência como bolsista deste grupo de pesquisa foi muito significativa do ponto de vista acadêmico e pelo trabalho junto às populações de risco e aos profissionais da rede de apoio social.

No final do meu 2º ano/ou quarto semestre do curso, surgiu a oportunidade de participar de um projeto do Governo Federal - Universidade Solidária (UNISOL), realizado na cidade de Itatim, BA. Ao saber das necessidades daquele município em ter educação de qualidade, elaborei um projeto intitulado “Lúdico na Escola: Educação, Prazer e Socialização”. Este consistia em desenvolver atividades lúdicas no ambiente escolar. Sabe-se que tais atividades somadas à cooperação, respeito às diferenças e comportamentos pró-ativos são aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil, e são geralmente negligenciados por muitas instituições educativas.

O envolvimento com este projeto resultou em uma réplica deste trabalho lúdico em uma ONG - instituição de abrigo da cidade de Rio Grande. Este trabalho possibilitou o contato com crianças e adolescentes vítimas de várias formas de violência pessoal e social. Podia-se perceber a falta de políticas públicas em prol das crianças e de suas famílias. Este projeto foi desenvolvido durante seis meses, até o começo de minha carreira como professora no município.

Mais recentemente em 2005, ingressei num curso de especialização em Educação Ambiental, pelas Faculdades Integradas Facvest, de Lages, na cidade de Pelotas. Neste curso, desenvolvi um trabalho monográfico sobre uma instituição de abrigo, intitulado “Um estudo sobre quais os valores emergentes da educação ambiental estão presentes nas práticas educativas da instituição de abrigo Casa do Menor”. A partir do contato com as crianças e adolescentes institucionalizados, passei a questionar os mecanismos do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, serviço que está presente em diversos municípios brasileiros, com o objetivo de atender e proteger crianças, adolescentes e suas famílias, vítimas destas modalidades de violência. Meu interesse então se voltou para melhor compreender esta política de atendimento. Assim surgiram algumas questões que colaboraram para a elaboração deste projeto de dissertação e a realização do estudo que apresento a seguir: Como vem se realizando o serviço de atendimento/tratamento de crianças e adolescentes e suas famílias no município de Rio Grande/RS? Como se dão as relações/interações das famílias vitimizadas com os técnicos deste Serviço? E por último, buscar esboçar uma análise das práticas de atendimento da equipe destes agentes sociais.

A fim de responder estas questões, foi realizado este estudo no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na linha de pesquisa Educação Ambiental não-formal, pois o mesmo pretendeu investigar um serviço social que atende populações em situação de risco sócio-ambiental.

Ao iniciar este estudo de cunho qualitativo, me deparei com uma vasta bibliografia tanto da área da Psicologia, como da área da Saúde, a respeito da temática violência nas suas diferentes modalidades. Os estudos descreviam desde as possíveis causas, ao perfil dos agressores e das vítimas, assim como implicações no desenvolvimento de crianças e adolescentes, dentre outros aspectos. Em contrapartida, pode-se constatar uma escassez de trabalhos que abordassem os serviços sociais de atendimento às vítimas destas violências.

Diante desta realidade e das experiências de pesquisa e intervenção com populações em situação de risco, percebe-se a necessidade de se desenvolver estudos acerca do funcionamento dos órgãos e serviços que compõe a rede de apoio às vítimas de violência sexual e que configuram, no caso desta pesquisa, uma política pública a ser estudada em sua expressão social. De fato, na busca realizada em base de dados (scielo, bvs-psi, google acadêmico) foram encontrados poucos trabalhos sobre o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual. Um dos artigos encontrados versava sobre a caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela do norte do Brasil (BAPTISTA, FRANÇA, COSTA & BRITO, 2008). O outro sobre a proposta da rede de Serviços Sentinela como estratégia da vigilância de violências e acidentes. (GAWRYSZEWSKI, SILVA, MALTA, MASCARENHAS, COSTA, MATOS, NETO, MONTEIRO CARVALHO & MAGALHÃES, 2007). Foi encontrada ainda uma dissertação de mestrado desenvolvida em Belém do Pará, intitulada: A Política Governamental de Assistência Social: Um olhar do Serviço Social sobre o Programa Sentinela, de autoria de Mirian Sales Batista (2007). Este trabalho faz referência ao Serviço Sentinela daquela cidade. É importante sublinhar algumas semelhanças entre a pesquisa que está sendo apresentada e o trabalho acima referido em alguns pontos, tais como: a constatação de resultados positivos aos usuários, segundo a percepção dos Assistentes Sociais, a instabilidade profissional dos técnicos que compõem a equipe do Serviço, que pode ocasionar o rompimento do tratamento e a dificuldade apresentada no processo de adaptação dos novos técnicos, além do despreparo dos profissionais que compõem a rede de atendimento social.

Em relação à forma desta dissertação, encontraremos ao longo deste trabalho algumas características próprias como: as categorias e subcategorias que emergiram das falas dos entrevistados estarão destacadas no texto da seguinte forma: as categorias encontram-se em letra maiúscula, diferenciando-se das subcategorias que estão em letras minúsculas, ambas em negrito. Ao trazer para o campo de análise fragmentos da fala dos entrevistados, a mesma aparecerá em itálico, distinguindo-se das citações de autores, que seguem as regras da ABNT.

Ao longo do texto, o antigo Serviço Sentinela será referido, ora como CREAS, ora como Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual.

Na introdução buscou-se traçar uma breve trajetória sobre como surgiu o interesse da pesquisadora pelo tema estudado. O segundo capítulo apresenta os pressupostos teóricos sobre a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano; conceitos e o histórico da visibilidade da violência, do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil; e alguns estudos sobre as relações e interações entre os trabalhadores e os usuários dos serviços sociais; as implicações das práticas educativas e estilos parentais no desenvolvimento de crianças e adolescentes e a interface da Educação Ambiental e o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O terceiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos utilizados durante a realização deste trabalho. O quarto capítulo apresentará os resultados das análises, reflexões e discussões. E no último capítulo, serão traçadas as considerações finais e desdobramentos com sugestões para a continuidade da discussão acerca deste complexo tema por outros investigadores.

CAPÍTULO II

INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS

“A teoria também se converte em graça material uma vez que se apossa dos homens.”

Karl Marx

2.1. TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E AS INTER-RELAÇÕES ENTRE O SERVIÇO E AS FAMÍLIAS ATENDIDAS

O presente trabalho será referendado a partir do pensamento ecológico de Urie Bronfenbrenner (1979/1996), pautado na teoria dos sistemas ecológicos e bioecológicos (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Atualmente esta teoria é considerada por diversos autores, como adequada para estudos de pessoas em seu contexto natural, pois privilegia uma visão saudável e contextualizada do desenvolvimento. A bioecologia do desenvolvimento humano enfoca as múltiplas relações e interações entre a pessoa, suas particularidades e o ambiente no qual está inserida, possibilitando estudar os ambientes naturais para a obtenção de dados mais próximos da realidade, sem desprezar os outros ambientes mais distantes que também são relevantes no processo de desenvolvimento.

Através do modelo bioecológico, Bronfenbrenner (1979/1996) propõe que o desenvolvimento humano seja estudado através da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo. Neste modelo, o Processo se refere às interações entre a pessoa e o ambiente no qual ela convive e tais relações podem ser também denominadas de processos proximais, que são considerados pelo autor como os motores primários para o desenvolvimento. Quando se refere à Pessoa, leva-se em consideração tanto as características determinadas biopsicologicamente, quanto aquelas que foram construídas na interação com o ambiente. O Contexto compreende a interação dos quatro níveis sistêmicos: microssistema, mesossistema, exossistema e o macrossistema. O microssistema é o sistema ecológico mais próximo e compreende um conjunto de relações

entre a pessoa em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato, como por exemplo, a família, a escola e a igreja, nos quais a pessoa realiza diversas atividades e assume diferentes papéis, estabelecendo interações pessoais e simbólicas múltiplas.

Neste trabalho o microsistema estudado, será a sede do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da cidade de Rio Grande. O mesossistema refere-se ao conjunto de relações entre dois ou mais microsistemas dos quais a pessoa em desenvolvimento participa de maneira ativa: as relações família-escola ou escola-igreja. Quando a criança sai de um microsistema conhecido, como a família, para integrar um novo microsistema, como a escola, ou a igreja, ocorre um fenômeno de movimento no espaço ecológico, ou seja, uma “transição ecológica”. As transições ecológicas ocorrem ao longo do ciclo vital e são fundamentais para crianças e adolescentes. Neste caso, é particularmente significativo analisar a transição do ambiente familiar para o referido Serviço, já que este ambiente foi criado para ajudar a superar ou amenizar o sofrimento decorrente das mais diversas situações de violência que vitimizaram crianças, adolescentes e suas famílias.

O potencial de desenvolvimento dos ambientes que compõem um mesossistema é otimizado se a transição inicial da pessoa no novo ambiente se der na companhia de uma pessoa pertencente ao ambiente anterior, por exemplo, no assunto em questão, se um cuidador/responsável acompanhar a criança/adolescente (BRONFENBRENNER, 1979/1996), neste caso, ao CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Nessa perspectiva, Bronfenbrenner considera ainda que a capacidade desenvolvimental dos mesossistemas aumenta pelo número de inter-relações entre um contexto e outro, principalmente se estas relações se derem com pessoas que já estabeleceram díades primárias, ou seja, relações que já não dependem da presença física das pessoas para continuarem a existir. Uma terceira força de influência no desenvolvimento são os exossistemas. Estes compreendem aquelas estruturas sociais formais e informais que, embora não contenham a pessoa em desenvolvimento, influenciam e delimitam o que acontece nos ambientes mais próximos: a família extensa, as condições e as experiências de trabalho dos adultos e da família, as amizades, a vizinhança do bairro em geral. O macrosistema inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade, na qual, os outros três sistemas estão inseridos, podendo portanto, afetá-los: os estereótipos, os preconceitos de determinadas sociedades, períodos de graves situações econômicas dos países e a globalização entre outros componentes culturais.

O quarto componente do modelo bioecológico é o Tempo. Este permite examinar as influências sobre o desenvolvimento humano, as mudanças e continuidades que acontecem ao

longo da vida. Nessa perspectiva, a relação a ser investigada entre o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as famílias, representa o que na linguagem ecológica de Bronfenbrenner, é um estudo de mesossistema, ou seja, a análise de dois microsistemas de grande influência na vida das crianças e dos adolescentes, neste caso específico, vítimas de diferentes modalidades de violência sexual.

É relevante citar que em meados dos anos 70, Bronfenbrenner (1979/1996) já apontava a necessidade de uma nova compreensão acerca da relação entre ciência e políticas públicas. O autor reafirma que a posição tradicional da maioria dos cientistas sociais é a de que a política social, sempre que possível, deve basear-se no conhecimento científico. Ele, no entanto, apresenta uma tese contrária, isto é, nos interesses do avanço da pesquisa fundamental sobre o desenvolvimento humano, a ciência básica precisa da política pública ainda mais do que a política pública precisa da ciência básica. Desta maneira, é necessária não apenas uma relação complementar entre estes dois domínios, como também a integração funcional entre ambos. Tanto o conhecimento, como a análise da política social são essenciais para o progresso da pesquisa desenvolvimental por permitirem ao investigador a compreensão dos aspectos imediatos ou mais remotos, que são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa. Bronfenbrenner (1979/1996) alerta que esse conhecimento e essa análise podem revelar suposições ideológicas subjacentes, às vezes profundamente limitantes na formulação dos problemas e planejamento de pesquisa, e assim, no alcance dos possíveis achados. Esta integração entre ciência e a política social não significa que ambas devam ser confundidas, ou seja, ao buscar compreender o impacto das questões de política pública na pesquisa sobre o desenvolvimento humano, é necessário distinguir as interpretações fundamentadas na evidência empírica daquelas enraizadas numa referência ideológica. Com isso, o mesmo autor afirma que uma relação recíproca entre a ciência e a política social resulta da inclusão no modelo teórico do ambiente em um nível de macrossistema, envolvendo padrões generalizados de ideologia e estrutura institucional que são característicos de uma determinada cultura ou subcultura.

Segundo Guareschi, Comunello, Nardini e Hoenish, (2004), as políticas públicas são o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que tem como objetivo suprir as demandas de diferentes áreas relacionadas à liberdade, à igualdade, ao direito e à satisfação das necessidades básicas, como: emprego, habitação, saúde, transporte e etc. Nesta mesma perspectiva, Koller e De Antoni, (2004) apontam a necessidade da implantação de políticas públicas que favoreçam a denúncia e a responsabilização dos envolvidos de modo a prevenir situações de violência intrafamiliar.

Portanto, as políticas públicas integram o macrossistema e determinam as propriedades específicas de outros sistemas que ocorrem na vida cotidiana influenciando o curso do comportamento e do desenvolvimento, principalmente das classes menos favorecidas que são as usuárias mais frequentes dos serviços públicos disponíveis na rede social (RODRIGO, MAÍQUES, MARTÍN & BYRNE, 2008).

2.2. HISTÓRICO DA VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA, DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A violência sexual contra crianças e adolescentes teve maior visibilidade no Brasil na década de 90 do século XX, período em que esta problemática foi incluída na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. (Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002).

De acordo com o documento acima mencionado, este período foi marcado por um forte processo de articulação, mobilização e por experiências consolidadas que fortaleceram a Sociedade Civil, afim de assumir a denúncia como forma de enfrentamento à violência sexual. Isso significou um marco histórico na luta dos direitos da criança e do adolescente. O relatório da CPI de 1993 sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil provocou a conscientização e mobilização de importantes setores da sociedade civil, do executivo, legislativo, judiciário, da mídia e de organismos internacionais. Vale destacar o papel histórico da sociedade civil (Movimentos/Fóruns/ONGs/Conselhos) como protagonista da mobilização social do Legislativo, do Executivo, da mídia e das organizações internacionais na luta pela inclusão da violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda pública brasileira. Em nível internacional algumas agências como Unicef, Unifem, Visão Mundial, Ecpat, NGO – Focal Point, IIN-OEA, pautaram a temática da violência sexual no contexto dos Direitos Humanos, estimulando os governos, apoiando técnica e financeiramente as iniciativas da sociedade civil e monitorando os avanços conquistados.

Em 2000, na cidade de Natal/Rio Grande do Norte foi realizado um evento específico para discussões sobre esta temática. A partir do referido encontro, constatou-se que embora

algumas medidas tenham sido adotadas, estas não foram capazes de controlar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, nem de responsabilizar os culpados, mesmo havendo reconhecimento da gravidade desta situação por parte do governo brasileiro. Assim, conscientes da responsabilidade frente a este problema e compreendendo que há um conjunto de atores e forças no país para fazer valer os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, os participantes da discussão do Plano Nacional assumiram o compromisso para o desenvolvimento de ações que assegurassem o fim da violência contra crianças e adolescentes, a responsabilização/tratamento de violadores, a prevenção, a mobilização da sociedade civil e o protagonismo infanto-juvenil. No mesmo ano, o Governo Federal elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, com o objetivo de estabelecer um estado de direito para a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. O referido Plano foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, na assembleia ordinária de 12/07/2000, constituindo-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Trata-se, portanto, de um documento legitimado e de referência para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. (Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002).

No ano de 2001, foi implantado o Programa Sentinela, dentro do âmbito da Política da Assistência Social. Este programa era uma prioridade estabelecida pelo governo para cumprir o Plano Nacional e foi implantado no âmbito da Política de Assistência Social, coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social. Este programa tinha como critério de priorização, as capitais e as regiões metropolitanas inseridas no Programa de Segurança Pública: Cidades com grandes entroncamentos rodoviários, pólos turísticos, pólos industriais, zonas de garimpo, áreas portuárias ou localidades que, com registros, comprovassem as situações de violências contra crianças e adolescentes. Em todos estes municípios deveriam estar implantados os Conselhos Tutelares. O programa destinava-se, portanto, a cumprir as linhas de ações das políticas de atendimento estabelecidas no artigo 86, do ECA, através da integração operacional e das diretrizes do atendimento estabelecido que davam guarda às atribuições dos Conselhos Tutelares. Em 2004, o Sentinela deixou de ser “programa”, passando a ser “serviço de ação continuada”, superando assim, qualquer possibilidade de extinção. Passou a se chamar Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Antigo Programa Sentinela).

Em 2005, este Serviço foi inserido no Sistema Único de Assistência Social/SUAS como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Atualmente em âmbito

nacional, é coordenado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS. Oferece um conjunto de procedimentos técnicos e especializados para o atendimento e proteção imediata às crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares. Dentre as metas do Serviço destaca-se: proporcionar condições para o fortalecimento da auto-estima dos vitimizados (as), superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Além disso, almeja contribuir para a proteção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, buscando: identificar o fenômeno de riscos decorrentes; prevenir o agravamento da situação; promover a interrupção do ciclo de violência; contribuir para a devida responsabilização dos autores da agressão ou exploração; a potencialização da autonomia e o resgate da dignidade.

Este Serviço é desenvolvido no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Portanto, o “locus” de execução do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes é o CREAS. No entanto, o município pode efetuar a descentralização do serviço, caso haja na rede sócio-assistencial, entidades que realizem este tipo de atendimento. Este poderá ser implantado com abrangência local ou regional, de acordo com o porte, nível de gestão e demanda dos municípios, além do grau de incidência e complexidade das situações de risco e violação de direito. O CREAS de abrangência local poderá ser implantado em municípios habilitados em gestão inicial, básica e plena. Já o de abrangência regional será implantado nas seguintes situações: a) Nos casos em que a demanda do município não justificar a disponibilização no seu âmbito de serviços continuados, no nível de proteção social especial de média complexidade, ou, b) Nos casos em que o município, devido ao seu porte ou nível de gestão, não tenha condições de gestão individual de um serviço em seu território. (Histórico disponibilizado pela coordenação Estadual do Serviço Sentinela/RS).

O trabalho desenvolvido deve estar articulado com os demais serviços de Proteção Social Básica e Especial, com as demais Políticas Públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Deve proporcionar atendimento psicossocial e jurídico por meio de procedimentos individuais e grupais, que considerem: a centralidade na família, visando a superação de situações adversas e a reconstrução/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o compromisso fundamental de proteção à criança e ao adolescente, a necessidade de identificar o fenômeno e avaliar riscos, a compreensão da família em sua dinâmica interna e externa, a necessidade de atenção específica de caráter social, psicológico e jurídico às crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, busca no

processo de composição e articulação da rede local, alternativas para o acompanhamento dos autores de agressão infanto-juvenil. O Serviço deve oferecer ações de prevenção e mapeamento das situações de risco e/ou violação de direitos que envolvam crianças e adolescentes, através de equipes de abordagens. Estas equipes devem realizar ações educativas de orientação e encaminhamento ao Conselho Tutelar, à rede de serviços socioassistenciais e a outros serviços existentes na localidade.

Diante das constatações de situações de violência, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, a autoridade competente deve ser comunicada e notificada junto ao Conselho Tutelar. Para o efetivo trabalho pela garantia de direitos, deve ser mantida a articulação com as organizações que atuam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, famílias em situação de violência, responsabilização dos autores de violência junto a Defensoria Pública e serviços de assistência jurídica gratuita da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) das universidades, dentre outras. Vale lembrar que esgotadas todas as possibilidades de intervenção, sem mudança dos padrões violadores de direitos, a autoridade competente deverá ser informada através de relatório circunstancial, para que sejam tomadas as devidas medidas. (Informações extraídas do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social/servico-de-enfrentamento-à-violencia-abuso-exploracao-sexual-de-crianças-adolescentes>).

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 2001 a 2005, apenas cinco (5) municípios executavam o Programa Sentinela: Caxias do Sul, Pelotas, Uruguaiana, Rio Grande e Novo Hamburgo. No ano de 2005, o Serviço em questão foi inserido no Sistema Único de Assistência Social/SUAS como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e o RS participou de um processo de expansão do Serviço, deflagrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, passando de cinco (5) para quarenta e nove (49) municípios com co-financiamento do FNAS – Fundo Nacional da Assistência Social, para execução das ações de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em novembro de 2006, o MDS efetua outro processo de expansão do Serviço Sentinela no Brasil e outros sete (7) municípios gaúchos são contemplados com co-financiamento do FNAS. Atualmente, o RS tem setenta e cinco (75) municípios desenvolvendo o Serviço Sentinela. Em âmbito municipal, o Serviço Sentinela é coordenado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social ou

congênera. (Histórico disponibilizado pela coordenação Estadual do Serviço Sentinela/RS, em 2008).

Portanto, o município de Rio Grande foi um dos pioneiros na implantação deste serviço por ser uma cidade portuária, o que ocorreu no ano de 2001. Em 2008 foi implantado neste município o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS devido ao trabalho que vinha sendo realizado na área da violência. (Relatório CREAS 2008, do município de Rio Grande).

A seguir, serão descritas as três modalidades distintas com as quais o CREAS trabalha: a violência, o abuso e a exploração sexual.

2.2.1 Violência doméstica

A violência doméstica está presente em todas as classes sociais. No entanto, é nas classes menos favorecidas que se detecta a sua maior visibilidade, pois conforme já mencionado, as famílias pobres procuram e dependem com maior frequência do auxílio dos serviços públicos (RODRIGO, MAIQUES, MARTIN & BYRNE, 2008). As autoras Koller e De Antoni (2004) apresentam uma alteração conceitual nesta modalidade de violência e propõem a utilização do termo “violência intrafamiliar” ou “violência familiar” em detrimento do termo violência doméstica. Estas pesquisadoras alegam que todas as formas de violência (abuso sexual, físico, emocional, abandono e negligência) devem ser incluídas na modalidade intrafamiliar, esteja ela presente em qualquer configuração possível, seja entre pais e filhos, casal, irmãos ou filhos para com seus pais. Segundo as mesmas autoras, neste contexto, a violência deixa de ser uma violência do âmbito privado e passa a ser de âmbito público.

Cecconello, De Antoni e Koller (2003) revelam que a utilização da força física na educação das crianças por parte dos pais ou cuidadores, é criticada atualmente e coibida pelos direitos constitucionais (consultar Estatuto da Criança e do Adolescente), mas ainda é justificada e aceita socialmente como prática educativa. Apontam que a utilização da punição física como prática educativa disciplinar impõe uma relação de poder dos pais sobre os filhos ocasionando assim o desequilíbrio nesta relação, prejudicando a reciprocidade e o afeto entre ambos. Isso pode gerar sentimentos negativos na criança e elevar seu nível de ansiedade devido ao medo da punição ou da ameaça. As autoras afirmam ainda que muitas vezes as crianças não revelam a situação de violência que estão sofrendo por não saberem se expressar

verbalmente ou por receio da reincidência do abuso. No entanto, por possuírem condições físicas e emocionais mais desenvolvidas, os adolescentes confrontam a situação ou fogem dela (DE ANTONI, MESQUITA & KOLLER, 1998) podendo refugiar-se nas ruas (YUNES, ARRIECHE & TAVARES, 2001). O abuso físico intrafamiliar pode ser considerado multidirecional por ser identificado na relação de outros membros da família, por exemplo: entre pais e filhos, irmãos, casal (CECCONELLO, DE ANTONI & KOLLER, 2003). A violência intrafamiliar, familiar ou microssistêmica pode inserir-se numa forma de violência estrutural (MYNAIO, 1994) ou macrossistêmica, evidenciada por fatores como a pobreza crônica, má ou falta de habitação, desemprego ou subemprego, baixa remuneração, o tráfico de drogas ilícitas e a ausência de programas de prevenção. Estes seriam alguns dos fatores de vulnerabilidade e possíveis geradores de violência no ambiente familiar. Libório (2008) descreve violência estrutural como a violência presente na organização sócio-econômica e política de uma sociedade, sendo a responsável pela desigualdade e exclusão social. A mesma autora acrescenta ainda que a violência estrutural acentua o processo de vulnerabilização de crianças, adolescentes e mulheres, por deixá-las expostas a contextos destituídos de proteção e manutenção de suas necessidades mais elementares. Esta situação pode ser considerada como potencializadora de um processo de desamparo social, afetivo e material e ocasiona situações de risco social (LIBÓRIO, 2008).

Os fatores que contribuem para a ocorrência do abuso físico no contexto familiar são múltiplos (CECCONELLO, DE ANTONI & KOLLER, 2003) e incluem os que operam em nível microssistêmico e se estendem aos níveis de meso, exo e macrossistemas. No ambiente familiar, a utilização indiscriminada da disciplina coercitiva e a crença nos valores autoritários parecem ser fatores de risco potenciais para desencadear o abuso físico. No entanto, no âmbito do exossistema e macrossistemas, o desemprego, a pobreza e a violência são fatores que contribuem para a privação destas famílias de recursos básicos, como saúde, educação e trabalho, dificultando assim, a possibilidade de estabelecimento de redes de apoio no mesossistema. Tal fato pode estar contribuindo para o isolamento das famílias, o que pode facilitar práticas de abuso intrafamiliar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, art 1º dispõem sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. No art. 4º diz que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A família tem como função primordial o desenvolvimento da criança e do adolescente, a fim de torná-lo apto e de qualificá-lo para conviver em sociedade. Entretanto, se o núcleo familiar vivencia os mais diversos e conhecidos fatores adversos, pode perder-se a característica de membros familiares como agentes protetores e estes passam a significar ameaças à saúde e desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. É público e notório que muitas crianças e adolescentes são vítimas de atos violentos e agressivos por parte de seus responsáveis. Esses atos normalmente são exteriorizados, através do abuso, do poder disciplinar e coercitivo dos pais para com os filhos, passando a configurar o fenômeno da violência intrafamiliar. Tal abuso pode durar dias, meses ou anos. (AFONSO, 1997).

Diante desta realidade e no intuito de prevenir e conter a violência instaurada no ambiente familiar, foi lançada em 20/6/2007 a campanha nacional “Não Bata, Eduque!”, tendo como objetivo conscientizar a sociedade e orientar as famílias a substituir os castigos físicos por formas educativas, que ofereçam limites, responsabilidades e o cuidado às crianças, a partir do diálogo, do exemplo e do respeito. (Discurso da senhora Maria do Rosário do PT-RS, durante o pronunciamento da campanha nacional).

Entretanto, enquanto os casos não são levados ao conhecimento das agências oficiais de proteção, tudo se reveste com a característica do sigilo. Vale dizer que nestas famílias prevalece a "lei do silêncio." (AFONSO, 1997, p. 25-26). Esses abusos podem ocorrer sob a forma de agressão física, agressão psicológica, abuso sexual ou mesmo por negligência, que no caso mais extremo é configurado por abandono. Em se tratando de dados estatísticos a respeito da denúncia de violência, somente em 2010 o Disque 100 (telefone criado para receber denúncias de violência contra crianças e adolescentes a nível nacional) recebeu por dia em média 73 denúncias. Nos últimos sete anos foram registrados cerca de dois milhões e meio de telefonemas e encaminhados mais de 123 mil denúncias em todo país, constatando-se mais de 214 mil vítimas. (Dados apresentados no programa Mais Você, da Rede Globo, apresentado no dia 18 de maio de 2010, Dia Nacional de luta contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes).

Segundo vários autores, a carência excessiva de afeto ou a rejeição por parte dos pais, provocam consequências prejudiciais ao desenvolvimento da criança (BOWLBY, 1973/1990; BRONFENBRENNER, 1979/1996; SPITZ, 1965/2000). A falta de reciprocidade, de sentimentos afetivos positivos e de equilíbrio de poder nas relações estabelecidas com os pais pode prejudicar inclusive as relações que ela irá estabelecer com outras pessoas. Nesta perspectiva Ceconello, De Antoni e Koller (2003), afirmam que:

É fundamental para a prevenção do abuso intrafamiliar estruturar uma rede de apoio social, através de serviços especializados que possam orientar as famílias sobre práticas educativas e fornecer informações sobre o desenvolvimento infantil e adolescente. Esta tarefa pode ser realizada dentro das escolas ou nos postos de saúde. Da mesma forma, uma estrutura para receber e encaminhar eficientemente as denúncias se constitui em um recurso importante, como a proposta realizada pelo ECA, através dos Conselhos Tutelares. (p. 52)

Quanto ao aspecto de órgãos receptores de denúncias, Miranda e Yunes (2007) alertam para a responsabilidade da rede de apoio social, por ocasião de uma denúncia. É fato que a denúncia deve ser realizada para proteger e não para maximizar a situação de risco tão intensamente vivida pelas pessoas envolvidas em casos de violência doméstica. Estas questões assumem proporções ainda mais prementes quando se trata de casos de abuso sexual. A respeito das intervenções e medidas as serem tomadas após a constatação de abuso sexual, é preciso que sejam bem intencionadas e planejadas de maneira a não revitimizar a vítima. Os cuidados neste sentido devem ser redobrados quando se trata de abuso sexual, conforme será exposto a seguir.

2.2.2 Abuso sexual

Segundo Dobke (2001, p. 26), “definir abuso sexual não é tarefa fácil, pois os limites entre os contatos físicos normais, importantes para o desenvolvimento da criança, e aqueles que visam à satisfação dos desejos sexuais dos adultos são imprecisos”. Azevedo e Guerra (1989) caracterizam como violência sexual “todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO & GUERRA, 1989, p. 42). Furniss (1993) define abuso sexual como uma forma de violência física e/ou psíquica, na qual o abusador sem consentimento válido, usa de sua superioridade em relação à criança, ou da confiança que ela lhe deposita, causando nela danos psíquicos derivados da síndrome do segredo. Para Gauderer (1998) o que caracteriza o abuso sexual é a falta de consentimento do menor na relação com o adulto. Neste caso, a vítima é forçada fisicamente ou coagida verbalmente a participar da relação, sem ter necessariamente capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está se passando. Este despreparo emocional ocorre devido à idade do menor, como

bem aponta Trindade (1996). “O elemento etário desempenha papel importante na capacidade de compreensão e de discernimento dos atos humanos”. (p.43).

Miranda e Yunes (2007, p.168) afirmam, “que o abuso sexual é uma modalidade de violência que pode deixar marcas profundas no desenvolvimento da criança e do (a) adolescente vitimizado (a) e por isso exige urgência na sua intervenção”. Por esta razão, a denúncia deve ser feita o mais rápido possível, pois, segundo as autoras acima, “se deixada para depois ou para mais tarde, pode ser tarde demais” (p.168). Entretanto, Araújo (2002) aponta que a criança ou adolescente vítima de abuso reluta em denunciar o agressor por temer ser desacreditada, insultada, punida e até mesmo expulsa de casa, sob a acusação de causar desarmonia e desintegração familiar.

Dois fatores podem ser apontados como desencadeadores da violência sexual, são eles: o abuso de poder e os traços psicológicos do agressor. O primeiro está relacionado a sua superioridade tanto física como psicológica do agressor, que lhe confere mais recursos para dominar sua vítima, nestes casos uma criança ou adolescente. O segundo está relacionado a fatores descritos por Santos (1998, p. 21) “[...] estados psicóticos ou perversos, depressão, baixo controle dos impulsos, problemas neurológicos, baixa tolerância ao stress, bem como o uso de álcool e outras drogas”. Furniss (1993) aponta que em muitos casos o abusador tem consciência do ato abusivo que está cometendo contra a criança/adolescente e que está cometendo um crime. No entanto, não consegue interromper esta prática. Segundo o mesmo autor o abuso sexual possibilita um alívio de tensão que o conduz a uma espécie de convulsão, tornando-o dependente. As tentativas de cessar esta prática abusiva podem provocar sintomas de abstinência como: agitação, irritabilidade e ansiedade.

O abuso sexual pode ser classificado em duas categorias: intrafamiliar e extrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar define-se por ocorrer no ambiente de convívio familiar e é praticado por um membro da família: pai, mãe, irmão, avô, avó, tio, tia, padrasto ou madrasta. Na maioria das vezes, a situação de abuso sexual intrafamiliar não é um fato isolado que envolve somente o abusador e a criança ou adolescente violado (SANTOS, 1998). De forma direta ou indireta inclui todos os outros membros da família, seja pelo “silêncio” compactuado, seja pela participação ativa no abuso ou na organização dos papéis sexuais no contexto familiar. A respeito da revelação do ato abusivo Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) a mãe é a pessoa mais procurada pela criança para revelar a situação de abuso e sua postura tem sido caracterizada como protetiva e não protetiva. A este respeito, o estudo realizado por Santos e Dell’Aglia (2007) sobre a multigeracionalidade do abuso sexual revelou que as mães de meninas vítimas de abuso sexual e que também sofreram este tipo de

violência na infância, revelaram uma relação de distanciamento no momento da revelação da situação abusiva. E, que estas mães, no momento em que tiveram conhecimento da situação de abuso de suas próprias filhas apresentaram dificuldade em lidar com a situação familiar atual, seja na tomada de iniciativas em afastar o abusador, ou de realizar a denúncia.

Outros autores afirmam que a mãe vive uma situação de confusão e ambiguidade frente a suspeita ou constatação que sua filha está sendo abusada sexualmente pelo marido ou companheiro (ARAÚJO, 2002). Muitas vezes nega os indícios e a traição do marido/companheiro e desenvolve sentimentos ambivalentes em relação à filha, uma mistura de raiva e ciúmes, ao mesmo tempo em que se sente culpada por não protegê-la desta situação. A mesma autora afirma ainda que negar a situação de abuso, desmentir a filha ou culpá-la por sedução é uma maneira de suportar a situação de violência, desilusão e frustração e a possibilidade da decomposição da unidade familiar e da relação conjugal. Estar relacionada com uma cumplicidade silenciosa é muito frequente em casais com problemas sexuais, e a criança passa a ocupar uma função sexual, amenizando desta maneira o conflito conjugal.

Já o abuso sexual extrafamiliar ocorre fora do âmbito familiar e é geralmente praticado por pessoas que possuem algum vínculo com a criança: vizinho, amigo mais velho, professor, médico, babá, entre outros. Pode inclusive, acontecer no mesmo endereço social da vítima (DE ANTONI, YUNES, HABIZANG & KOLLER, submetido). Nestas situações, a denúncia é muitas vezes realizada pelo próprio pai ou mãe da criança ou adolescente.

Watson (1994) apud Amazarray e Koller (1998) salienta que para distinguir atos abusivos de atos não abusivos devem ser observados três fatores: primeiro, um poder diferencial, implicando que uma das partes exerce controle sobre a outra e que a relação não é mutuamente concebida e compreendida; segundo, um conhecimento diferencial devido à idade cronológica mais avançada do agressor, e um maior avanço desenvolvimental do mesmo ou a uma inteligência superior à da vítima; e por último, uma gratificação diferencial, reconhecendo que o propósito da relação é a satisfação do agressor e que qualquer prazer por parte da vítima é acidental e de interesse para o prazer de quem abusa.

A Cartilha do Serviço Sentinela apresenta várias formas de abuso sexual, como: incesto, atentado violento ao pudor, estupro, assédio sexual e pornografia, o que contribui para minimizar as crenças de que abuso sexual é caracterizado apenas por penetração. Assim, faz-se necessário compreender que abuso sexual se constitui numa modalidade de violência que muitas vezes é acompanhada de outras formas de abuso e violação de direitos, como a violência física, psicológica, negligência, e as consequências da violência estrutural.

No Código Penal Brasileiro são abordadas as seguintes modalidades sobre abuso/violência sexual:

Estupro no art. 213 é definido como a ação de constranger à mulher à conjugação carnal mediante violência ou grave ameaça;

Atentado violento ao pudor no art. 214 é caracterizado pela ação de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que ele se pratique ato libidinoso diverso da conjugação carnal;

Assédio sexual segundo art. 216 é ação de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou fortalecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierarquia ou ascendência inerte ao exercício de emprego, cargo ou função;

Pornografia infantil segundo o art. 240 do Estatuto da Criança e o adolescente – ECA é a ação produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornografia, envolvendo criança ou adolescente.

Apesar de o senso comum levar a pensar que somente as meninas são vítimas de abuso sexual, há muitos casos de meninos que também são molestados sexualmente. Este fato é apontado no último relatório da ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, disponível em: <http://www.abrapia.org.br>. Neste relatório foram denunciados através do (0800)990500, 1.565 casos de abuso sexual, no período entre janeiro de 1997 e janeiro de 2003 (última atualização). Os dados referentes ao sexo das vítimas são: 17,06% são do sexo masculino, 76,17% são do sexo feminino, 6,26% são denunciadas como feminino e masculino e 0,51% não informaram. E ainda, tanto meninas quanto meninos abusados na mesma denúncia são 6,27%. As meninas são as vítimas mais frequentes, sendo mais comum o incesto pai/filha que tem coerência com o padrão cultural da sociedade patriarcal, na qual a mulher, a despeito das conquistas femininas ainda é vista como objeto sexual. No item faixa etária: de 12 a 18 anos, 47,80%, de 8 a 11 anos, 18,47%, diversas idades, 14,57%, menor de 8 anos, 18,21%, e não informado, 0,96%. A gravidade desta realidade se vê acrescida se for considerada a idade da criança/adolescente. Segundo estes dados, é possível observar que as adolescentes são as maiores vítimas, porém em muitos casos o abuso pode ter tido início na infância, o que gera uma grande preocupação (quase 20% das crianças são menores de 8 anos).

No que se refere ao perfil dos abusadores¹ constatou-se que das 1565 denúncias, 90,10% são do sexo masculino, 4,47% do sexo feminino, 4,92% tanto homens quanto mulheres conjuntamente e 0,51% não informado. No que diz respeito ao vínculo do agressor com a vítima de abuso sexual, os dados revelam que nos casos de violência intrafamiliar, o pai e o padrasto aparecem em primeiro lugar seguidos de: Namorado (a) da vítima, 3,25%;

¹ Silva (2007) aponta que alguns teóricos consideram que o termo agressor é melhor empregado para abuso sexual extrafamiliar, e abusador no referente ao abuso sexual intrafamiliar.

Namorado da mãe, 2,56%; Namorada do pai, 0,10%; Irmão, 4,64%; Irmã, 0,10%; Avó, 0,59%; Avô, 3,16%; Mãe 6,60%; Padrasto 23,37%; Madrasta 0,49%; Pai 36,39%; Primo 2,76%; Prima 0,10%; Companheiro (a) 1,08%; Tio 9,07%; Tia 0,59%; Tio-avô 0,49%; Outros 4,24%; Não informado 0,10%.

A partir do ano de 2003, a responsabilidade do Disque Denúncia Nacional, Disque 100, passou a ser do Poder Executivo, reafirmando o compromisso do Governo Federal ao combate à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Atualmente é coordenado e executado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA).

O fato do abuso sexual ocorrer também em âmbito familiar, dificulta sua identificação por parte das autoridades. Pode-se dizer que ainda é baixo o índice de denúncias de casos de abuso, em virtude da chamada e já referida “lei do silêncio” que vigora dentro do ambiente familiar (FURNISS, 1993). Segundo dados da UNICEF (2002), estima-se que 75 a 80% dos casos de abuso sexual não são denunciados. Isto se dá em virtude dos sentimentos de culpa, vergonha, medo e tolerância da vítima e daqueles que são conhecedores de casos de abuso (FALEIROS, 2003).

Deve-se ressaltar que a violência sexual não é um fenômeno restrito às camadas populares brasileiras, pois está presente em todas as nacionalidades, classes sociais, credos e áreas profissionais (MARTINS, 1998). Segundo Pietro e Yunes (2008) o ambiente das famílias em que há violência sexual torna-se o lugar do medo e do desespero, pois a responsabilidade dos adultos cuidadores é substituída pelo abuso, violência e desrespeito.

Dobke (2001) ressalta que abuso sexual infantil é um tema que geralmente mobiliza as emoções daqueles que lidam com o problema e dos que apenas tomam conhecimento dos casos, pois as situações envolvem sexo, violência, crueldade e a opressão de crianças e adolescentes. Atualmente o abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes está sendo considerado um problema de saúde pública, devido aos elevados índices de incidência e às consequências prejudiciais ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e seus familiares (HABIGZANG, KOLLER, AZEVEDO & MACHADO, 2005). Além disso, muitas situações de abuso sexual remetem à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (DE ANTONI, YUNES, HABIGZANG & KOLLER, submetido).

2.2.3 Exploração sexual contra crianças e adolescentes

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno que ocorre em âmbito internacional e que tem mobilizado organizações não-governamentais, governamentais, além de vários setores da sociedade motivados a discutirem maneiras de combater essa cruel forma de violência (LIBÓRIO, 2008).

Atualmente, a exploração sexual pode ser definida como:

A exploração sexual comercial de crianças é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta violação abrange o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina ou uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra criança que pode implicar trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (ECPAT End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose, 2002: <http://www.ecpat.net/engCSEC/faq/faq1.asp>), apud Libório, (2005, p. 413).

A mesma autora ainda comenta que foi a partir dos anos 90, do século XX que se observou uma crescente visibilidade da exploração sexual comercial infanto-juvenil, que ocorre principalmente nas cidades litorâneas e nas regiões de garimpo, como mostram alguns relatórios governamentais e não governamentais, além de matérias jornalísticas. A esse respeito, o estudo realizado por Padilha e Cerqueira-Santos (2007) com caminhoneiros acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras, evidenciou que as regiões Nordeste e Norte se destacam como as regiões com maiores índices de prostituição infanto-juvenil, destacando-se os estados da Bahia, Maranhão e Pará. A região nordeste ficou com 78,1% das respostas e a Norte com 30,6%, seguidas da região Sudeste com 17,9% das respostas, destacando-se o estado de São Paulo, principalmente na Baixada Santista, caracterizada pela zona portuária. A região Sul ficou com 3,1% e o Centro-Oeste com 2,6% das respostas.

O Instituto Interamericano Del Niño, estipulou no ano de 1998, quatro modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais. Diante destas terríveis formas violação dos direitos de crianças e adolescentes, o estudo realizado por Davidson e Taylor a respeito da retórica e da realidade de crianças vítimas de turismo sexual e violência apontam que:

Os militantes dos direitos das crianças e adolescentes foram firmes em seus argumentos e insistem que não importa o motivo pelos quais as crianças começaram no comércio do sexo, a forma como se dá a prostituição, ou porque permanecem nela, sua idade ou sua visão pessoal sobre sua participação na prostituição. O comércio do sexo põe em perigo a saúde mental e física das crianças e mina todos os aspectos de seu desenvolvimento.

De acordo com Davidson e Taylor, os militantes afirmam ainda que uma criança não pode dar consentimento livre e informado a uma troca sexual-econômica, ou seja, “a prostituição infantil é sempre uma forma de violência sexual e de trabalho forçado e é descrita frequentemente como uma forma moderna de escravidão.” Davidson e Taylor (2007, p. 121) Ressaltam também que os militantes são categóricos em reforçar que não há uma associação direta entre a pobreza e a prostituição infantil, pois partem do princípio de que nem todas as crianças pobres vendem sexo. Entretanto, nas campanhas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, destacam-se os casos em que crianças foram vendidas ou forçadas diretamente à prostituição por adultos, isso evidencia que, de modo geral, estas crianças estão sempre em uma relação de desamparo e de dependência da figura adulta.

Miranda e Yunes (2007) apontam alguns exemplos de exploração sexual como: a produção e comercialização de materiais pornográficos com exposição de crianças e ou adolescentes (revistas, fotos, filmes e vídeos...), a troca e venda de material publicitário de conotação sexual na Internet, o tráfico de crianças ou adolescentes para outras cidades ou países com propósitos sexuais e as práticas sexuais mediante formas de pagamento.

A este respeito o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece no seu artigo 241 ser crime:

Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens pornográficas ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes.

Segundo estudo realizado por Leal e Leal (2007) sobre tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas no Brasil, tanto o tráfico de pessoas como a exploração sexual têm origem no modelo capitalista globalizado, caracterizado pela desigualdade social e pela desatenção do Estado no que se refere à questão social. As mesmas autoras afirmam ainda que a globalização de mercado e o neoriberalismo têm fragilizado e vulnerabilizado os sujeitos violados sexualmente, quer seja pela precarização das relações de trabalho, a baixa inclusão nas políticas sociais ou por um discurso ainda moralista e repressor que ainda favorece a impunidade. Diante desta realidade, percebem a necessidade de criar oportunidades de inclusão da massa trabalhadora no mercado de serviço, buscando resgatar direitos negados a

estas populações e a formulação de novos contratos sociais que não sigam a mesma lógica exploratória da força de trabalho existente. Nesta perspectiva Davidson e Taylor (2007) consideram que:

[...] a prostituição e outras formas de troca sexual-econômica são um subproduto inevitável de determinadas formas do desenvolvimento turístico nos países onde grande parte da população, inclusive crianças, são incapazes de alcançar suas necessidades básicas, sociais e culturais e assim são forçadas para tentar a vida na economia informal. (p.134)

A respeito desta terrível realidade, Davidson e Taylor (2007) sugerem mudanças de curto e longo prazo. A curto prazo, a indústria turística e os governos precisariam fazer grandes investimentos em projetos e em estratégias de apoio, além de promover alternativas econômicas sustentáveis para crianças envolvidas no mercado do sexo. Já a longo prazo, seria necessário criar estratégias para a transformação de valores sociais e políticos de países que permitem o desenvolvimento turístico que e encorajam o turismo sexual.

De acordo com Leal e Leal (2007), a questão da exploração sexual de meninas no Brasil foi agendada pelo Poder Público no ano de 2003 a partir da criação da Comissão Intersetorial para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Esta comissão é composta pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Entretanto, as autoras apontam que não existe uma política de capacitação articulada entre as diferentes políticas sociais que potencialize as redes de proteção, defesa e responsabilização locais, fato este que dificulta o processo de municipalização do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Diante desta realidade, fica clara a necessidade de que a gestão governamental seja em nível federal, estadual e municipal, sendo necessário fortalecer a municipalização do enfrentamento deste fenômeno devido à imigração de crianças e adolescentes do interior para cidades de médio e grande porte, como também para regiões de fronteiras, através da participação das redes de exploração sexual infanto-juvenil. Nos municípios onde há comprovação da presença de exploração sexual de crianças e adolescentes há programas de combate à pobreza e às desigualdades sociais, mas pouco se sabe sobre o número de crianças e adolescentes atendidas e qual o impacto da desmobilização das redes de ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em âmbito inter e intramunicipal. Portanto, faz-se necessário um maior investimento em pesquisas nos diferentes âmbitos de detecção deste fenômeno. Apesar da ESCA estar na agenda do governo como uma prioridade, na prática as ações de notificação se

configuram na denúncia, em detrimento do monitoramento das ações em rede e a questão da impunidade é expressiva (LEAL & LEAL, 2007). A respeito do enfrentamento do tráfico de pessoas e da exploração sexual de crianças Leal e Leal (2007) afirmam ser necessário:

- A redefinição da correlação de forças existentes dos Estados Nações entre si e entre os blocos econômicos hegemônicos (países do Norte e da Europa...) e os blocos econômicos dos países pobres numa perspectiva de mudança na concepção de proteção de leis do mercado entre esses blocos e uma valorização real dos direitos humanos.
- O combate à lavagem de dinheiro, à corrupção e à impunidade são pontos fundamentais de uma política bem sucedida de desmonte das redes criminosas organizadas.
- As políticas de atendimento às pessoas em situação de tráfico para fins de exploração sexual, que já está em execução no Brasil, e deve visibilizar a construção de uma prática institucional capaz de fortalecer político e socialmente o sujeito explorado, numa perspectiva de fomentar uma consciência crítica que eleve esse sujeito à condição de cidadão.
- Uma política para o enfrentamento do fenômeno como estratégia fundamental – a articulação – entre as diferentes Políticas e setores para implementar uma concepção multidimensional e intersetorial na esfera do público e dos movimentos sociais.

Diante do exposto torna-se evidente que enfrentar à exploração sexual de crianças e adolescentes é um grande desafio devido à multidimensionalidade deste fenômeno e por envolver questões de ordem socioeconômicas, culturais e de direito. Entretanto, não se pode medir esforços na busca do combate desta terrível forma de violação de direitos e desrespeito à dignidade humana.

A temática da violência, da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes tem sido objeto vários de estudos. No entanto, são escassos os trabalhos científicos sobre as interações entre profissionais sociais e os usuários da rede.

2.3. FAMÍLIAS E SUAS PRÁTICAS E ESTILOS PARENTAIS: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Segundo Bronfenbrenner (1979/1996), a família configura-se como o primeiro ambiente do qual a criança participa ativamente através de interações face-a-face e díades. Estas inicialmente ocorrem na relação da mãe/filho e gradualmente vão se expandindo dentro do grupo familiar na relação com os demais integrantes, ou seja, na relação pai-filho, entre os irmãos, etc. Neste ambiente ou microsistema como denomina o mesmo autor, a criança experimenta papéis e sentimentos durante as mais diversas situações e atividades. De acordo com De Antoni, Medeiros, Hoppe & Koller (1999) é na família que a criança desenvolve o senso de permanência e estabilidade. O primeiro se refere à percepção de que os elementos são estáveis e se mantêm organizados através das rotinas e dos hábitos familiares. Já o segundo se estabelece através do sentimento de segurança que os pais transmitem aos filhos, a sensação de que não haverá rupturas ou rompimentos, mesmo diante de situações adversas.

Bronfenbrenner (1976/1996) afirma que as relações interpessoais (e dentre estas englobamos as familiares) apresentam três características ou propriedades: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto. A reciprocidade se estabelece especialmente em atividade conjunta, onde o que A faz influencia B e vice-versa. A reciprocidade é fundamental para o desenvolvimento de crianças pequenas por favorecer a aquisição de habilidades interativas e estimular a percepção de interdependência, que é importante para o desenvolvimento cognitivo. O equilíbrio de poder ocorre nas relações diádicas. Embora estas sejam relações recíprocas, um participante pode ser mais influente que outro. Por exemplo, na relação diádica de uma criança pequena e sua mãe, o equilíbrio de poder gradualmente se altera em favor da pessoa em desenvolvimento, promovendo a sua autonomia. Esta aprendizagem contribui para o desenvolvimento cognitivo e social. O afeto é outra característica apresentada pelo autor, e é fundamental para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. A relação afetiva se estabelece nas interações diádicas, e é formada por sentimentos que podem ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos. Quando a relação é positiva e recíproca, logo no início, há probabilidade de aumento no ritmo dos processos desenvolvimentais.

Muitos estudos da área da Psicologia do Desenvolvimento vêm sendo realizados acerca das implicações da interação parental na vida de crianças e adolescentes. Segundo estudo bibliográfico realizado por Cecconello, De Antoni, & Koller (2003) a interação entre pais e filhos pode ser dividida em duas modalidades: as práticas educativas e os estilos

parentais. A primeira refere-se às estratégias utilizadas pelos pais para que seus filhos atinjam alguns objetivos, sejam eles: acadêmicos, sociais ou afetivos, em determinadas circunstâncias e contextos. A utilização de explicações, punições ou recompensas são exemplos de práticas educativas. O estilo parental refere-se às características da interação pais e filhos em diferentes situações e geram um determinado clima emocional na família. Os estilos parentais foram classificados por Baumrind (1966, 1971) em três tipologias: o autoritativo, o autoritário e o permissivo. Posteriormente este modelo foi reformulado, por Maccoby e Martin (1983), que identificaram quatro tipos de estilos parentais: o autoritativo, o autoritário, o indulgente e o negligente. Cecconello, De Antoni, & Koller (2003) apontam que a diferença entre estes modelos reside na separação do estilo permissivo em dois: o indulgente e o negligente, que possibilitou distinguir nas famílias que fazem pouco uso do controle, uma variação no nível de responsividade.

No estilo autoritativo os pais dirigem as atividades dos filhos de uma maneira racional, estabelecendo padrões de conduta, valorizando o respeito às regras, corrigindo atitudes negativas e valorizando as positivas. Apresentam altos índices de expectativas com relação ao comportamento, responsabilidade e maturidade dos filhos. No entanto, são afetuosos na interação com os mesmos, solicitando suas opiniões em situações pertinentes e responsivos com suas necessidades.

O estilo autoritário é caracterizado pela relação baseada na obediência e na hierarquia, através de regras estritas e a punição é frequentemente usada como forma de controle do comportamento. Neste modelo não é oportunizado o diálogo, o desenvolvimento da autonomia, nem é levada em consideração a opinião das crianças.

O estilo indulgente apresenta baixo controle e alta responsividade, ou seja, neste modelo os pais não estabelecem regras nem limites, exigem poucas demandas, responsabilidades e maturidade por parte da criança. São afetivos e extremamente tolerantes às atitudes dos filhos e são responsivos às suas necessidades.

Já o estilo negligente é caracterizado por baixos níveis de controle e responsividade. Os pais negligentes não são nem afetivos, nem exigentes, demonstram pouco empenho na socialização e monitoramento dos filhos, mantendo uma relação de desapego e suprindo apenas suas necessidades básicas.

De maneira geral, o que estes diferentes estilos e práticas parentais sustentam é que cada família funciona de uma maneira peculiar e tem seu próprio sistema de regras, valores, seu estilo de linguagem e comunicação, e um regime “político” singular (GARBARINO & ABRAMOVITZ, 1992). Assim, é complicado comparar famílias, mas é importante

compreender seus padrões de funcionamento para além do ambiente doméstico, investigando suas interações extrafamiliares, ou seja, como são estabelecidas as relações com o seu entorno ecológico. No caso deste trabalho, daremos especial atenção às relações entre famílias e um serviço público social.

2.4. INTERAÇÕES ENTRE OS PROFISSIONAIS E OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO SOCIAL

O trabalho integrado dos profissionais que atuam nos diferentes segmentos sociais e nas políticas de cuidado à infância e adolescência é de fundamental importância para que as pessoas vitimizadas sejam devidamente protegidas dos danos decorrentes da situação de violência.

Um estudo realizado sobre as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica no município de Ribeirão Preto/São Paulo, apresentou que os espaços públicos de atendimentos sempre tiveram como demanda as camadas mais pobres da população. As autoras deste estudo (VENDRUSCOLO, FERRIANI & SILVA 2007) afirmam que esta política foi e continua sendo estigmatizante e segmentadora, pois divide e rotula os filhos das classes menos favorecidas de “carente, abandonado, infrator, delinquente” ou aquele que apresenta conduta anti-social. E que, por isto, “desenvolvem uma política de atendimento que se apresenta como lugar de pobres para pobres” (p. 816). As mesmas autoras pontuam que estas práticas evidenciam o fato de que os serviços de atendimentos da rede social estão pautados por fortes resistências de diferentes segmentos, uma vez que atuam no sentido oposto dos direitos sociais, e que estes trabalhadores deveriam ser os profissionais a dar materialidade ao ECA e às suas proposições. No entanto, tudo indica que suas práticas de atendimento têm sido influenciadas por conceitos e ideias precedentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente. As autoras reiteram estas concepções afirmando que a mudança desta realidade dependerá de várias instâncias ligadas a estas problemáticas, tais como, conselhos e dirigentes institucionais que são responsáveis pela implementação da legislação vigente.

Com relação ao papel e funções dos trabalhadores que atuam com temáticas relativas à violência sexual na infância e adolescência em diferentes segmentos sociais, é importante discutir a necessidade de formação específica destes atores sociais, principalmente quando se

trata de casos de denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A esse respeito, Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) mencionam que o momento da revelação da vítima é crucial, no entanto, esta ação de verbalizar a violência sofrida pode acarretar o risco da revitimização, se não forem adotadas as devidas medidas de proteção. Estudo realizado por estas autoras apontam ainda o despreparo da rede de atendimento social e a necessidade de capacitações periódicas destes profissionais. Amazarray e Koller (1998) apontam que o trabalho desenvolvido por esta rede é geralmente fragmentado, desorganizado e metodologicamente difuso.

Estudo realizado por Marques e Maio (2007) acerca do cuidado com profissionais que atendem crianças vítimas de abuso sexual, especificamente o psicólogo, evidenciou diversos fatores que comprometem a qualidade do trabalho oferecido à comunidade, tais como: a crescente demanda e o pequeno número de profissionais nas equipes (o que impossibilita a troca de informações a respeito dos casos entre os técnicos), remuneração insuficiente para custear um acompanhamento psicoterápico ou de análise (para tratar do sofrimento que são acometidos diante dos casos de violência que atendem), e o fato de que as instituições que contratam o serviço deste profissional raramente disponibilizam o mesmo para a supervisão do atendimento dos técnicos, por não reconhecerem tal necessidade. Estes fatores são apontados como causadores do adoecimento destes profissionais, pela reprodução da violência dentro das equipes, dificuldades de comunicação com a rede e o adoecimento da própria instituição.

Lidar com as especificidades deste doloroso tema requer formação reflexiva e informação atualizada. É preocupante pensar que as crenças e “teorias implícitas” podem conduzir as posturas e decisões dos profissionais sociais. Segundo Rodrigo, Rodrigues y Marrero (1993), as teorias implícitas se referem a um conjunto de crenças e conhecimentos que têm por base, experiências subjetivas, ou seja, de ordem pessoal e situacional. Estudos realizados por pesquisadores do extremo sul do Brasil (YUNES, MENDES & ALBUQUERQUE, 2004; YUNES, GARCIA & ALBUQUERQUE, 2007) junto a trabalhadores da rede de apoio social indicam que as crenças destes trabalhadores brasileiros junto a famílias pobres ressaltam percepções de “desestrutura familiar” e “acomodação das pessoas à situação de miséria”. Foi observado que isso gera reflexos nas posturas de atendimento profissional a estes grupos. Os profissionais de diferentes áreas de formação referem concepções pessimistas quanto ao futuro das famílias e sublinham como negativos os seguintes aspectos: a configuração não-nuclear, violência nas relações intrafamiliares, negligência das crianças e incidência do uso de drogas por um ou mais membros da família

(YUNES, 2001; YUNES, MENDES & ALBUQUERQUE, 2005; YUNES, GARCIA & ALBUQUERQUE, 2007).

Estas percepções de acomodação e pessimismo dos agentes sociais parecem estar desvinculadas das questões relativas à violência estrutural, da qual são vítimas muitas das famílias das classes menos favorecidas. Entre outras consequências, a violência do sistema social vigente, somada às práticas de atendimento da rede de apoio, pode estar produzindo a falta de perspectiva das famílias com relação ao futuro. Como aponta Fuks (2002): “[...] la violencia estructural es propia de las sociedades caracterizadas por la dominación de clases y por profundas desigualdades em la distribución de la riqueza” (p.16). Uma grande parcela da população vive em constante risco social: não tem saneamento básico, e assim estão expostos a várias doenças infecto-contagiosas. Ainda, muitos chefes de famílias submetem-se a subempregos, ou atividades informais em troca de remuneração insuficiente para sustento familiar. Por este motivo, estão sendo lesados de seus direitos fundamentais: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e à segurança (FUKS, 2002).

Nesta perspectiva, os trabalhadores sociais deveriam desenvolver seu trabalho visando o exercício da cidadania e da democracia articulados a outros profissionais sociais: da saúde, educação, poder judiciário, assistência social. Esta articulação setorial e multidisciplinar é que possibilitaria a compreensão do contexto histórico-social e da realidade local. (VENDRUSCOLO, FERRIANI & SILVA, 2007).

Com isso se quer dizer que é preciso se dar uma atenção maior aos estigmas e estereótipos que se constroem a partir das práticas diárias dos agentes sociais. Os resultados dos trabalhos apresentados acima denotam a importância destes aspectos. Além disso, é indiscutível a importância do trabalho em rede, em especial nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (JULIANO, 2005).

Para que a rede seja acionada, deve ocorrer um movimento anterior que se traduz por ações de denúncia dos fatos abusivos. De acordo com Faleiros (2003) “A denúncia é uma das questões cruciais para o enfrentamento das situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como para elucidação de todo e qualquer crime. Implica em pessoas dispostas a correr riscos e romper com o pacto de silêncio que alimenta a impunidade e desprotege as vítimas” (p. 138). Com isso pode-se afirmar que a proteção de crianças e adolescentes depende do conhecimento da violência pelos órgãos competentes através da denúncia: o Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e a Delegacia de Polícia, como apontam as autoras Pietro e Yunes (2008).

Com isso, percebe-se a necessidade da implantação de trabalhos multidisciplinares com ações integradas de cuidado e atenção à saúde, punição do agressor e proteção das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (ARAÚJO, 2002). Ainda a respeito das ações de combate à violência sexual contra crianças, Faleiros e Costa (1998) consideram ser necessária, além da denúncia e da responsabilização do agressor, a formulação de políticas de atendimento não só para a vítima, mas também para os familiares e ao agressor. Tais atendimentos devem ser articulados a outros setores da rede social, como às unidades de saúde, de educação, da assistência social e da justiça. O atendimento ao agressor se faz necessário no intuito de impedir a reincidência do ato abusivo (SILVA 2007).

O trabalho com as famílias está entre algumas das incumbências prioritárias do já referido Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, objeto de estudo desta dissertação. Nos casos de punição e afastamento domiciliar do agressor, se faria necessário dar a família um amparo legal e material, mas se desconhece até então, órgãos responsáveis por estes auxílios. É preciso desta forma, tentar resgatar um dos princípios da Educação Ambiental, que é a promoção da cidadania das famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência que tiveram seus direitos violados por aqueles que deveriam zelar e fazer valer seus direitos.

2.5. SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A reflexão que se pretende fazer sobre a questão da Educação Ambiental (EA) no âmbito do Serviço em questão, visa compreendê-lo como parte integrante da rede de apoio social que atende populações em situação risco sócio-ambiental, ou seja, crianças e adolescentes vítimas de várias modalidades de violência, abuso e exploração sexual, bem como, seus familiares.

A compreensão de que a EA não é responsabilidade somente das Ciências Naturais, mas sim, de todas as áreas do conhecimento e de todos os cidadãos, faz com que abandonemos uma visão reducionista do meio ambiente, que se limita apenas a analisar aspectos biológicos, naturais, sem focar o sistema sociedade-natureza. Num breve retrospecto, percebe-se que muitos movimentos visam a recuperar o equilíbrio da relação ser

humano-natureza, através de campanhas de conscientização contra a matança de animais, desmatamento, preservação de reservas ecológicas, etc. Entretanto, a consciência de ambiente é uma construção interna, que ocorre na intra-relação e nas inter-relações no ambiente em que se está inserido.

Reigota (1994 p.21) define o meio ambiente como “espaço onde estão as relações dinâmicas em constante interação com os aspectos sociais e naturais.” Sendo assim, a EA deve estar presente no ensino formal e informal. Embora seja um grande desafio delinear coletivamente os princípios da Educação Ambiental, é preciso empregar esforços, ou ao menos tentativas (SATO, 2003). Assim, a problemática ambiental deve ou deveria estar presente de forma permanente em todos os âmbitos educacionais, abarcando todos os educadores e educandos, fazendo com que estes se envolvam e tenham clara a importância e a urgência de uma (re) educação ambiental. A esse respeito Sorrentino (2005, p. 287) afirma que:

A Educação Ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. As revoluções paradigmáticas, sejam científicas, sejam políticas, são episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior.

Assim, segundo o mesmo autor, as revoluções políticas se originam da necessidade de mudança. No entanto, estas revoluções não mudam apenas a ciência, mas o próprio mundo. Ao se referir a EA, em específico, afirma que ao educar para a cidadania, é possível construir a possibilidade para a ação política, no sentido de construir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Nesse sentido, Loureiro (2005) considera relevante identificar as políticas públicas e o seu papel no fortalecimento destes grupos para que possam ser “cidadãos gestores” do ambiente em que estão inseridos.

Estudos de Reigota (1994 p.12) afirmam que a EA por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, esta área do conhecimento pode influir decisivamente para isso, ao formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. O autor ainda coloca que a conscientização, o conhecimento dos problemas ambientais, a mudança de comportamento e a participação de uma transformação para uma melhor qualidade de vida no planeta, são alguns dos objetivos da EA.

Ancorada na definição de Reigota (1994), a EA surge como uma necessidade fundamental para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, exigindo assim uma nova visão de sociedade onde cada um possa ter assegurado seus direitos à moradia, à educação, à alimentação e à proteção ambiental. Assim, pode-se dizer que a cidadania está

relacionada com a capacidade de reivindicação e participação dos indivíduos frente aos problemas sócio-ambientais, que neste caso, são as famílias que buscam ajuda, aconselhamento e denúncia junto a este Serviço. De acordo com o mesmo autor é necessário que a EA aconteça em todos os espaços que educam o cidadão, que seja orientada para a resolução de problemas dentro do contexto de cada comunidade, sendo participativa, comunitária, crítica e valorize a ação. De acordo com o exposto, podemos considerar que o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é também um ambiente psicoeducacional, onde as pessoas buscam ajuda, informações e tratamento quando há comprovação de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. E, neste caso, a visão deve ser sistêmica e não individualizada.

Esta proposta investigativa foi desenvolvida em consonância com estas considerações conceituais, tendo como objetivo primordial investigar os aspectos educativos das interações profissionais do Serviço e os usuários. A seguir serão apresentados os detalhes metodológicos da proposta.

CAPÍTULO III

MÉTODO

“Metodologia: caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade.”

Maria Cecília Minayo

A pesquisa em questão foi realizada no modelo qualitativo e teve como base a “Inserção Ecológica” (CECCONELLO & KOLLER, 2004; PRATI, COUTO, MOURA, POLETTTO & KOLLER, 2008) que se define por ser uma metodologia de investigação em ambientes naturais, “tendo por objetivo avaliar os processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo” (PRATI, COUTO, MOURA, POLETTTO & KOLLER, 2008, p.161).

Esta metodologia está fundamentada na Teoria dos Sistemas Ecológicos (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998) e prioriza a análise da interação de quatro núcleos primordiais: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. Além de formar um corpo teórico, conforme apontado no capítulo 2, o modelo biológico se constitui em um suporte metodológico apropriado para a realização de pesquisas sobre aspectos psicoeducacionais e de desenvolvimento-no-contexto.

3.1. CONTEXTO DA PESQUISA

3.1.1 Sede do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O contexto de realização da pesquisa foi a sede do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) do município de Rio Grande/RS. O referido Centro de

Atendimento está localizado em zona próxima ao centro da cidade. O prédio é uma casa antiga, mas que foi recentemente reformada e por isso encontra-se em bom estado de conservação. A área é ampla, arejada, ensolarada, com um grande quintal arborizado. Possui 9 cômodos e 2 banheiros, sendo que uma grande peça no fundo do pátio possui as mesmas características e condições da casa principal. Esta é utilizada para reuniões dos grupos de cuidadores. A equipe técnica é composta por 7 (sete) profissionais: 3 (três) Psicólogas, 3 (três) Assistentes Sociais e 1 (uma) a coordenadora, que também é Assistente Social.

3.1.2 Residência das famílias usuárias pelo Serviço

A residência da família A, de propriedade da entrevistada, situa-se num distrito da cidade de Rio Grande, uma estrutura de alvenaria, de modelo muito simples e sem reboco, de pequeno porte, com 3 cômodos, mais um banheiro, porém muito limpa e organizada. Já a família B, reside numa casa emprestada por um familiar (Avô paterno das crianças), situada num bairro da periferia da mesma cidade, uma casa de alvenaria, que exigia acabamento e pintura.

3.1.3 Participantes

Os participantes desta investigação foram duas famílias que estavam em início de processo de atendimento no Serviço por motivo de denúncia de abuso sexual de criança ou adolescente, e dois técnicos do Serviço: um psicólogo e um assistente social. Cada técnico indicou uma família para este estudo. Foi utilizado como critério de escolha destes técnicos o fato dos mesmos serem concursados, pois se pensou que esta condição os deixaria mais a vontade para falar sobre o Serviço.

Portanto, as duas famílias foram indicadas, uma por um assistente social e a outra por um psicólogo. Por questões éticas, as famílias serão identificadas por letras, ou seja, família A e família B. Ambas foram encaminhadas ao Serviço pelo Conselho Tutelar, por motivo de abuso sexual.

As famílias:

A família A, constitui-se no modelo monoparental, composta pela mãe e sete filhos. Dentre estes, três estão em tratamento no Serviço: 2 (duas) meninas -uma de 6 e a outra de 7 anos- e 1 (um) adolescente de 14 anos. Os outros filhos são: um menino de 5 anos, um adolescente e outro adulto. A mãe possui 42 anos, sua escolaridade corresponde ao ensino fundamental e trabalha como auxiliar de cozinha (serviços gerais). As crianças brincavam em frente à casa, no momento da minha chegada no primeiro encontro.

A família B é de religião Evangélica. Constitui-se no modelo nuclear, formado pela mãe, de 37 anos, (desempregada naquela circunstância), escolaridade correspondente ao ensino fundamental completo e seu companheiro, de 48 anos, com profissão de pedreiro, e escolaridade correspondente ao ensino fundamental incompleto, mais seis filhos. Uma adolescente de 13 anos, duas meninas de 11 e 8 anos e um menino de 4 anos de idade. Nesta família, apenas a filha adolescente, está em tratamento, acompanhada por sua mãe.

Os técnicos:

Os dois técnicos entrevistados são funcionários concursados da prefeitura. A assistente social trabalha no Serviço há aproximadamente dois anos e possui duas especializações: uma em Atenção Psicossocial e outra sobre Programa Saúde da Família - PSF.

A psicóloga trabalha neste Serviço há cerca de sete anos, não tem especialização nesta área, mas possui um curso de perícia na área da violência física e psicológica.

3.2. PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

3.2.1 Visitas sistemáticas a sede do Serviço

De acordo com o pressuposto da inserção ecológica, para se efetuar o estabelecimento de processos proximais deve haver uma base relativamente regular de interações por períodos de tempo. Assim, foram realizadas 17 visitas ao Centro de Atendimento: 7 (sete) foram realizadas em horário integral (manhã e tarde) e 10 (dez) em horários alternados. Estas foram parte do processo de inserção da pesquisadora no contexto a ser pesquisado. As visitas possibilitaram a observação sistemática da dinâmica do Serviço e de alguns aspectos das interações dos trabalhadores sociais e as famílias atendidas. As dinâmicas observadas foram:

as interações na sala de espera durante os atendimentos, três visitas às residências, participação em reuniões em grupo com as famílias e os contatos de comunicação do Serviço com o Conselho Tutelar.

3.2.2 Diário de campo

A coleta integral dos dados (visitas, observações e entrevistas) se deu através da inserção da pesquisadora no ambiente pesquisado, com início no mês de fevereiro de 2009 e término em dezembro do mesmo ano. Para isso foi utilizado o diário de campo, a fim de registrar percepções e vivências no ambiente pesquisado, e que não são contemplados nas entrevistas. Este instrumento de registro contribui para a identificação de processos presentes em conversas informais, descrição do ambiente e outras situações que são observadas durante a inserção ecológica do pesquisador. A esse respeito, Mello (2005) afirma que “muitas vezes o fato de não registrar essas situações implica perder em boa medida falas e situações extremamente significativas” (p. 60). O diário de campo foi muito utilizado nesta pesquisa, principalmente durante a fase de observação da rotina de trabalho na sala de espera da sede do Serviço, durante a participação de uma reunião de cuidadoras, acompanhamento de dois assistentes sociais, em momentos distintos, a visitas domiciliares e ao Conselho Tutelar, como também após as entrevistas nas residências das famílias investigadas.

3.2.3 Entrevistas com os profissionais

Os técnicos do Serviço foram entrevistados a partir de um guia de perguntas semi-estruturadas (Anexo E). Os objetivos da pesquisa foram repetidos com a mesma argumentação usada com as famílias, ou seja, de implementação do atendimento no Serviço e de que sua participação seria de grande relevância para desenvolvimento da pesquisa, possibilitando a partir desta, a elaboração de estratégias que visam a melhorar a qualidade do Serviço oferecido à comunidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e analisadas seguindo os passos da *grounded-theory*.

3.2.4 Entrevistas com as famílias

O contato inicial com as famílias foi realizado no local de funcionamento do Serviço, através dos profissionais entrevistados, uma psicóloga, e uma assistente social que as convidou a participar da pesquisa e informou os objetivos da mesma, bem como de sua participação voluntária e das garantias de confidencialidade e anonimato. Os telefones e endereços das famílias que aceitaram participar foram disponibilizados, para um novo contato e o agendamento das visitas domiciliares. Os contatos foram registrados em diário de campo e as conversas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas. Na visita às famílias, a pesquisadora retomou os objetivos da investigação ressaltando que a colaboração dos envolvidos era de suma importância para o aprimoramento do serviço. Nesta ocasião foi realizada a ficha demográfica da família (Anexo F) e entrevista semi-estruturada com as famílias (Anexo G).

3.2.5 Considerações éticas

A privacidade e o anonimato dos participantes, assim como a confidencialidade dos dados, foram garantidos. Os dados brutos são de acesso restrito da pesquisadora e da orientadora. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) entregue a coordenadora do Serviço, (anexo B) entregue a Assistente Social, (anexo C) entregue a Psicóloga e (anexo D) entregue as famílias participantes da pesquisa. Ambos os documentos foram elaborados de acordo com os artigos da CFP no 16/2000² contendo informações básicas sobre a pesquisa. Ademais, foi salientado às famílias o seu direito de interromper sua participação na pesquisa em qualquer tempo e sem nenhum prejuízo pessoal ou social.

² O Comitê de Ética da Fundação Universidade Federal de Rio Grande não aprecia propostas da área da Educação. Entretanto, foram respeitadas todas as normas de pesquisa com seres humanos previstas pelo Conselho Nacional da Saúde.

3.3. ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas qualitativamente seguindo os passos propostos pela *grounded-theory*. A *grounded-theory* foi cogitada, neste caso, por oferecer condições de descobertas de uma teoria a partir dos dados coletados (YUNES & SZYMANSKI, 2005). Esta metodologia de análise permite ao pesquisador a possibilidade de organizar uma grande quantidade de dados qualitativos, obtidos a partir dos relatos, proporcionando a descoberta de códigos, categorias e subcategorias que emergem a partir das análises. Embora não exista uma tradução da expressão *grounded-theory* para o português, esta é uma forma de análise conhecida como “teoria fundamentada nos dados”. O objetivo do pesquisador ao utilizar esta metodologia de análise é compreender uma determinada situação e entender o conteúdo subliminar de ações, percepções, crenças, atitudes e comportamentos. O rigor dos procedimentos desta forma de análise possibilita uma certa “descontaminação” das idéias teóricas e hipóteses previamente elaboradas para a realização do seu estudo.

Exemplo:

Falas	Categorias	Subcategorias
Ausência desses cuidadores abre portas pra outras violências questão das drogas	Fatores de risco	Ausência de cuidadores
A gente sabe dos riscos que tem nas ruas	Fatores de risco	Risco da situação de rua
Fragilidade nos grupos familiares que predispõe tanta violência com as crianças	Fatores de risco	Fragilidade familiar = violência

Após esta sistematização, as categorias e subcategorias são relacionadas e interpretadas pelo pesquisador. Esta etapa exige um “mergulho” do pesquisador (MORAES, 2005) nos dados, oportunizando ao mesmo a impregnação pelas falas dos entrevistados, das categorias e subcategorias.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe, braço que envolve,
palavra que conforta, silêncio que respeita,
alegria que contagia, lágrima que corre,
olhar que sacia, amor que promove.”*

Cora Coralina

4.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Segundo conversa informal com a primeira coordenadora do Serviço na Cidade de Rio Grande, este foi implantado no ano de 2002. A execução do projeto inicialmente estava sob responsabilidade da FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Algum tempo depois, o projeto passou a ser de responsabilidade da Prefeitura Municipal, junto à Secretaria da Assistência Social. Entretanto, não foi disponibilizado pela prefeitura um local específico para implantação do projeto, nem equipamentos. A equipe teve que se acomodar em uma sala concedida no prédio do COMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tudo foi organizado de forma improvisada e a maioria dos brinquedos, jogos, tintas e tapetes foram doados por uma instituição de abrigo da mesma cidade. Para compor a equipe foi necessária a contratação de quatro técnicos: uma pedagoga, uma assistente social, uma psicóloga e uma secretária. Esta equipe estudou o projeto e o adaptou à realidade deste município. O horário de funcionamento era das 8h ao 12h e das 14h às 17h, com atendimentos de 50 minutos. Após este período a equipe se reunia para discutir os casos.

Quanto à metodologia de trabalho, eram utilizadas atividades lúdicas com as crianças, que eram desenvolvidas pela pedagoga e pela psicóloga. Simultaneamente, o familiar estaria em atendimento com a psicóloga ou com assistente social. Este último profissional tinha como

atribuição acessar outros serviços da rede social a fim de suprir algumas demandas destas famílias. Já com o abusador era realizada uma entrevista e imediatamente se acionava a polícia. Desta forma, nenhum trabalho específico era realizado com o mesmo.

Esta equipe permaneceu neste projeto apenas por onze meses, pois foi determinado que os integrantes deste projeto deveriam pertencer a SMCAS – Secretaria Municipal da Assistência Social. Como nenhum destes membros pertencia a esta Secretaria todos foram dispensados. A nova equipe deveria assumir interinamente, e assim foi aberto um edital para contratação dos novos técnicos. Somente a coordenadora permaneceria em caráter definitivo no cargo, o restante da equipe deveria mudar de dois em dois anos.

A seguir serão apresentados alguns dados mais recentes a respeito do Serviço e do número de atendimentos, a situação sócio-econômica dos usuários, modalidades de violência mais frequentemente reportadas, abusador referido com mais incidência e os bairros nos quais predominam a denúncia de situação de violência de crianças e adolescentes que são encaminhadas ao Serviço e quantos casos estão em tratamento.

Segundo o relatório do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), do município de Rio Grande, este tem como meta atender 50 casos por mês. Ao longo do ano de 2008, ingressaram 131 novos casos, ao final do mesmo ano estavam 93 famílias em acompanhamento. Este relatório contém informações que caracterizam as famílias usuárias do Serviço, e se referem à situação sócio-econômica, abrangência do atendimento no município, modalidade de violência que predomina, os principais abusadores e características das vítimas. Neste relatório não constavam informações a respeito do sexo das vítimas. Quanto ao abusador pode-se constatar que predominam os do sexo masculino.

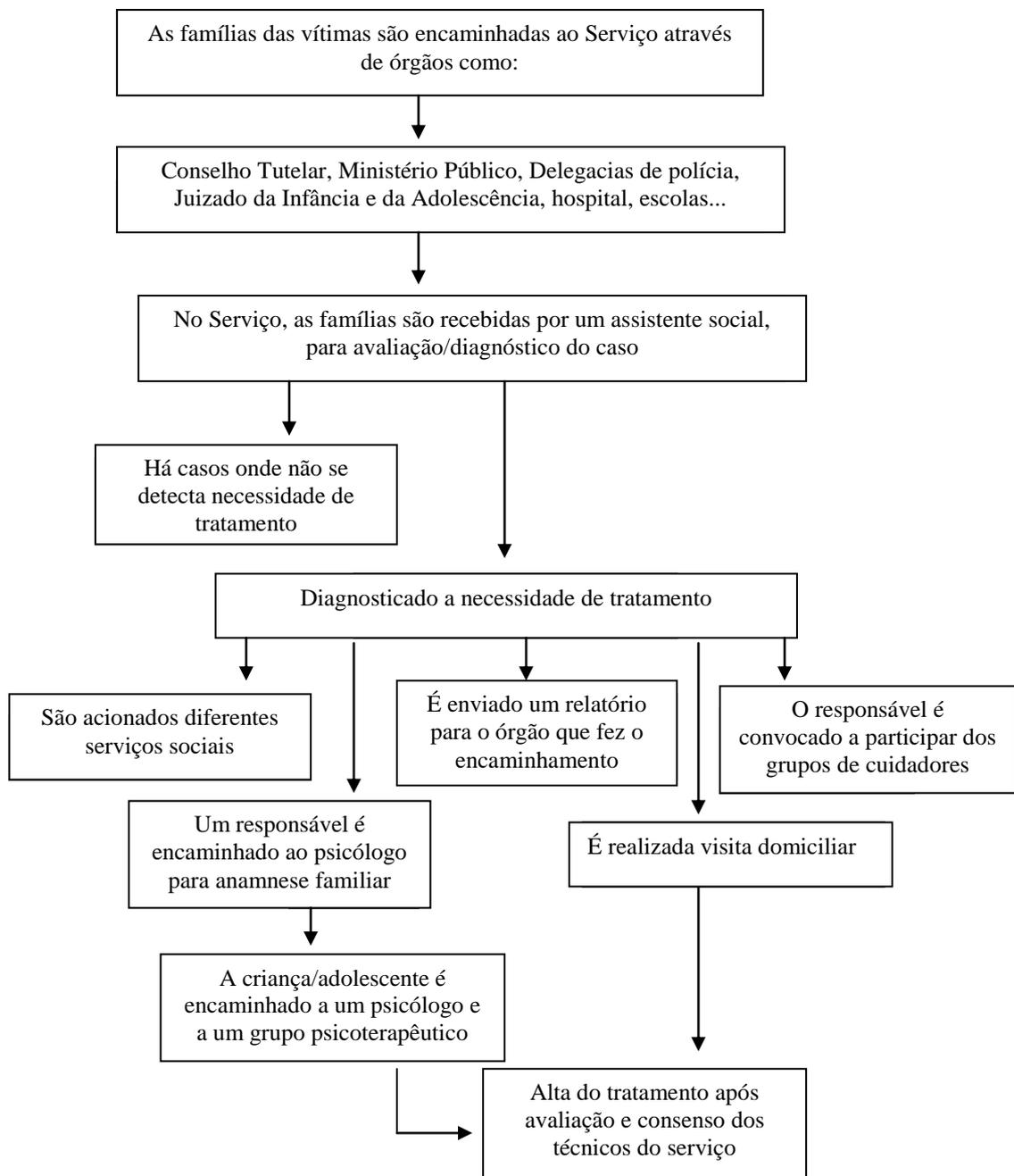
No que tange à situação sócio-econômica das famílias usuárias do Serviço, predominam as famílias de baixa renda (Vide Figura 1, em anexo). Quanto à abrangência no espaço demográfico, pode-se observar que o Serviço atende famílias residentes nos mais diversos bairros da cidade, sejam elas da periferia ou da zona central do município (Vide Figura 2, em anexo). No que se refere à modalidade de violência, predomina o Abuso Sexual, que representa 61% dos casos, seguidas da violência física que corresponde a 21%, da negligência, e da violência psicológica que apresentam a mesma porcentagem de ocorrência, ou seja, 9% dos atendimentos cada (Vide Figura 3, em anexo). Com relação ao abusador, o pai e o padrasto apresentaram 36% dos casos, configurando-se assim a predominância da violência intrafamiliar. Demais familiares correspondem a 29%, outras pessoas ou desconhecidos representam 35% dos casos (Vide Figura 4, em anexo). No que se refere à idade das vítimas, predomina o atendimento de crianças compreendendo 74%. A faixa etária entre 6 e 8 anos

apresentou maior incidência de casos, representando 32% dos atendimentos. Quanto aos adolescentes, a faixa etária entre os 12 e 14 anos representou 22% dos atendimentos (Vide Figura 5, em anexo). Quanto à cor da pele, 52% dos usuários se classificaram como pessoas de pele branca e apenas 6% como negras, 5% como pardos e 37% não informado (Vide Figura 6).

4.2. DESCRIÇÃO DA DINÂMICA DE ATENDIMENTO/TRATAMENTO

As observações realizadas durante a inserção ecológica, as conversas informais com a coordenadora do Serviço e as entrevistas com os técnicos, trouxeram informações acerca da dinâmica do atendimento e/ou tratamento das vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias. Estas foram sistematizadas e diagramadas abaixo.

Descrição da dinâmica de atendimento/tratamento



Segundo relato das técnicas entrevistadas, a dinâmica de atendimento inicia a partir do encaminhamento de órgãos tais como: delegacias de polícia, hospital, Juizado da Infância e da Adolescência, Conselho Tutelar, escolas, entre outros segmentos sociais.

As pessoas encaminhadas ao Serviço são recepcionadas por um assistente social. Este momento é definido como “abertura de caso” ou “acolhimento”, termo utilizado pelos técnicos. Estes trabalhadores não utilizam a expressão pais, devido à diversidade da configuração das famílias usuárias. Portanto, preferem utilizar termos como “responsáveis ou cuidadores”.

Na acolhida é realizada a anamnese social da família, para a elaboração do diagnóstico e de um possível plano de ação, no qual, são levadas em consideração as vulnerabilidades e potencialidades das famílias. *“Quais as necessidades, vulnerabilidades e potencialidades da família? Em cima das vulnerabilidades a gente vai montar nosso plano de ação”* (Assistente Social).

Há casos em que não se detecta a necessidade de tratamento, como exemplifica a psicóloga: *“Se for abuso extrafamiliar, às vezes, a caminho da escola, uma criança maior não conseguiu se proteger. Nesse caso a criança não precisa ficar. Tudo vai depender como ela vai estar.”* Afirma que nestas ocasiões, os cuidadores recebem orientações sobre cuidado e proteção da criança e do adolescente do qual são responsáveis. *“Muitas vezes se for uma situação isolada ela não vai necessitar de tratamento. E sim a mãe vai ser orientada. Para que possa perceber o que estava acontecendo”* (Psicóloga). Já a assistente social, comenta que há casos em que um dos responsáveis se utiliza de falsa denúncia, a fim de prejudicar o ex-cônjuge ou companheiro, pai ou mãe da vítima em questão. *“Nós já tivemos casos assim, de não ser, de não proceder mesmo, somente conflito dos adultos mal resolvidos.”*

Constatada a necessidade de tratamento no Serviço, o responsável é encaminhado ao psicólogo, que também realiza uma bateria de questionamentos, mas agora com outro enfoque. *“A primeira entrevista com a psicóloga, também é com o cuidador ou a pessoa responsável para fazer a anamnese psicológica e depois é que vão marcar com a criança”* (Assistente Social).

No decorrer disso, a assistente social faz a visita domiciliar, com intuito de ver *in loco* a realidade desta família. *“A gente tá fazendo no mínimo duas visitas no decorrer da criança aqui. Uma na avaliação e outra no tratamento. Pra constar no laudo”* (Assistente Social). Duas visitas é o mínimo exigido para a elaboração do laudo, mas outras visitas poderão ser realizadas conforme a necessidade do caso. A partir da realização do diagnóstico, é enviado um relatório para o órgão que fez o encaminhamento ao Serviço, contendo informações a

respeito do caso. Se for comprovada a situação de violência ou abuso, o juizado deverá ser notificado, gerando um processo contra o agressor ou abusador.

Somente após estas entrevistas com os responsáveis é que o psicólogo passa a atender a vítima sistematicamente. Vale destacar que a criança e o adolescente será atendido apenas pelo psicólogo. Esta é uma forma de proteção instituída no Serviço, com intuito de poupá-los de verbalizar várias vezes a situação ocorrida a diferentes técnicos. *“Toda criança e adolescente que chega ao serviço de avaliação e tratamento já falou pra muita gente. A gente sabe que a forma que pergunta, que tu interage tu revitimiza. Então por isso, que a gente separou dentro do Serviço. Só vai ficar e falar pro seu psicólogo”* (Assistente Social).

Já os cuidadores são convocados a participarem de reuniões em grupo sob a orientação de um assistente social. Nestas reuniões são transmitidas orientações a respeito da educação dos filhos, as fases de desenvolvimento da criança e do adolescente e estratégias de como lidar com o problema que estão enfrentando, buscando assim colaborar com a superação da violência vivenciada e possibilitar a troca de experiências e angústias entre cuidadores. *“Eu acho que o grande barato, talvez o ganho mesmo do grupo é essa troca entre elas.[...] não adianta eu nunca vou falar como mãe para elas, elas sabem que eu tenho filhos, às vezes, com a idade dos filhos delas. É outra forma, né”* (Assistente Social).

Uma das práticas do Serviço é a realização sistemática de reuniões envolvendo toda a equipe técnica, ou seja, entre a coordenadora, os psicólogos e os assistentes sociais. O objetivo das mesmas é a troca de informações a respeito dos casos novos, sugestões de abordagens, dúvidas, relatos dos casos em andamento ou demais dificuldades que possam estar enfrentando. *“A reunião é quarta- feira de manhã. Tu leva para a equipe técnica, já apresenta ali e já troca umas ideias . Já se pensa em algumas intervenções”* (Assistente Social).

Segundo a psicóloga existe uma preocupação dos técnicos em não “psicologizar” o atendimento, uma vez que desenvolvem o trabalho numa abordagem interdisciplinar. *“Assim como a violência é multifatorial, nós também temos que dar muitos encaminhamentos e um trabalho em conjunto vai ser muito mais rico.”*

A seguir será apresentado de forma mais detalhada o trabalho desenvolvido pelos técnicos de cada área do conhecimento, que compõe a equipe do Serviço. Entretanto, durante o período da coleta de dados o técnico educador, responsável pelas questões relacionadas à educação escolar das crianças e adolescentes, demitiu-se devido aos constantes atrasos no pagamento de seu salário. Este profissional era um funcionário contratado pela Prefeitura Municipal. O fato representa uma lacuna na equipe de trabalho, pois este técnico tem um

papel fundamental na dinâmica do Serviço. Segundo o relatório do CREAS/2008 suas atribuições são: o acolhimento da vítima na busca de oferecer um ambiente agradável, disponibilizando brinquedos e jogos a fim de possibilitar descontração, de modo que a criança se sinta amparada durante os atendimentos; realizar constantes observações da expressão corporal e da sua fala durante sua participação nas atividades lúdicas; visitas às escolas para o acompanhamento pedagógico e troca de informações, bem como orientações aos profissionais docentes que atuam diretamente com as crianças e adolescentes; e, participação nos grupos de adolescentes e adultos, coordenados pelos psicólogos e assistentes sociais. No entanto, os assistentes sociais continuam realizando as visitas escolares e contatos com as orientadoras pedagógicas das escolas, de maneira a suprir esta carência no atendimento. *“A questão da distribuição das escolas, fica pro técnico que tá mais liberado. Às vezes, fica mais fácil falar com a orientadora educacional por telefone... Do que conseguir carro naquela meia hora que ela tem disponível para conversar”* (Assistente Social).

4.3. RESULTADOS DA INSERÇÃO NO SERVIÇO REGISTRADOS NO DIÁRIO DE CAMPO

Categorias	Subcategorias
Resultado da inserção no Serviço	Baixa adesão
Resultado da inserção no Serviço	Dificuldade de locomoção
Resultado da inserção no Serviço	Atraso na entrega dos vale transportes
Resultado da inserção no Serviço	As famílias parecem tirar férias no recesso escolar
Resultado da inserção no Serviço	Disponibilidade de brinquedos
Visitas domiciliares	Dificuldade de inserção dos técnicos nas residências
Visitas ao conselho Tutelar	Possibilidade de comunicação entre os dois serviços

Durante o período de **INSERÇÃO NA SEDE DO SERVIÇO**, constatou-se a partir das observações realizadas, uma fragilidade nas interações e a necessidade da elaboração de estratégias mais pontuais para a participação efetiva dos grupos familiares. As observações realizadas na sala de espera e nas reuniões em grupos, realizadas durante o mês de fevereiro, demonstraram **baixa adesão** e participação das famílias nos atendimentos agendados. Este fato pode ter ocorrido devido a **dificuldades no deslocamento** até o local de atendimento ou

problemas na comunicação sobre os agendamentos. A pesquisadora questionou junto aos técnicos do CREAS, quais seriam os motivos deste fato. Foram apontados dois fatores como possíveis causadores da ausência dos usuários ao Serviço: **atraso na entrega do vale transporte** por parte da prefeitura (estes eram disponibilizados aos usuários), o calor excessivo que fazia aquela semana, e por ser período de férias escolares. A esse respeito os profissionais relataram que **as famílias parecem tirar férias do tratamento durante o recesso escolar**. Observou-se que o acolhimento das crianças pela equipe se faz através da **disponibilidade de brinquedos** enquanto aguardam o atendimento. No que se refere às **VISITAS DOMICILIARES** percebeu-se **dificuldade de inserção dos trabalhadores do Serviço nas residências das famílias**. Um dos fatores que parece ocasionar esta dificuldade é o fato das visitas não serem previamente agendadas. Durante as duas **visitas acompanhando os técnicos do Serviço até sede do Conselho Tutelar** para a entrega de ofícios e discussão a respeito de um caso específico, percebeu-se a **possibilidade de comunicação entre estes dois serviços**, tendo em vista o atendimento familiar em rede. No entanto, vale destacar que os Conselheiros Tutelares ainda possuem uma visão unilateral a respeito das causas da violência sofridas por estas famílias, desconsiderando a multidimensionalidade deste fenômeno.

4.4. ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DO SERVIÇO: PERCEPÇÕES, SENTIMENTOS E CRENÇAS DOS PROFISSIONAIS

A seguir serão apresentados os resultados das análises das entrevistas realizadas com a assistente social e a psicóloga do Serviço. O texto foi organizado em itens de categorias elegidas nas falas das entrevistadas e de acordo com os temas abordados: a formação dos profissionais; a atuação dos profissionais no Serviço; resultado do trabalho dos técnicos, características das famílias atendidas no Serviço, segundo a percepção dos técnicos; causas da violência familiar segundo os técnicos do Serviço; relação das famílias com a comunidade na percepção dos técnicos; descrição das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e descrição do agressor.

4.4.1 Formação dos profissionais

A assistente social entrevistada como já foi exposto, trabalha no Serviço há aproximadamente dois anos e possui duas especializações: uma na área de saúde mental, em Atenção Psicossocial, realizada no ano de 2008, na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e outra sobre Programa Saúde da Família - PSF. Trabalhou durante cinco anos no NACA- Núcleo de Atenção a Criança e ao Adolescente, uma ONG da cidade de Pelotas/RS, onde atualmente é realizada a supervisão do Serviço e são oferecidos os cursos de capacitação, ambos pagos pela Prefeitura Municipal. Esta demonstrou em seu discurso, um conhecimento profundo e atualizado a respeito do tema Violência e das **concepções da Psicologia Positiva**, que segundo Yunes (2008) faz oposição a psicologia tradicional por privilegiar os aspectos potencialmente saudáveis dos seres humanos. Relata que procura ressaltar para os cuidadores, que o problema que estão enfrentando é uma **situação passageira** e que irão superar através do tratamento que estão recebendo. *“Que somente seja um período de crise como eu costumo dizer para eles. Vai passar, mas para isso precisamos construir algumas coisas.”* É possível que esta forma otimista promova nestes responsáveis novas perspectivas de enxergar o futuro e prosseguirem suas vidas. Durante a entrevista, a profissional evidenciou entusiasmo e motivação em trabalhar com esta população e destacou a importância da **participação efetiva da família ao tratamento**.

A psicóloga informou que trabalha neste Serviço há cerca de sete anos, não tem especialização nesta área, mas possui um curso de perícia na área da violência cívica e psicológica. Apesar do tempo considerável em que atua neste Serviço, seu discurso foi mais conciso. A entrevistada transpareceu estar ligeiramente tensa durante o encontro. Revelou que periodicamente são oferecidos cursos de capacitações, tanto na parte da violência em si, quanto na instrumentalização e testagem de famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social, ambas na área clínica e social de psicologia. Estes cursos são oferecidos no NACA, uma ONG já referida neste texto, ou na PROJECTO, em Porto Alegre. Esta profissional compreende a importância do seu trabalho no Serviço, mas considera fundamental priorizar os aspectos multifacetados do fenômeno, através da articulação com as outras áreas do conhecimento, ou seja, da pedagogia e da área social. Justifica afirmando que a violência é um tema multifatorial e, por consequência, exige múltiplos olhares e encaminhamentos.

A entrevistada enfatizou as questões da transgeracionalidade ao se referir às relações familiares, principalmente no que tange às situações de violência. *“Também sofreu isso na infância, situação de negligência, de violência física ou de violência sexual e que vão agora reproduzir junto aos filhos.”*

4.4.2 Atuação dos profissionais no Serviço

A análise das entrevistas com as famílias apontou a que atuação dos profissionais é muito apreciada pelas mesmas e são desenvolvidas **DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM** como: **a acolhida, as visitas domiciliares, contato com as escolas, grupos de cuidadores e os psicoterapêuticos**. Mas, a postura comprometida e afetiva dos técnicos para com as vítimas e seus familiares é também apreciada pelas famílias usuárias do Serviço.

O assistente social é quem realiza a **acolhida** do responsável na chegada ao Serviço. Este técnico é o que desenvolve um trabalho mais efetivo e de maior proximidade com as famílias. A assistente social entrevistada relatou que inicia esse primeiro contato com o cuidador(a) apresentando o Serviço, explicando pausadamente o que é o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, qual o objetivo do Serviço, como é feito o atendimento/tratamento: *“Aqui nós vamos fazer avaliação e tratamento. O que é avaliação, explico. Em que momento vai deixar de ser avaliação [...]”* (Assistente Social).

Explicou que passou a utilizar esta prática, após uma conversa com uma cuidadora que relatou que no primeiro atendimento estava tão tensa, que não conseguia se concentrar no que ela (Assistente Social) estava falando: *“Essa é uma prática, depois de ter um feedback, bem legal com uma mãe, que disse: a primeira vez que eu tive aqui, eu escutava meu coração. Só via sua boca abrindo e fechando, eu não ouvia. De vez em quando, chegava alguns fleches de sua voz no meu ouvido. De tão tensa, eu não conseguia entender nada”* (Assistente Social). Fica claro desta forma, que esta assistente social trabalha de forma atenta e valoriza as percepções dos usuários, buscando transformar suas práticas a partir das opiniões que são emitidas num espaço concedido por ela. Nestes casos é disponibilizado um momento da anamnese social, para que a cuidadora possa falar também sobre suas angústias. *“Vamos esquecer um pouco o teu menino, quero te ouvir um pouquinho. Teve entrevistas que foi muito mais da mãe e que a gente não conseguia nem falar da criança. De tão mal que às*

vezes chega à pessoa aqui, o cuidador”. Principalmente quando se trata de mães que também sofreram violência sexual. Como aponta a assistente social: “*Essas mães que sofreram violência e que tem coisas muito introjetadas nelas. São muito sofridas.*” A profissional denota clareza de que esta atenção dispensada ao responsável/cuidador (a) é muito importante para que se estabeleça o vínculo entre a família e o Serviço. A esse respeito a assistente social considera: “*O grande êxito do tratamento dessas crianças é fazer esse gancho com a família. Afirmo ainda que: “Hoje nós estamos firme nisso. Se a família não se vincula, não se compromete, não traz não cumpre os agendamentos. Nós fazemos um ofício pro órgão de proteção que encaminhou a criança pra cá. [...] damos 30 dias para reingresso dessa família. O não retorno implicará que essa criança tem que ser novamente encaminhada.*” Segundo a entrevistada, esta é uma maneira de manter as pastas sempre atualizadas. Pode-se considerar também, que esta é uma forma de manter informado o órgão de proteção que fez o encaminhamento do caso ao Serviço, o que evidencia o olhar dessa profissional para o êxito de um trabalho social cooperativo e em rede.

Durante a entrevista de acolhida, relata que avisa que irá realizar **visitas domiciliares**, salientando que esta é uma das intervenções estabelecidas pelo Serviço e explica qual o objetivo da mesma. “*Depois que ela já me passou as informações, que disse por que veio. Digo que uma das práticas, uma das intervenções é a visita domiciliar. Já tento desconstruir qualquer tipo de fantasia. E nada melhor para poder falar e poder apresentar um pouco da vida da gente é na nossa casa*” (Assistente Social).

Acredita-se que esta estratégia utilizada pela assistente social de apresentar o Serviço, de forma didática ao usuário que está chegando pela primeira vez, torna a experiência menos tensa, uma vez que esta pessoa pode estar fragilizada pela situação de violência sofrida e impossibilitada de compreender e assimilar fatos objetivos. O ingresso neste Serviço nos remete ao que Bronfenbrenner (1979/1996) denomina de transição ecológica, um dos processos mais significativos no desenvolvimento humano, já que ocorre ao longo do ciclo de vida. A transição ecológica é caracterizada pela entrada e saída em ambientes micro-sistêmicos da rede social, como: a ida para a escola, universidade, emprego, ou neste caso, o ingresso no CREAS e a posterior alta do tratamento.

Um tema abordado como dificuldade é a impossibilidade de agendar as **visitas domiciliares**, devido à extensão do município. Por esse motivo, a profissional tenta agrupar as visitas às residências de acordo com a proximidade dos bairros. “*É grande o município e a gente tem que se organizar pra poder dar conta. Não tenho como agendar, vou por bairros. Hoje eu vou para BGV, vou fazer os bairros mais próximos e já vejo aquelas famílias*”

(Assistente Social). Afirma que procura sempre levar em consideração os horários que as famílias costumam estar em casa demonstrando respeito e consideração pelos usuários. *“Vejo os horários que elas podem estar em casa. Então elas já sabem, não é uma surpresa”* (Assistente Social).

A assistente social mencionou a divergência de opiniões a respeito das **visitas domiciliares**, concebida por muitos como uma prática invasiva. *“Há uma discordância tanto das colegas, da própria academia que acham que a visita domiciliar é uma coisa muito invasiva”* (Assistente Social). Entretanto, ela defendeu essa prática de intervenção, afirmando que isso vai depender muito da atuação do profissional. *“O que tu vais fazer lá, o jeito que tu vais fazer é que pode ser invasivo. Até uma consulta médica pode ser invasivo. Dependendo do jeito da tua atuação pode ser invasivo, sim. Pode ser extremamente prejudicial”* (Assistente Social).

A profissional conta que explica aos responsáveis que estas visitas domiciliares servem para que ela possa identificar possíveis vulnerabilidades da família, e que a partir daí, poderão **construir estratégias conjuntas de enfrentamento e superação** das mesmas. *“Que as vulnerabilidades que pretendo identificar, se existirem dentro da família não vai ser para apontar o dedo contra ela e acusá-la. E sim pra gente trabalhar e construir junto a superação dessas dificuldades”* (Assistente Social). E que também serão realizadas visitas à escola da criança ou adolescente. Ela compreende que esta estratégia representa uma forma de atenção para com as famílias: *“Eu vejo com isso que elas gostam, sabem que é atenção. Quem não gosta de atenção?”* Esta profissional acredita que assim constrói uma **relação afetiva com as famílias**. Considera ser fundamental estabelecer esta relação para que em alguns momentos, possa fazer algumas imposições. *“A gente tem que ter esta questão do afeto para que em determinados momentos ser mais impositiva ser mais firme.”* Acredita que desta maneira as responsáveis/cuidadoras percebem seu empenho profissional para a superação da situação de violência vivenciada: *“Tem afeto olha, ela tá querendo mesmo, eu acredito que ela quer de fato que melhore, que passe esse período de crise.”* A assistente social relatou que em alguns casos é estabelecida uma relação afetiva tão forte entre o técnico e a cuidadora que se torna difícil o momento da alta do tratamento, para ambas as partes: *“Tem que desligar, como se fosse uma bengala, a gente tem que andar sozinho, sem essa dependência. Podes vir aqui, pra nos visitar, pra visitar a instituição. Mas numa outra vinda, já superasses, vocês estão bem. Isso a gente tem que trabalhar muito com elas.”* Explica que a situação de fragilidade que as famílias demonstram quando chegam até o Serviço propicia esse envolvimento. Aponta a importância do trabalho em equipe para apoiar

o técnico no momento do desligamento com os cuidadores: *“Tens que desligar isso aí tá sofrido, não tem mais por que”* (Assistente Social).

No que se refere à atuação dos psicólogos, segundo a entrevistada da área, cabe a este profissional a realização da anamnese psicológica ou avaliação, tanto do cuidador como da criança ou do adolescente vítima de violência. *“Essa avaliação sendo positiva para a violência elas vão ficar para a tratamento”*. Nesta anamnese procura-se analisar toda questão familiar, pois compreendem que a criança/adolescente está inserida num contexto, evidenciando seu olhar ecológico para o desenvolvimento humano. *“A gente tenta ver a história dessa mãe que violenta, desse pai que violenta. Se também sofreu isso na infância, situação de negligência, de violência física ou de violência sexual”* (Psicóloga).

Nos **grupos psicoterapêuticos** direcionados às crianças e adolescentes são utilizadas diferentes estratégias e a psicóloga entrevistada justifica esta prática diversificada afirmando que é preciso *“ter muita sensibilidade e muito cuidado para que não se fique esperando tudo de uma verbalização”*. Estas técnicas permitem que o profissional identifique as situações de violência da qual a criança/adolescente foi vítima, sem que esta precise relatar verbalmente a situação ocorrida. A utilização de diferentes atividades lúdicas foi valorizada pelas crianças e adolescentes entrevistados, e cria a possibilidade para que estas possam expressar de forma criativa e espontânea seus sentimentos, medos e inseguranças. *“Às vezes, elas desenham tal e qual, outras no brinquedo ela coloca o boneco em cima do outro e consegue te mostrar a situação de abuso”* (Psicóloga). Acredita-se que estas atividades auxiliam a vítima a resignificar suas relações, seja consigo mesmo, com sua família ou com os outros.

4.4.3 Resultado do trabalho dos técnicos

A psicóloga entrevistada demonstrou estar satisfeita com o **RESULTADO DE SEU TRABALHO**. *“Nós temos tido bons resultados. A gente tem tido poucos retornos depois da alta, poucos tiveram reincidência.”* Atribuiu isto a dois fatores: primeiro ao trabalho em grupos de cuidadores, *“[...] esse avanço que a gente teve foi o trabalho em grupo. Na medida que eles trocam, têm a possibilidade de ver que a dor deles também é a dor do outro e podem dividir. Psicologicamente conseguem evoluir relativamente bem”*, e em segundo lugar, atribui o sucesso ao **vínculo da família e sua responsabilidade com o tratamento da vítima**. *“Não adianta a criança vir e a família não vir”* (Psicóloga). Azevedo e Guerra

(1994) estão de acordo com esta exigência e sugerem que a vítima e a família devem ser encaminhadas a um tratamento compulsório na comunidade com duração de no mínimo dois anos. A entrevistada afirma que: *“tudo depende de como foi... quando maior o trauma sofrido mais tempo vai ter que ficar, maior vai ser a dificuldade”* referindo-se a peculiaridade de cada caso, pois em algumas situações, a criança apresenta mais dificuldade de compreender a situação de abuso que sofreu, principalmente quando o agressor não se utilizou de violência *“Se é por um pai que não abusou de agressão, há toda uma confusão de sentimentos. É difícil para uma criança pequena entender que é feio, ou é ruim, ou é errado aquilo que o pai tá fazendo com ela.”* (psicóloga).

A assistente social também percebe o resultado do seu trabalho, no relato das cuidadoras durante as reuniões de grupo quando afirma que *“algumas estão conseguindo fazer diferente”* referindo-se à mudança de posturas com relação à educação dos filhos. E afirma ainda que o cuidado das responsáveis com a sua aparência física é um indício importante de melhora e de adesão ao tratamento: *“agora tinha notado que elas se param a cuidar da imagem delas”*. Isto demonstra que o tratamento que está sendo oferecido está repercutindo positivamente na auto-estima destas mães que chegam ao Serviço se sentindo derrotadas e culpadas pela situação de violência sofrida pelos filhos. Explica que é necessário que este cuidado *“se expanda pro lado de vocês, pra casa e pros filhos também esse afeto todo.”* A profissional do serviço social afirmou que: *“o resultado pra mim é o comprometimento da família, tu vai medindo, a caminhada dessas famílias junto da instituição, adesão ao tratamento”*. Acrescenta ainda que: *“Compreendo que a família tá num processo de transformação, tá se construindo”*. Referindo-se a família que *“nunca teve acesso nunca teve aquele modelo, nunca foi cuidada”*. De forma geral, suas falas evidenciam a relevância do vínculo familiar para o tratamento efetivo das vítimas e das famílias, sublinhando que nos grupos de cuidadores são discutidas questões referentes ao cuidado, educação, violência e outros temas detectados por estes técnicos.

A assistente social apresentou alguns **FATORES QUE DIFICULTAM** o desenvolvimento do trabalho. Referiu-se basicamente à dificuldade de **estabelecer um efetivo trabalho em rede com os demais órgãos de assistência social**, uma vez que para suprir as demandas da população atendida, necessitam de outros serviços de suporte. Como explica a seguir: *“Tu faz um belo laudo, cheio de referenciais teóricos, bota teu carimbo, assinas. Precisa de avaliação neurológica, psicológica e psiquiátrica dos pais e acompanhamento. Se essa rede não vai dar, não vai conseguir comportar, não vai acolher. Nem sempre se consegue”*. A esse respeito Faleiros e Costa (1998) apontam que as políticas públicas

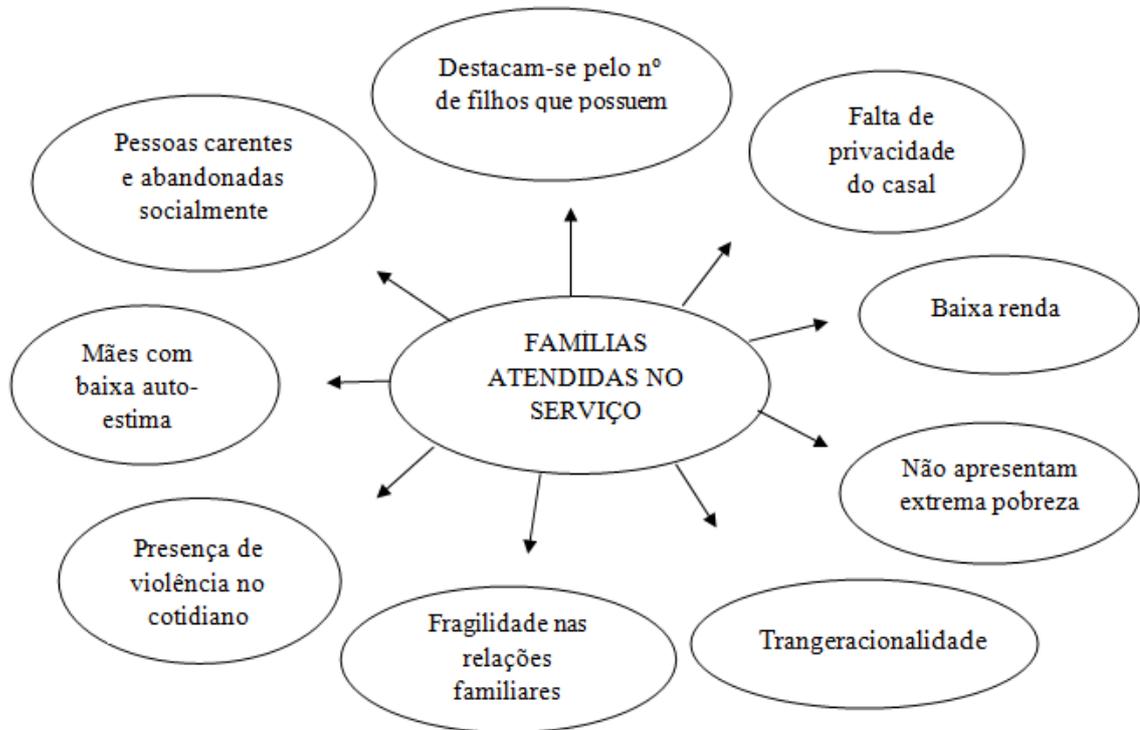
brasileiras caracterizam-se pela pouca articulação e fragmentação entre as redes de proteção e combate à violência sexual. A profissional apontou também o **despreparo profissional** das pessoas que atuam na rede social: “*Tu vê pessoas, profissionais que trabalham na área da assistência social que se dizem pertencem a uma rede e que não conhecem as políticas que implementam essa rede*”. Estas parecem desconhecer seu papel perante aos usuários, ou seja: “*Que distencionem, que sejam mediadores, que apliquem medidas de proteção, que orientem, que encaminhem, que mostrem, que abram portas*”. Afirma que considera fato extremamente grave por causar o entroncamento da rede social. “*Quando tu desconhece o funcionamento a parte de legislação mesmo. Tu não consegues acionar. E são esses atores sociais que tão aí construindo e trabalhando*”. Expressou ainda a **dificuldade de estabelecer um diálogo com outros serviços**: “[...] *eu sei o que é essa angústia de tu queres buscar mais informações a respeito dessa família. Às vezes, tu não és recebido, às vezes tu não consegues. As pessoas, às vezes vêem como se tu tivesses invadindo o espaço. Ficam entroncando muito essa rede*”. Entretanto, afirma que: “*o discurso é maravilhoso, [...] é promoção da cidadania, construção da rede. Trabalhamos com visibilidade e transparência... Mas no dia-a-dia no cotidiano ali.*” Considera que todos estes fatos citados acabam repercutindo negativamente no Serviço de atendimento oferecido à comunidade.

Relatou ainda **problemas internos do Serviço** que poderiam ser sanados pelo órgão Executivo municipal, uma vez que este Serviço está inserido na Secretaria da Assistência Social do Município. A ausência de uma pedagoga no Serviço resulta uma lacuna no atendimento em termos da avaliação do desenvolvimento escolar destas crianças e adolescentes. Embora outros técnicos estejam buscando suprir esta deficiência, este fato deve resultar em atrasos ou sobrecarga dos demais técnicos que não têm formação adequada para o desenvolvimento deste trabalho. “*A questão da distribuição das escolas, fica pro técnico que tá mais liberado.*”

Outro **complicador** é o fato de haverem profissionais contratados, referindo-se ao problema da **instabilidade dos técnicos** no Serviço. Sobre esta questão expressou que: “*em termos de projetos sonhos que eu teria pro nosso Serviço, é poder ter uma equipe completa, todos nomeados sem ter contratados*”. Afirmou que esta situação “*Pro Serviço isso tem um impacto muito grande*”. A assistente social refere-se à lacuna que a saída de um técnico provoca na equipe, seja por demissão ou pela não renovação do contrato e o impacto no atendimento ao usuário.

4.4.4 Características das famílias atendidas no Serviço, segundo a percepção dos técnicos

Características das famílias atendidas no Serviço



Segundo as técnicas entrevistadas, a **CARACTERÍSTICA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO SERVIÇO** são de **baixa renda**, na sua maioria. Este fato se justifica em razão deste Serviço fazer parte da rede pública de assistência social e está de acordo com os estudos realizados por vários autores nacionais (VENDRUSCOLO, FERRIANI & SILVA, 2007) e internacionais (RODRIGO, MAÍQUEZ, MARTÍN & BYRNE, 2008). Uma das entrevistadas explica que: *“Existe um mito que as famílias que chegam ao serviço público são de classe média baixa ou muito pobre. No entanto, há registros de famílias bem conhecidas, com boa situação financeira que buscaram o Serviço e receberam atendimento e tratamento nesta unidade de Serviço. Também chegam famílias bem conhecidas, expressivas, com situação financeira bem estável”* (Assistente Social). Em consenso com estas ideias, a psicóloga reconhece que: *“a violência está em qualquer classe social”*. No entanto, estes autores acima referidos apontam que há maior visibilidade nas classes menos favorecidas, em virtude destas populações buscarem auxílio nos órgãos públicos.

Segundo a assistente social, as residências das famílias atendidas de um modo geral **não apresentam extrema pobreza**: *“Não é aquela casa ideal. Mas não são extremamente*

miseráveis”. A psicóloga complementa afirmando que estas famílias se **destacam pelo elevado número de filhos que possuem** “*são famílias com uma prole muito grande de filhos, vivendo em uma, duas peças, no máximo três*”. Por este motivo, precisam dividir o mesmo cômodo pra dormir, “*tu vê que elas não se sentem confortáveis em ter que dividir seu espaço com seu companheiro mais os filhos*” (Assistente Social). Esta **falta de privacidade do casal** estimula de maneira precoce a sexualidade das crianças. “*Tão sabendo que o pai ou namorado da mãe tão namorando ali.*” Desta maneira: “*a criança mesmo que de uma forma indireta tá sendo estimulada, é um abuso sexual*” (Assistente Social).

Muitas das famílias atendidas no Serviço apresentam uma demanda imensa, são **pessoas carentes e abandonadas socialmente**. “*Pessoas abandonadas socialmente que tiveram todos os tipos de carência, tanto de habitação, educação, desemprego, falhas que o sistema não tá ofertando*” (Assistente Social). Esse abandono social é denominado por MINAYO, (1994) como violência estrutural, que está relacionada à vulnerabilidade social da qual estão submetidas às populações pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Esta realidade denota que para um efetivo tratamento no Serviço, é necessário acionar outros serviços da rede social. “*A gente precisa do resto da rede pra poder dar conta dessa criança*” (Assistente Social).

A assistente social percebe que, de modo geral, a família contemporânea vive um momento de muita fragilidade. “*Costumam ser famílias muito vulneráveis*”. Atribui esta condição ao **ingresso da mulher no mercado de trabalho**, e a **falta de serviços públicos** destinados ao cuidado dos filhos destas trabalhadoras. “*A saída da mulher pro mercado de trabalho e nem todas tem acesso a creches, a escolas infantis*” (Assistente Social). Muitas mães não podem contar com uma pessoa que possa cuidar e orientar seus filhos a respeito de valores, hábitos e atitudes, “*Uma pessoa que possa estar suprindo o teu papel*” (Assistente Social) no período em que está trabalhando. Por este motivo, muitas **crianças ficam totalmente desamparadas** durante o período de expediente de trabalho da mãe/cuidadora. “*Por consequência, tornando-se carentes afetivamente e vítimas em potencial de pedófilos e abusadores*” (Assistente social).

Observou-se desta forma, uma **fragilidade nas relações familiares**. “*Fragilidade que predispõe tanta violência com as crianças. Tu não podes contar com a tua irmã, a vó também tá trabalhando.*” (Assistente Social). Estas situações de vulnerabilidade, as quais estão submetidas estas crianças e adolescentes, ocorrem muitas vezes por **falta de uma figura de proteção**. “*Quem está desempenhando esse papel? A ausência desses cuidadores abre portas para outras violências e a questão das drogas*” (Assistente Social). Estes fatos denunciam

que a família necessita cada vez mais dos serviços sociais. “*Cada vez mais precisam contar com essa rede social e extrapolar os muros da família*” (Assistente Social).

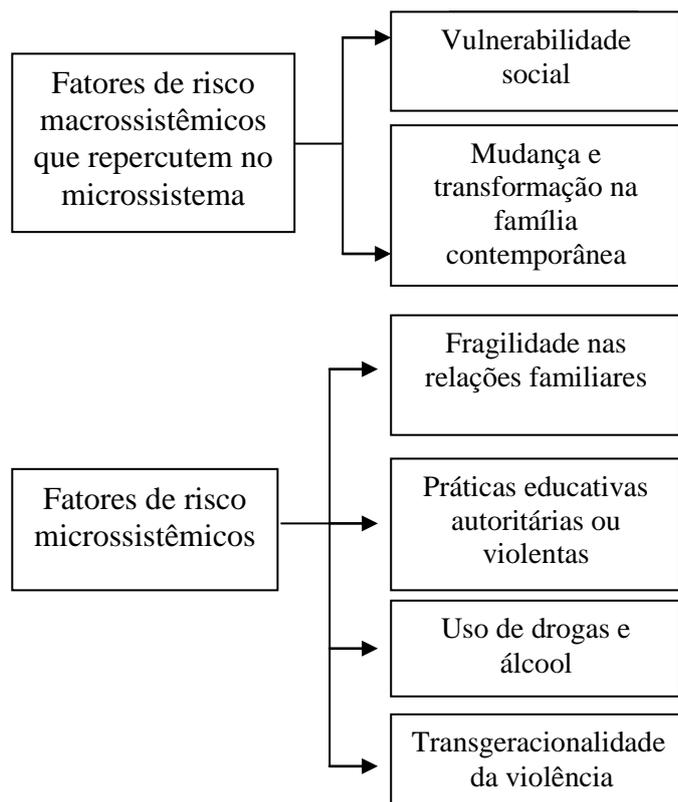
Outra característica percebida nas famílias é a **presença da violência no seu cotidiano**, seja no trato com os filhos ou no interesse que demonstram por este assunto: “*Elas começaram a falar que tão muito violentas, que tão batendo e outras trazendo conteúdos de violência da rua, no jornal. [...] quando não era de longe, era da comunidade, ou de violência de Rio Grande. Sabiam tudo, detalhes que nem na página policial a gente conseguiu ler aqui*” (Assistente Social).

Quanto ao perfil das mães, relatam que muitas apresentam **baixa auto-estima**: “*Chegam mães aqui com muita baixo estima, pessoas se sentindo coisas, coisas, literalmente*” (Assistente social). Afirmou ainda que a **transgeracionalidade** é importante, já que muitas das mães das vítimas também sofreram de violência sexual. “*Tá chegando cada vez mais, aqui pra nós, [...] casos de mães que sofreram abuso*”.

Na sequência, serão apresentadas as causas da violência da qual são vítimas estas famílias na percepção dos trabalhadores sociais entrevistados.

4.4.5 Causas da violência familiar segundo os técnicos do Serviço

Causas da violência familiar



A análise das entrevistas evidenciou que são múltiplas as **CAUSAS DA VIOLÊNCIA** segundo as percepções dos técnicos entrevistados. As vítimas, crianças e adolescentes, estão expostas a muitos **FATORES DE RISCO**, ou seja, são referidas várias situações que podem ocasionar violência familiar. Por exemplo: **vulnerabilidade social, mudança/transformação da família contemporânea, práticas educativas autoritárias ou violentas, uso de drogas ou álcool e a transgeracionalidade da violência.**

No que tange aos fatores de riscos macrossistêmicos e à **vulnerabilidade social**, as duas profissionais apontaram a baixa renda, *“famílias com uma prole muito grande de filhos, vivendo em uma, duas peças, no máximo três”* (Psicóloga), como importante variável de risco.

A psicóloga salientou na entrevista que estes *“não são fatores únicos, isolados é um conjunto de coisas, que levam a isso”*, denotando mais uma vez a perspectiva sistêmica na maneira de elaborar seus conceitos. No que se refere às causas da violência, a assistente social apresentou uma percepção ampla e atualizada do tema. Ressalta em primeiro plano, a dimensão macrossistêmica, apontando várias causas, dentre elas: questões sociais, onde há um grande contingente de famílias carentes tanto *“de habitação, educação, falhas que o sistema não tá ofertando, desemprego...”* A esse respeito Miranda e Yunes 2007 afirmam que:

Alguns fatores como miséria e o desemprego têm sido apontados como responsáveis pela ocorrência de abuso sexual, estes, no entanto, não podem ser considerados determinantes, pois se pode constatar abuso sexual em famílias onde não existem esses problemas. (p. 171)

Outro fator de risco macrossistêmico sublinhado pelos agentes sociais é a **mudança/transformação ocorrida nas famílias**, ocasionadas devido ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, fato este que remete a outro problema, que é a escassez de serviços públicos destinados ao cuidado dos filhos destes trabalhadores, com desgaste mais específico para a figura materna: *“nem todas têm acesso a creches, a escolas infantis... ou uma pessoa responsável que possa estar suprindo o teu papel”* (Assistente Social). O ingresso da mulher no mercado de trabalho também foi apontado pela assistente social como responsável pela fragilidade nas relações familiares onde *“tu não pode contar com a tua irmã, a vó também tá trabalhando.”* Diante desta realidade, as mulheres também não podem contar com o auxílio da família extensa para o cuidado dos filhos. Relatou que as dificuldades enfrentadas pela mulher contemporânea podem ficar ainda mais complicadas, nos casos de separação conjugal e **monoparentalidade feminina**, onde na grande maioria os *“casamentos que se desfazem e a mulher fica com toda carga de cuidado e responsabilidade com os filhos.”* A esse respeito, o

estudo realizado por Yunes, Mendes e Albuquerque (2005) sobre famílias monoparentais, aponta que:

Alguns cientistas chamam a atenção para o modelo de *déficit* alegando ser preciso reconsiderar adjetivos atribuídos pejorativamente às famílias monoparentais, tais como desviantes, instáveis ou desintegradas, para se perceber que esta é apenas mais uma forma alternativa de família. (p.26)

Entretanto, as mesmas autoras consideram que, em se tratando de famílias de baixa renda, a monoparentalidade pode representar um dificultador que sobrecarrega a figura feminina. É importante remarcar que isso se deve à ausência de suporte na rede social para estas situações, e não tem a ver com aspectos de fragilidade individual das mulheres em si.

Quanto aos **FATORES DE RISCO** que emergem internamente na história da dinâmica do grupo familiar, ou seja, das situações de risco microssistêmico, as profissionais apontaram aspectos de **fragilidade nas relações familiares**. Segundo a assistente social “*a fragilidade nos grupos familiares que predispõe tanta violência com as crianças*” esclareceu que “*a criança que não tem afeto, que não tem atenção*” fatores que segundo ela favorecem as situações de risco “*a maioria dos acidentes é dentro de casa, são acidentes domésticos. Cadê a figura de proteção?*” Já a psicóloga aponta que são “*relações onde não estão conseguindo proteger. Há casos de uma superproteção. E a criança acaba escapando, porque eles vêem uma situação como muito perigosa e não vêem outras. Que realmente tá saltando aos olhos, de quem tá de fora.* Santos (1998) afirma que o cuidado exagerado dos pais, o controle das relações sociais da criança e a desconfiança permanente são algumas das características das famílias abusivas.

No que se refere às **PRÁTICAS PARENTAIS**, a assistente social relatou que a questão do cuidado e da educação das crianças e adolescentes ainda é muito restrita à figura da mulher: “*É ainda muito centrado na mãe e na mulher, questão de educação, cuidado, levar para a escola, de vir aqui no Sentinela, de participar das reuniões. Pra gente acionar esse pai, às vezes, é complicado.*” As mães/cuidadoras aceitam este fato com naturalidade, e justificam o mesmo devido ao trabalho do marido/companheiro: “*Ah, ele não pode porque ele trabalha.*”, o que é inconsistente e apontado pontualmente pela assistente social que indaga: “*Mas e a senhora não trabalha?*” para provocar reflexão diante da incoerência da justificativa.

O discurso da assistente social revelou que ainda é muito forte a relação de poder exercida por quem cumpre o papel de provedor, evidenciando o **desequilíbrio de poder nas relações familiares**: “*Quem provê o econômico, o sustento da família define muito o restante dos papéis.*” Esta profissional apontou também que há casos em que os responsáveis não se

comprometem, nem definem questões de educação e cuidado dos filhos, vivendo numa constante situação de delegar a outra pessoa estas questões. *“Ela espera do marido, o marido espera dela, que passa pra ti, que passa pra vó, que mora junto.”* Certamente esta atitude de **falta de compromisso com a educação dos filhos** e de delegar ao outro estas questões, sem que ninguém realmente se comprometa, pode trazer consequências prejudiciais ao desenvolvimento destas crianças e adolescentes.

Citou também casos em que os pais ou o casal em situação de conflito conjugal se utilizam de **falsas denúncias** para **prejudicar o cônjuge** ou companheiro (a) sem levar em consideração os prejuízos que podem provocar no desenvolvimento da criança ou adolescentes. *“Famílias em conflito, que denunciam, se utilizando da criança pra atingir o outro”*. A psicóloga relatou diferentes situações negativas que podem vir a comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tais como: famílias que estabelecem *“relações onde não estão conseguindo proteger”* ou de *“pais que às vezes estão negligenciando, ou o pai ou padrasto apresentam extrema autoridade e mulheres muito submissas e dependentes desses homens e que são subjugadas àquele sistema”*, evidenciando que estas famílias vivem de acordo com o *“modelo patriarcal, equivocado e ultrapassado”* como afirmam alguns autores da área (KOLLER & DE ANTONI, 2004, p. 296).

Foi apontado pela psicóloga que o **uso de drogas e do álcool** pode levar a situações de abuso: *“há situações de alcoolismo e drogadição também, mas não são fatores únicos, isolados é um conjunto de coisas, que levam a isso”*. Referiu-se ainda a famílias que **não respeitam as fronteiras transgeracionais**: *“não tem uma fronteira delimitada entre quem é o pai, quem é a mãe e quem é o filho. A gente vê filhas cuidando dos irmãos menores ou assumindo. Fazendo comida, a mãe que deveria tá fazendo isso, já tá estudando, ou não faz nada em casa, nos vizinhos, cuidam de outras coisas. Ou crianças pequenas sabendo dos namoros da mãe, dos parceiros. Ou já frequentando numa idade precoce bailes, tendo a mãe como companheira.”* (psicóloga). Muitos pais desrespeitam as etapas de desenvolvimento de seus filhos e exigem que desempenhem tarefas para os quais não estão muitas vezes física, psicológica e cognitivamente preparados. Isso não deixa de ser uma modalidade de violência que mereceria especial atenção. A esse respeito Cecconello e Koller (2004) afirmam que a parentagem não-responsiva pode causar angústia psicológica além de outras consequências negativas nas crianças. Práticas educativas, estilos parentais por abuso físico e psicológico no ambiente familiar evidenciam que punição física pautada por relação de poder dos pais sobre os filhos interfere na relação afetiva e a reciprocidade entre eles (CECCONELLO, DE ANTONI & KOLLER, 2003). A profissional entrevistada citou ainda casos em que o casal

enfrenta problemas conjugais e a filha passa a assumir papéis que deveriam ser desempenhados pela mãe: “[...] esse casal já não vive bem, na convivência do dia-a-dia, na sua função de marido e mulher, na vida sexual deles e que essa mulher acaba delegando papel de mulher e dona da casa a uma filha” (Psicóloga). Ela acredita que nestas relações familiares “*acaba se perdendo a noção de valor do que é a questão de um e papel exato de um outro dentro da família*”.

Revelou ainda que há “*cobranças exageradas dessas filhas desses filhos, no sentido de cuidados de outros irmãos*”, que há casos onde “*avós que vivem junto, porque estão doentes e assumindo responsabilidades, largando escola, indo trabalhar muito cedo*”. A psicóloga apontou que estas características são mais observadas em famílias “*que tem uma escolaridade mais baixa, de um nível cultural mais baixo*”. Este fato está de acordo com Cecconello e Koller (2004, p.271) ao afirmar que:

[...] o baixo nível de instrução dos pais interfere na sua capacidade para transmitir aos filhos os conhecimentos e as habilidades necessárias para a resolução de problemas. Ambas as dificuldades tendem a prejudicar a qualidade dos processos proximais estabelecidos entre pais e filhos [...].

A psicóloga apontou ainda a questão da **transgeracionalidade** como um fator de risco, o que já havia sido acentuado pela assistente social em outro momento: “*A gente sabe que a violência também é transgeracional.*” Afirmando que há casos onde o pai “*também sofreu isso na infância, situação de negligência, de violência física ou de violência sexual, e que vão agora reproduzir junto aos filhos*”. Esta realidade nos remete ao estilo parental autoritário reformulado, por Maccoby e Martins (1983) que se caracteriza pela obediência dos filhos a regras rígidas e punição física, sem levar em consideração suas necessidades nem opiniões. E também as questões da multi ou transgeracionalidade da violência, caracterizada pela possibilidade do adulto reproduzir com seus filhos, ou crianças da família, a violência sofrida em sua infância: abuso físico, sexual, emocional, negligência ou até mesmo abandono. A respeito da multigeracionalidade, Santos e Dell’Aglia (2007) apontam que várias pesquisas que investigaram a questão da multigeracionalidade indicaram que, frequentemente, as mães de crianças vítimas de abuso sexual relatam histórias de abuso na sua infância.

4.4.6 A Relação das famílias com a comunidade: a percepção dos técnicos

Quanto à **RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM A COMUNIDADE**, a assistente social aponta que as interações das famílias são **restritas à figura do vizinho**, que

desempenham papel fundamental na condição de necessidade de auxílio mútuo, nas quais se estabelece um vínculo quase familiar, de cuidado e até de suporte financeiro: *“De trocaram mercadoria, de olhar os filhos quando trabalha.”* No que se refere ao conhecimento das potencialidades do bairro em que residem, as famílias sabem muito pouco. *“Não conhecem o que tem dentro da sua comunidade. O que elas podem buscar em termos de recurso para si.”* Relatou que numa dinâmica realizada com as cuidadoras, que consistia em construir a *“sua rede”*, logo após ter trabalhado sobre os serviços disponíveis na rede social, *“Alguns não colocavam a escola nessa rede, uns já colocavam direto a polícia e o hospital da FURG”*- Universidade Federal do Rio Grande. Este desconhecimento nos remete ao fato de que as famílias de um modo geral, não são sabedoras dos serviços e políticas sociais às quais têm direito e, por este motivo, não usufruem nem sabem reivindicá-los. É o caso das *“pessoas que ainda desconhecem o bolsa família”* afirma a Assistente Social. Estes fatos denotam uma precária relação mesossistêmica, destas famílias com outras pessoas, ambientes e serviços públicos, que são destinados principalmente a estas populações que enfrentam diferentes situações de risco sócio-ambientais, já mencionadas neste texto. Este isolamento das famílias apresenta-se como mais um dificultador em suas vidas, impedido muitas vezes satisfação das necessidades básicas do desenvolvimento e do sustento familiar.

A psicóloga entrevistada também observa que as famílias têm como característica o **isolamento da comunidade** em que estão inseridas: *“elas não permitem a participação dos seus com os outros, é a escola e só”*. Esse isolamento favorece a perpetuação do segredo nos casos de abuso sexual: *“não permitem essas transições, para que não seja visto e não seja descoberto”*. Nesta perspectiva, Lima (2007) aponta que as famílias onde ocorre abuso sexual costumam se esconder dos vizinhos e afastar as crianças da convivência com seus pares.

Nas relações familiares o homem exerce extrema autoridade sobre os filhos ou enteados e a mulher é subjugada a este sistema: *“muito submissas e dependentes desses homens, muitas vezes nem financeiramente, mas emocionalmente”* (Psicóloga). Essa submissão e dependência da mulher para com seu marido ou companheiro pode interferir na relação que esta estabelece com seus filhos, uma vez que: *“esses filhos não acreditam que a mãe vai dar confiança para aquilo que eles colocarem”*. De acordo com a entrevistada, este fato também favorece a manutenção do segredo ressaltando que: *“quanto maior o segredo, quanto mais tempo, quanto mais relações de qualquer tipo, maior vai ser o trauma e pior vai ser o diagnóstico”*. A seguir será apresentado o perfil de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual a partir das categorias extraídas das entrevistas com as referidas profissionais.

4.4.7 Descrição das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual

Quando questionada a respeito do **PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS ABUSO SEXUAL**, a assistente social não quis responder esta questão, alegando que atende somente os responsáveis/cuidadores. Já a psicóloga afirmou que o perfil das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é bem **variável**, muitas são **caladas, desconfiadas e choram com facilidade**. *“Uma criança que tem vergonha de falar, ela tem medo, é desconfiada e chora muito. Uma criança que realmente tá sofrida”* (Psicóloga). Outras são **agressivas** e apresentam **traços de ansiedade**. *“Outras vezes, reage com agressividade e no desenho demonstra extrema ansiedade”* (Psicóloga). A esse respeito Koller & De Antoni (2004), apontam como indícios psicológicos de abuso sexual, as mudanças súbitas de comportamento, conduta rebelde, reações defensivas e de alerta, comportamento sexualizado incompatível com a idade, sintomas de depressão dentre outros.

A psicóloga relata que durante os atendimentos, as vítimas vão demonstrar a situação de violência sexual vivenciada de diferentes maneiras, seja através de desenhos, brincadeiras ou da verbalização. *“O que nos chama mais atenção desenhar órgãos genitais. Situação onde tenha violência física. Mãos muito grandes, um olho muito grande. O que denota a desconfiança que elas têm das pessoas. Outras no brinquedo, ela coloca o boneco em cima do outro e consegue te mostrar a situação de abuso”* (Psicóloga). Relatou também que há casos onde a criança se nega a falar. Isso pode ocorrer devido a diferentes motivos: medo de ser acusada por ter provocado a situação de abuso; ser responsabilizada pela decomposição familiar; ou com intuito de proteger o agressor, por não compreender a gravidade da situação da qual estava sendo vítima. *“Outras vezes, é uma criança que fica calada muito tempo, vai ficar negando, não se expõem. Outras vezes ela quer proteger, se foi o pai ou uma pessoa que ela tinha um afeto maior.”* Há também casos de *“Criança que vem e fala, mas com muita vergonha, ela já tem uma noção do que é como foi aquilo”*.

A seguir será apresentado o perfil do agressor.

4.4.8 Descrição do agressor

Quando questionada a respeito do **PERFIL DO AGRESSOR**, a psicóloga apresentou uma resposta sintética. A assistente social também não respondeu a esta questão, pois não tem contato com o agressor nem com as crianças e adolescentes. Neste Serviço não há atendimento nem tratamento para o abusador, há somente para as vítimas. *“Aqui só atendemos as vítimas, nós não vemos o agressor.”* A respeito de ações de combate à violência sexual contra crianças, Faleiros e Costa (1998) consideram ser necessária a implantação de outras medidas além da denúncia e da responsabilização do agressor, como: a formulação de políticas de atendimentos não só a vítima, mas também aos familiares e ao agressor, sendo que estas devem estar devidamente articuladas a outros setores da rede social.

A psicóloga entrevistada afirma que nos casos de abuso, **a figura masculina é a principal responsável pela situação abusiva**: *“normalmente todos relatam homens”* dentre estes o pai é apontado como principal abusador *“na maioria dos casos temos o pai”* configurando assim o abuso intrafamiliar. Estes dados estão de acordo com o relato da ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. Silva (2007, p.215) aponta que a violência sexual contra mulheres praticada por homens é *“uma construção histórica que deu ao homem a capacidade de acreditar que uma possível diferença biológica e status social lhe dariam poder de decidir pela vida sexual de mulheres [...]”*. Segundo a assistente social as informações que possuem a respeito do abusador são obtidas através do relato das vítimas e das informações que constam no boletim de ocorrência.

A psicóloga relatou que não se recorda de nenhum caso onde tenha ocorrido violência física conjugada ao abuso sexual. *“Não lembro de caso onde tenham sofrido violência física do agressor, onde tenham sido forçadas”* (Psicóloga). É comum nas situações de abuso sexual o abusador **se utilizar de sedução e presentear suas vítimas com brinquedos e lanches**. *“Está usando de sedução, tá comprando essa criança de alguma forma, vão cercando, vão fazendo todo um jogo. Onde a criança entende que esse homem é um homem bom, um homem amigo e que a quer bem. Homens que gostam muito de criança, que dão brinquedos, que dão lanche”,* procuram identificar e **usam as vulnerabilidades das suas vítimas**: *“tenta ver qual a carência que essa criança tem, ou esse adolescente, ou essa família. Então vão cercando, vão fazendo todo um jogo. Onde a criança entende que esse homem é um homem bom, um homem amigo e que a quer bem”* (Psicóloga). Estudo realizado por Serafim, Saff, Rigonatti, Casoy & Barros (2009) acerca do perfil psicológico e

comportamental de agressores sexuais de crianças, aponta que esta forma de abordar a vítima, através de presentes e sedução, é característico do agressor que possui o perfil denominado como pedófilo molestatador preferencial sedutor. Segundo autores acima citados, esse agressor possui uma forma sutil de abordar suas vítimas, buscando primeiramente ficar íntimo delas antes de molestá-las, insinuando de maneira gradativamente e indireta assuntos de conotação sexual.

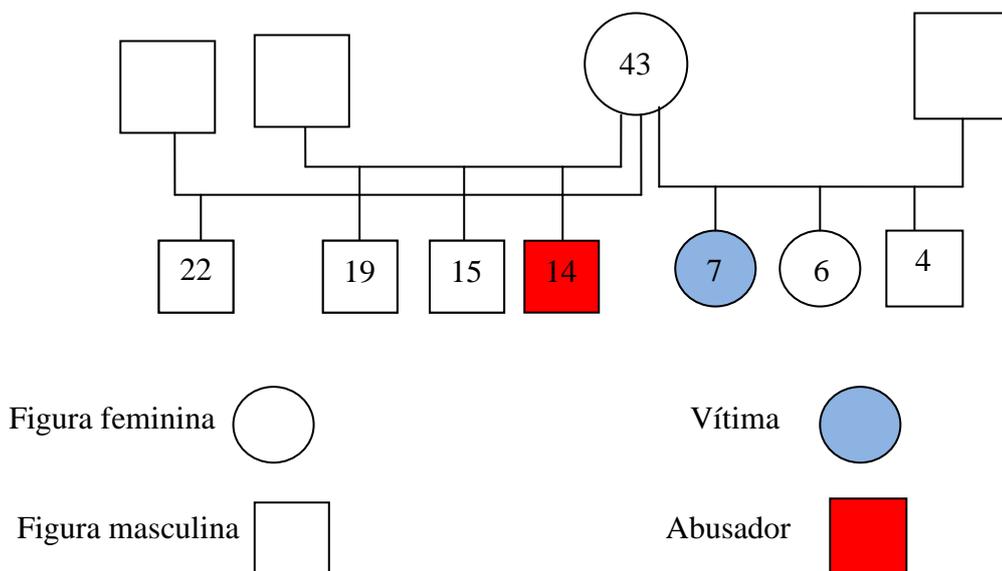
Segundo a psicóloga, as crianças são presas fáceis destes homens sem escrúpulo, principalmente aquelas desprovidas de afeto e cuidado por parte dos seus cuidadores e/ou carentes de outras necessidades materiais. Por este motivo *“acaba se deixando seduzir e acaba sendo abusada”* (Psicóloga). A esse respeito Miranda e Yunes (2007), apontam que os agressores se aproveitam da vulnerabilidade e da imaturidade da criança que se sente confusa e passa a viver uma situação conflituosa e traumática.

4.5. ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO

Conforme já referido na seção método, as famílias foram indicadas por dois técnicos do Serviço: um psicólogo e um assistente social. As famílias demonstraram disponibilidade para a realização das entrevistas, foram simpáticas e receptivas ao me receberem em suas residências. Pareciam muito à vontade com a minha presença. Atribuo esta postura à relação de afetividade e confiança que as mesmas estabelecem com os profissionais, no microsistema (sede do Serviço), ou seja, aos processos proximais, que segundo Bronfenbrenner e Morris (1998) são formas particulares de interação entre a pessoa e o ambiente, que se estabelecem ao longo do tempo e são por eles considerados “os principais motores do desenvolvimento”. No discurso das famílias entrevistadas ficou evidente que ambas estão satisfeitas com o atendimento que recebem no Serviço e com o resultado positivo que repercute em suas famílias. A seguir serão apresentados os dados mais relevantes das análises das entrevistas familiares.

4.5.1 Entrevista com a família A

Genograma da família A



Durante a entrevista estavam presentes a mãe e seus dois filhos mais novos, que estão em tratamento no Serviço. A menina que foi abusada não estava em casa. Segundo a mãe, estava na casa de uma tia. Nesta família de configuração monoparental, o abuso sexual configurou-se na modalidade intrafamiliar, no qual o abusador foi um dos irmãos da vítima (menina de 7 anos). Neste caso, a mãe buscou orientação na escola, que acionou o Conselho Tutelar, encaminhando-a ao Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual. *“Pedi ajuda pra escola que pediu ajuda pro Conselho.”*

Esta mãe já tinha conhecimento deste Serviço, pois num outro episódio de sua vida, um de seus filhos (adolescente de 14 anos) havia sido encaminhado ao Conselho Tutelar devido a sua orientação sexual e envolvimento em relacionamentos homossexuais. Vale destacar que este menino não foi o autor do abuso contra a irmã. No entanto, este contato com o Conselho Tutelar, no ano de 2004, foi um tanto conflituoso. Por este motivo, não procurou o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual. *“Foi encaminhado pra ele ir pra lá, mas eu tava tão desgostosa já do Conselho Tutelar, que nem procurei ajuda lá pra ele”.*

Na segunda ocasião (em 2008) em que foi encaminhada ao Serviço, agora por motivo de abuso sexual, recebeu boas referências a respeito do mesmo, no Conselho Tutelar: *“Falaram tudo direitinho. Que lá o atendimento era bom”.* Quando questionada a respeito da

sua opinião sobre o Serviço afirmou seus **ASPECTOS POSITIVOS** e fala sobre como se sente **acolhida**: *“Ali é uma família, eles são ajuda pra mim e ajuda pro meus filhos. As crianças estão super bem”*. Revelou ainda que: *“elas são bem atenciosas, um amor elas. As crianças adoram ir lá. O pequeno tem paixão em ir lá”*.

Por saber-se que este Serviço não atende ao abusador foi questionado a entrevistada se seu filho (que cometeu o abuso) estava recebendo algum atendimento. *“Ele tá se tratando ali no CAPS com psiquiatra, fazendo uma avaliação.”* CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial.

Quanto aos seus **SENTIMENTOS NOS DIAS DE CONSULTAS** afirmou que sente-se **aliviada**: *“Me sinto bem, saio bem cada vez que eu vou lá. A assistente social ... me ajudou bastante também. É muito minha amiga, nas fases piores ela me ajudou.”* Com relação a sua participação no grupo de cuidadores, revelou: *“[...] faço parte quando posso ir, porque eu trabalho, né”*. Mas, no seu discurso, ficou explícito que mesmo sendo restrita sua participação nestas reuniões, o fato de tomar conhecimento que outras pessoas também estão enfrentando problemas semelhantes ou até mesmo piores que o seu, parece **amenizar o sofrimento** destas cuidadoras. *“A gente conversa umas com as outras sobre o que tá acontecendo. Uma tenta passar pras outras, né. Tem gente que pensa que só com elas que acontece, [...] elas vê que não é só com elas, que tão com problemas, que todo mundo tem. Uns piores, outros melhores. Eu tento passar pra elas o que eu fiz pra melhorar minha vida, elas tentam passar pra mim”*.

As crianças que estavam presentes, também foram entrevistadas. Quando questionada se gostava de ir ao Serviço a menina (de 6 anos) concordou que sim, gesticulando a cabeça. Indagou-se também, o que ela gostava de fazer lá. Respondeu que: *“Eu gosto de brincar”*. Foi preciso perguntar várias vezes, pois a menina parecia estar muito envergonhada com a minha presença. Desta forma, foi respondendo que gostava de *“brincar com as guriuzinhas. [...] nós conversa às vezes, de brincar de boneca, de escrever”*. Já o menino de 5 anos, estava muito a vontade. Respondeu que gostava de ir lá, com um sonoro *“gosto”*. Quando questionado a respeito do que fazia lá, respondeu que: *“brinco com carrinho e brinquedo de montar.”* Portanto, o **aspecto lúdico do atendimento** é visto com bons olhos por todos. No que se refere à reação das crianças nos dias de atendimento, a mãe revelou que ninguém quer ir a escola. *“Ah, ela não quer ir pro colégio, né. A outra também não. Quer ir pra lá também. [...] eles tem adoração por ir lá”*.

Quanto às **visitas domiciliares** revelou que a assistente social foi várias vezes até sua casa, mas nunca a encontrou: *“já veio umas três ou quatro vezes, mas eu nunca tô em casa. Ai ela fala com os gurus, e deixa recado pra mim ir lá.”*

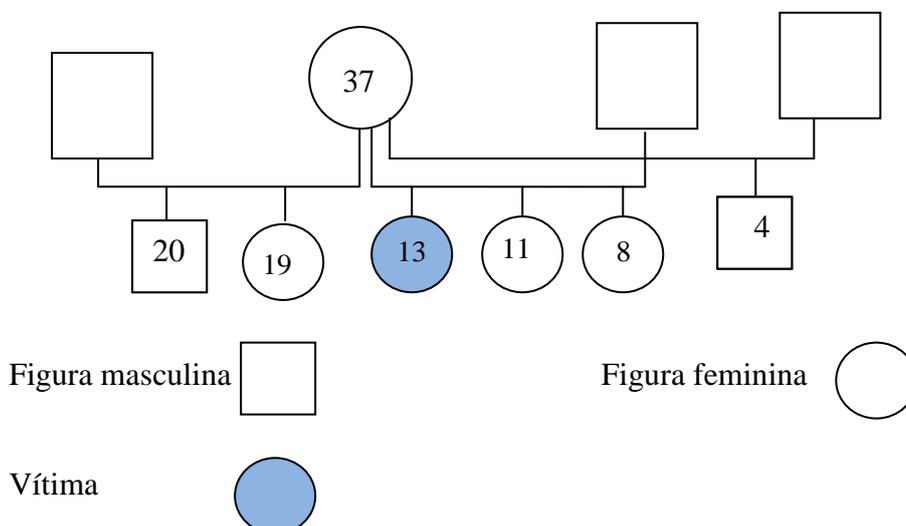
No que tange aos **ASPECTOS POSITIVOS** do Serviço, a entrevistada demonstrou bastante **satisfação** no que se refere à postura adotada pelos profissionais do Serviço: *“Ah eu gosto muito do atendimento delas lá. Lá é uma família. Não tem gente que foi lá, que tenha alguma queixa delas. Todo mundo gosta deles, todo mundo fala muito bem delas. Porque elas procuram passar tudo que é bom pra ti. Pra ti vê que tu entra lá assim, num stress assim e tu sai de lá bem. Eu saio bem cada vez que eu vou lá. Elas me passam bastante coisas positivas. [...] se tem alguma coisa errada elas te apóiam.”*

Quanto aos **ASPECTOS NEGATIVOS** revelou **difficuldade em levar e trazer as crianças aos atendimentos**. *“Ruim é aquela coisa assim, tu tens que levar elas lá. [...] tens que arrumar alguém que leve elas. Eu no caso, teria que participar dos grupos, mas pra mim não dá. como que eu vou participar? Aí pega no...”*

Quando questionada sobre a **POSSIBILIDADE DE MUDAR ALGUMA coisa** no Serviço não apontou nenhuma sugestão, demonstrando com isso, plena **satisfação com o atendimento que recebe**. Respondeu que: *“não sei, não tenho queixa deles. Pra mim tá tudo muito bom, não tenho queixa nenhuma delas. Nada que eu possa dizer assim, que tenha que melhorar. Sempre fui bem atendida lá, desde que começou esta história. Elas nunca dizem não pra mim. Elas sempre arrumam um tempinho, um horário pra conversar comigo, nem que seja uma horinha, uma palavrinha. Então eu não tenho o que falar.”*

4.5.2 Entrevista com a família B

Genograma da família B



Durante a entrevista estavam presentes todos os membros da família em casa. Fui muito bem recebida e apresentada a todos pela mãe entrevistada, como uma aluna da FURG, que estava fazendo um trabalho sobre o Serviço em questão. A entrevistada parecia muito satisfeita com a minha presença e valorizada pelo fato de ter sido indicada pela assistente social para falar sobre o Serviço. Durante a entrevista ficamos na sala, eu e a mãe. Os outros familiares estavam em outros cômodos bem próximos, o que permitia ouvirem as colocações feitas pela entrevistada. Revelou que estavam em atendimento no Serviço há cerca de oito meses, mas que deveriam ter iniciado o atendimento no ano anterior (2008). Atribui esta demora no encaminhamento devido a burocracia do Conselho Tutelar. Quando questionada se já tinha ouvido falar no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual antes, afirmou que sim, mas que jamais imaginaria que algum dia seria encaminhada para o mesmo. *“Eu conhecia só por nome, agora eu conheço.”*

A respeito do **ATENDIMENTO QUE RECEBE NO SERVIÇO**, ficou evidente no seu discurso sua **satisfação com a maneira que é tratada**, principalmente com a preocupação que os técnicos demonstram com as famílias dos usuários: *“O atendimento é tão bonito, é tão trabalhoso. Porque eles não fazem só com a vítima, eles fazem com os familiares, fazem um atendimento completo. Quando eu vou lá, perguntam como foi a semana, como é que tá o meu marido, como é que tá todo mundo em geral na casa. Não se preocupam só comigo, ou só com ela, se preocupam em geral com a família”*. Nesta fala fica evidente a relação de reciprocidade que se estabelece entre os usuários e os técnicos do Serviço. A entrevistada apontou como **ASPECTO NEGATIVO a dificuldade financeira para frequentar o grupo de cuidadoras**: *“Pra ela poder ir toda a semana, eu venho uma semana sim e a outra não. Porque só o meu marido tá trabalhando, eu tô desempregada. É o caso de várias famílias de lá também.”* O discurso da entrevistada aponta que a sua dificuldade em frequentar o grupo de cuidadoras é devido à falta de condição financeira, que também é compartilhado por outras famílias. A entrevistada inclusive apontou como alternativa a aquisição de uma viatura para transportar os usuários até o Serviço. *“Assim como a APAE tem uma van pra levar as crianças, ali também poderia ter uma van, uma caminhonete ou uma combi para levar as famílias”*. A entrevistada revelou que o **ASPECTO NEGATIVO** por ela apontado não se refere ao Serviço em questão, mas sim à Prefeitura. *“É culpa da prefeitura, porque isso aí não é culpa deles”*. Apontou como possível solução, a disponibilização de mais recursos por parte do governo municipal. *“Era a nossa prefeitura dar um pouquinho mais de condições, principalmente pras famílias que lá vão.”*

No que se refere à sua participação no **GRUPO DE CUIDADORES** relevou que gosta de frequentar e salientou a importância **da troca de experiências**. *“A gente chega lá cada qual [...] com o problema diferente. Eu saio dali, acredito que todas saiam com o problema quase solucionado. É só colocar em prática, entendesse. Porque elas te orientam, elas te explicam, elas conversam, elas são amigas. É maravilhoso, pena que é uma vez por semana, pena que é uma vez por semana, pena que é uma vez por semana! É muito bom, é muito bom!”* Esta fala permite constatar a **satisfação** da usuária com o Serviço e a importância dos temas discutidos e abordados durante as reuniões de grupo no cotidiano destas famílias.

Quanto às **VISITAS DOMICILIARES** revelou que não recebeu nenhuma. Justificou este fato afirmando que no período inicial do tratamento estava trabalhando e por este motivo, não se encontrava em casa, solicitou que a avisassem quando fossem realizar a visita, caso contrário, não teria ninguém na residência para receber a assistente social. *“Eu disse: vocês me avisem pra mim poder tá em casa.”*

Com relação aos dias de atendimento, mais especificamente quanto ao atendimento em si, comparou com uma sensação de **alívio** de como estar num divã. *“É bom, porque ali, é que nem tu estar num divã com um psicólogo, ou com um psiquiatra, seja lá o que for. [...] tu tá no meio de várias pessoas, cada um com um tipo de problema, tu escuta, tu aprende a te controlar um pouco mais, a ouvir um pouco mais. Muitas vezes eu vou assim com a cabeça, que eu tenho vontade de pinotear....e saio dali calma, tranquila e relaxada. Parece que eles te dão...te tiram um peso de cima de ti.”* Novamente a postura adotada pelos técnicos do Serviço é destacada no discurso das usuárias. Agora porque “não atribuem juízo de valor”, ou seja, são **imparciais** as atitudes que estas mães/cuidadoras tomaram frente a algumas situações. *“Se tu tá errada eles não te condenam, se tu tá certa elas não te condenam”*. É possível que esta postura de não julgar as atitudes destas mães seja uma estratégia adotada pelo grupo de técnicos, a fim de oportunizar um diálogo mais franco sem que estas mães/cuidadoras precisem estar medindo o que devem ou não devem falar. Os conteúdos que emergem na fala destas cuidadoras são problematizados no grupo e trabalhados através de diferentes dinâmicas.

Quando questionada a respeito dos **ASPECTOS POSITIVOS** do Serviço, citou primeiramente os profissionais, justificou sua resposta afirmando as **competências dos profissionais** que: *“eles têm tato para lidar contigo, tem toda uma delicadeza pra te tratar, tem toda uma paciência, eles são muito bem preparados e gostam do que fazem. Porque pra*

fazer este tipo de trabalho tu tens que gostar bastante. São bem aperfeiçoados, bem estruturados, pra lidar com todo tipo de problema.”

Sobre o que gostaria de mudar no Serviço, a entrevistada respondeu primeiramente que nada. Após, acrescentou que um **ASPECTO NEGATIVO** do Serviço que é o fato de muitos profissionais serem contratados, o que leva a uma **instabilidade e lacunas no atendimento**, como a ausência da educadora neste momento. Do mais afirmou que: “*não tem o que mudar*”. A adolescente em atendimento também afirmou que gosta de frequentar aos atendimentos. “*É muito bom.*” Parecia envergonhada com a minha presença, talvez com receio que eu tocasse no assunto do abuso. Suas respostas foram todas muito sucintas, mas respondeu todas as questões. Quanto às atividades que efetua nos atendimentos revelou que: “*a gente conversa, depois começa a jogar, começa a desenhar.*” Quando questionada a respeito de como se sente quando sai do atendimento revelou que **se sente aliviada**, e que as atividades que mais gosta de fazer é montar quebra cabeça e gosta de conversar. Quanto aos **aspectos positivos** do Serviço falou que: “*gosto das psicólogas, são muito legais. Não tem nada de ruim nelas*”. Não apontou nenhum aspecto negativo no Serviço.

4.5.3 Síntese das entrevistas com as famílias

A análise das entrevistas com as famílias evidenciou algumas similaridades em seus discursos. Vale destacar que as famílias não são atendidas pelos mesmos técnicos, ou seja, cada família estava em atendimento com psicólogo e assistente social distintos. Ambas foram encaminhadas ao Serviço através do Conselho Tutelar, e igualmente tiveram algum tipo de descontentamento com relação ao serviço do Conselho Tutelar. Em contrapartida, ficou evidente que ambas estão satisfeitas com o atendimento que recebem no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pois percebem o comprometimento, o respeito, a dedicação e a atenção, consigo e com os demais familiares. De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), é necessário examinar o ambiente conforme ele é percebido e experienciado pelas pessoas e não como ele se apresenta na realidade objetiva. Revelaram que saem aliviadas e se sentem muito bem após os atendimentos, atribuindo este fato à troca de experiências entre os membros do grupo e o apoio recebido pelos técnicos do Serviço, através do diálogo franco, amigável e acolhedor que estabelecem com os mesmos. A comunicação é relatada como sendo permeada de mensagens

positivas, na qual fica salientado que a situação que estão enfrentando é passageira e superável. Este fato reassegura que a relação estabelecida entre as mães entrevistadas e os técnicos do Serviço é de afetividade e reciprocidade. As crianças e a adolescente entrevistadas revelaram que também gostam muito de frequentar os atendimentos, citando diferentes atividades lúdicas que lá desenvolvem, quer seja, brincar com os brinquedos, jogos, desenhar, conversar e pintar. Talvez o isolamento das famílias com a comunidade, associada à dificuldade financeira, que as impedem de frequentar locais de lazer e interação com outras crianças, seja responsável pelo fato das crianças e adolescentes gostarem tanto de frequentar os atendimentos. Assim se deslocar até a sede do Serviço pode ser considerado pelas mesmas, um passeio e o atendimento percebido como uma oportunidade de interação com outras crianças e manipulação de diferentes materiais lúdicos.

Quanto às **VISITAS DOMICILIARES**, foi possível observar as dificuldades de acesso dos técnicos à residência das famílias, em virtude das responsáveis não se encontrarem em casa por motivo de trabalho. No entanto, é reconhecido o esforço das assistentes sociais se deslocarem algumas vezes até as suas residências. No que se refere à família A, a assistente social conversa no portão com os filhos mais velhos que ficavam em casa durante o período em que a mãe se encontrava trabalhando e nestes encontros recebia informações a respeito da família. Na família B, a assistente social deslocou-se para entregar o ofício de encaminhamento ao Serviço.

Quanto aos **ASPECTOS NEGATIVOS**, as famílias apontaram suas dificuldades de deslocamento até o local do Serviço. A entrevistada da família A, comentou dificuldade em encontrar alguém que leve as crianças aos atendimentos. Já a entrevistada da família B, revelou dificuldade financeira para custear o seu deslocamento e o de sua filha. Estas dificuldades também foram apontadas na pesquisa-ação realizada por Costa, Almeida, Ribeiro & Penso (2009) através da metodologia de Grupo Multifamiliar, com o objetivo de oportunizar um espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual.

[...] depoimentos convergem a um denominador e apontam para as dificuldades financeiras e as condições que os participantes tiveram de enfrentar para chegar até os GMs, por não possuírem recursos suficientes para o deslocamento ou por não serem compatíveis o horário do grupo, o da escola das crianças/adolescentes e o do trabalho das mães e dos pais. (p.26)

Com isso, percebe-se a necessidade de buscar junto à prefeitura ou secretaria de transporte uma alternativa que viabilize o acesso das famílias ao Serviço, seja pela disponibilidade de cartões ou outra maneira a ser conjecturada entre a coordenação do CREAS e o órgão mantenedor. Esta última apontou também a situação instável de alguns

técnicos do Serviço que são contratados e demitidos, gerando interrupções e alguns transtornos no atendimento oferecido ao usuário.

Por fim, será apresentado as considerações finais.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não há também diálogo, se não há uma imensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.”

Paulo Freire

Conforme o leitor pode observar, neste trabalho de pesquisa o antigo Serviço Sentinela foi referido ora como CREAS, ora como Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual, o que foi feito propositalmente para refletir o que cotidianamente ainda acontece na comunidade. Os usuários referem-se ao Serviço por todas estas denominações, mesmo após as mudanças institucionais referidas na introdução deste trabalho. A análise e interpretação de dados procurou ser fiel à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, já que buscou contextualizar e identificar a interação entre as *pessoas* (crianças/adolescentes, seus familiares e os técnicos do Serviço), visualizando os *processos* que são os motores do desenvolvimento humano, através do vínculo entre as pessoas e o contexto, por meio de objetos e símbolos (percepções e crenças) em dois ambientes imediatos - *contextos* (sede do Serviço e a residência de duas famílias usuárias do mesmo), além do *tempo* identificado ao longo da história do Serviço e o tempo de atendimento dos usuários.

O estudo realizado na cidade de Rio Grande/RS possibilitou constatar que o Serviço está cumprindo com seus objetivos, que são: “contribuir para a promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, buscando identificar o fenômeno de riscos decorrentes; prevenir o agravamento da situação; promover a interrupção do ciclo de violência; contribuir para a devida responsabilização dos autores da agressão ou exploração sexual; favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação da violência vivida, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como também a potencialização da autonomia e o resgate da dignidade das vítimas”, conforme aponta o relatório.

Esta constatação foi possível através da análise das práticas de atendimento/tratamento oferecidas aos usuários no município pesquisado. Vale destacar que a expressão tratamento foi utilizada pelos técnicos ao longo dos seus discursos e também referida no relatório do Serviço. Acredita-se que o emprego da palavra tratamento é em função de haver um objetivo previamente definido, que não é de mudar a família, mas sim de ajudar a construir uma nova perspectiva de vida aos usuários. Já as famílias utilizaram ao longo do seu discurso, a expressão atendimento. Isso pode ser consequência de pelo menos dois motivos: a pesquisadora ter se utilizado desta expressão durante as entrevistas ou pelo Serviço ser percebido como um *locus* acolhedor, agradável, um real ambiente de atendimento de apoio e de fortalecimento familiar. Talvez esta percepção das famílias usuárias seja um reflexo da flexibilidade da equipe em atuar de forma amistosa e dialógica, deixando-as a vontade para conversar, levando-as a sentirem-se satisfeitas. A responsável pela família A, evidenciou esta percepção quando revelou que: “*Ah eu me sinto bem, eu adoro, eu dô uma volta no centro e vô lá conversar com elas.*”

No entanto, foi observado que para suprir a demanda destas famílias é necessário haver a articulação com outros serviços da rede de apoio social, como por exemplo: Conselho Tutelar, escolas, unidades de saúde, Promotoria de Justiça, Juizado da Infância e da Adolescência, Secretaria da Assistência Social, dentre outros. Tal trabalho em rede de colaboração é requerido, seja para fazer o encaminhamento das vítimas a estes serviços, ou regulamentar o afastamento e punição do agressor, fornecer certidões ou outros documentos que por ventura as famílias não possuam, dentre outras demandas.

No que se refere à promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, a primeira providência tomada no Serviço, após a constatação da situação de violência, é o pedido de afastamento do agressor junto ao Ministério Público, o que gera um processo contra o mesmo. Concomitantemente a isso é realizada a visita domiciliar, para que se possa conhecer *in loco* o ambiente onde esta criança/adolescente vive. No entanto, observou-se a necessidade da elaboração de uma estratégia mais efetiva no que se refere às visitas domiciliares, já que ficou evidente que em algumas famílias esta forma de abordagem não se concretiza em virtude da frequente ausência do responsável durante a visita do técnico.

Ficou evidente nas análises realizadas que a superação da situação de violência vivida pela criança/adolescente fica a cargo do suporte oferecido pelo trabalho do psicólogo, que coordena os grupos psicoterapêuticos, nos quais são utilizadas diferentes técnicas e atividades lúdicas com o objetivo de não causar a revitimização pela verbalização da situação de violência por inúmeras vezes a diferentes pessoas. As duas profissionais entrevistadas

revelaram uma visão sistêmica da situação abusiva, ou seja, são sabedoras de que a situação de violência atinge toda família, e reconhecem a importância da vinculação da mesma no tratamento da vítima. Por isso, foram criados grupos direcionados aos responsáveis por estas crianças ou adolescentes. Estes grupos são considerados o diferencial no resultado do tratamento, pois além da troca de experiências entre os responsáveis, estes familiares têm a oportunidade de aprenderem conteúdos sobre educação e as fases de desenvolvimento de seus filhos, sobre consequências da violência, além de outros assuntos que emergem nestas reuniões. Nesse sentido, reiteramos os resultados do estudo sobre os GMs – Grupo Multifamiliar, com familiares de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual realizado por Costa, Almeida, Ribeiro & Penso (2009) que aponta que estes grupos oferecem a possibilidade das famílias construir estratégias de proteção às crianças e adolescentes, de modo a não deixá-las vulneráveis a novas situações de violência. Além deste, o trabalho de intervenção desenvolvido com cuidadores não-abusivos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, realizado por Habigzang, Stroehrer, Corte, Hatzemberger Cunha, Ramos & Koller (2007), evidenciou que esses encontros oportunizavam momentos de auto-ajuda entre os participantes, troca de sentimentos, preocupações e elaboração de estratégias de proteção das crianças de possíveis revitimizações.

As mães entrevistadas relataram que seus filhos estão conseguindo superar a situação de violência sofrida e gostam de frequentar os atendimentos. Assim como elas próprias, revelaram que apreciam muito o atendimento que recebem, e que se sentem acolhidas, reconhecendo que lá aprendem a lidar com seus filhos e com o problema que estão enfrentando. Este fato denota que o Serviço está cumprindo com a função de educar informalmente estas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As entrevistadas revelaram também que saem dos atendimentos se sentindo bem, pois lá podem falar sobre seus problemas sem serem criticadas, nem culpabilizadas pela violência da qual seus filhos foram vítimas. Em sintonia com os conceitos apresentados por Bronfenbrenner & Morris (1998) na dimensão dos processos proximais e das relações interpessoais de desenvolvimento, foram evidenciadas as propriedades relacionais de reciprocidade, afeto positivo e equilíbrio de poder entre famílias e técnicos, sem que a hierarquia institucional fosse empecilho para o tratamento/atendimento efetivo.

Já os técnicos entrevistados afirmaram que é baixo o índice de reincidências após a alta do tratamento. Pode-se constatar que estes resultados são fruto de múltiplos fatores, como: o trabalho comprometido da equipe técnica para com os usuários, uma vez que estes profissionais relataram seu interesse e satisfação em trabalhar junto a estas populações vítimas

de violência; a formação acadêmica específica, com cursos de especialização direcionados a área de atuação; o oferecimento de cursos de capacitações regulares e avaliação sistemática da equipe técnica; as reuniões semanais envolvendo toda equipe para a discussão dos casos mais delicados e apresentação de novos casos; o trabalho desenvolvido em equipes multidisciplinares, que permite um olhar mais abrangente a respeito dos casos em andamento; a busca constante de novas estratégias de abordagens que promovam o envolvimento no tratamento tendo em vista a satisfação dos responsáveis em participar dos grupos de cuidadores, bem como a participação das crianças/adolescentes nos grupos psicoterápicos; a obrigatoriedade da participação de pelo menos um responsável no tratamento da criança ou do adolescente.

Uma prática de atendimento que foi muito valorizada tanto pelos profissionais, quanto pelas famílias usuárias do Serviço, foi o espaço destinado à troca de experiências entre os responsáveis integrantes dos grupos de cuidadores. Segundo considerações dos entrevistados, o resultado mais importante é a ajuda mútua possibilitada pelos conteúdos que são discutidos em grupo e desproporcionalizados nas suas consequências a partir da catarse grupal. Por último, é preciso destacar o respeito, o cuidado e a relação de empatia da equipe técnica para com os usuários. Todos estes aspectos emergiram através das entrevistas e foram detectadas através da observação da rotina do Serviço e dos diálogos informais realizados pela pesquisadora com os profissionais, durante o período de inserção na sede do mesmo,

No que se refere às relações e interações dos técnicos com as famílias usuárias deste Serviço, pode-se afirmar que as relações profissionais são pautadas pelos princípios do respeito, alteridade, e crenças otimistas no desenvolvimento das pessoas, bases do movimento da Psicologia Positiva. No discurso da assistente social entrevistada, a afirmação constante de que a situação que as cuidadoras estão enfrentando é passageira, e que certamente irão superar através do envolvimento no tratamento que estão recebendo, as motiva ao envolvimento, pois não se trata de pura verbalização sem sentido. O sentido real de um atendimento/tratamento humano para a condição de dor e sofrimento do abuso sexual é sincero e se transmite nas ações psicoeducativas dos técnicos.

Acredita-se que o relato das famílias que conseguiram superar a situação de violência, influencia de maneira significativa no tratamento das famílias que ainda estão em tratamento. Essa confiança depositada por estas famílias na eficácia do tratamento influenciam de forma positiva os processos proximais e distais intercontextuais.

É importante registrar a similaridade entre o relato dos técnicos a respeito das dinâmicas e do envolvimento com o trabalho que desempenham com o discurso das famílias

entrevistadas, que percebem a dedicação da equipe de trabalho e a satisfação dos mesmos em trabalhar com esta problemática. A análise demonstra, portanto, um mesossistema comunicativo e harmônico a ponto de ajustar-se a diferentes situações. As bases de interação são sem dúvida, a atenção, afetividade, alteridade e a preocupação com a família como unidade. O reconhecimento destas atitudes dos técnicos para com as famílias permeou todo o discurso das duas mães e da adolescente entrevistada.

Apesar dos resultados positivos do Serviço, com relação à superação da situação de violência e os baixos índices de reincidência, tanto na percepção dos técnicos, quanto das famílias investigadas, há ainda algumas sugestões para melhoria da qualidade do Serviço oferecido à comunidade. As duas famílias entrevistadas relataram dificuldade de locomoção até o Serviço, uma por dificuldade financeira e a outra por não ter uma pessoa que pudesse levar as crianças até a sede. A representante da família B sugeriu a aquisição de uma viatura para levar e trazer os usuários para os atendimentos. Portanto, apesar da satisfação, sempre se pode melhorar.

Os técnicos salientaram a necessidade da incorporação de um profissional da área da educação e sugerem que todos os profissionais do Serviço sejam funcionários concursados proporcionando maior estabilidade, evitando a troca constante de funcionários. As mudanças nesse sentido ocasionam ruptura no tratamento, lacuna de tempo despendido em processos burocráticos, quebra de relações já estabelecidas entre o usuário e o técnico, exigindo pra isto, um novo período de adaptação. Apontaram também a necessidade de desenvolverem um trabalho específico para as mães/cuidadoras que também foram vítimas de abuso sexual durante a infância ou a adolescência. Já o relatório disponibilizado do Serviço do ano de 2008, aponta a necessidade da disponibilidade de um profissional da área jurídica para assessorar os casos em andamento.

As trabalhadoras apontaram ainda para a necessidade da efetivação de um trabalho em rede mais efetivo e articulado, uma vez que muitas das famílias que são encaminhadas ao Serviço apresentam uma demanda muito grande que extrapolam as atribuições do Serviço em questão.

Conclui-se que apesar das adversidades estruturais do Serviço, do ponto de vista humano e relacional, este está cumprindo o seu papel, pois vem colaborando para minimizar os danos psicológicos dos envolvidos na situação de violência sexual e facilitando a sua superação do sofrimento com o fortalecimento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-ambiental.

Gostaria de finalizar reconhecendo os limites desta pesquisa de cunho qualitativo, cujo recorte foi um município do interior do Rio Grande do Sul. Entretanto, há que se relevar que este estudo ecológico deixa rastros positivos e otimistas sobre dois microssistemas, sendo um deles institucional. Apesar de se constituírem sob processos permeados por dor e sofrimento os dois microssistemas formam um mesossistema de proteção e promotor de desenvolvimento. Como sugestão para futuras pesquisas, penso que seria importante investigar os entraves que impendem o pleno funcionamento da rede social que atende as famílias vitimizadas e aventar propostas de intervenções eficientes para estes casos, já que estes representam uma expressiva parcela da população que depende destes serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, G. *Maus-Tratos: Violência de pais Contra Filhos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

AMAZARRAY, M. R. & KOLLER, S. H. (1998). Alguns Aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 11, n. 3, p. 546-555, 2002.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, p. 3-11, 2002.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.. *Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Infância e violência doméstica: perguntelho*. São Paulo: IPUSP/ Laci. 1994.

BAPTISTA, R. S. et al. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. *Acta Paul Enfermagem*, v. 21, n.4, p.602-8, 2008.

BATISTA, M. S.; *A política Governamental de Assistência Social: Um olhar de Serviço Social sobre o Programa Sentinela*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade do Pará, Belém, 2007.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*. v. 37, p. 887-907, 1996.

BAUMRIND, D. Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, v. 4, n.1, Pt.2, 1971.

BOFF, L. *Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: 7ª ed. Vozes, 1999.

BOWLBY, J. *Apego e Perda*. 2 ed. Trad. A. Cabral, São Paulo: Martins Fontes, 1973/1990.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848 de 07-12-1940.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1979/1996.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental process. In: LERNER, R. M. (ed.). *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*. 5. ed. 1998. p. 993-1028.

CECCONELLO, A. M; KOLLER, S. H; Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: Koller, S. H. (Org.) *Ecologia do Desenvolvimento Humano Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004 p. 267-292.

CECCONELLO, A. M; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; Práticas Educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num. Esp., p. 45-54, 2003.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Relatório CREAS 2008*. Rio Grande, 2008.

COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M.; M. A.; RIBEIRO, M. A. & PENSO, M. A. Grupo Multifamiliar: Espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.14, n.1, p.21-30, jan/mar. 2009.

DAVIDSON, J. O.; TAYLOR, J. S. Infância, turismo sexual e violência: retórica e realidade. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 119-136.

DE ANTONI, C.; MESQUITA, F. & KOLLER, S. H. (1998). Perfil de meninas maltratadas: levantamentos de dados em uma Casa de passagem [Resumo]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (org.) Anais do II Congresso de psicologia do Desenvolvimento (p.46). Gramado, RS: SBPD

DE ANTONI, C.; MEDEIROS, F.; HOPPE, M. W. & KOLLER, S. H. Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, v. 2, n. 1, p. 81-85, 1999.

DE ANTONI, C.; YUNES, M. A. M., HABIGZANG, L. F.; & KOLLER, S. H. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães das vítimas. Artigo submetido para publicação na revista Estudos de Psicologia da PUC/Campinas.

DOBKE, V. *Abuso Sexual: A Inquirição das Crianças – Uma Abordagem Multidisciplinar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

FALEIROS, E. *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des) caminhos da denúncia*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

FALEIROS, E. T. S.; COSTA, O. F. (orgs). Relatório da oficina de políticas públicas de estratégias contra a exploração sexual intra-familiar de crianças e adolescentes. Brasília, Ministério da justiça – CECRIA, 1998, p. 58.

FUKS, L. B. Abuso sexual de niños em la família: líneas actuales de investigación. In: VOLNOVICH, J.R. (comp.) *Abuso sexual em la infância*. Buenos Aires: Lúmen, 2002. p. 15-37.

FURNISS, T. *Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Multidisciplinar, Manejo, Terapia e Intervenção Legal Integrados*. Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GARBARINO, J.; ABRAMOWITZ, R. H. Sociocultural risk and opportunity. In: GARBARINO, James (ed.). *Children and families in the social environment*. 2.ed. New York: Aldine de Gruyter, 1992. p. 35-70.

GAUDERER, C. *Crianças, adolescentes e nós – guia prático para pais, adolescentes e profissionais*. 2 ed. RJ: revinter, 1998.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; SILVA, M. M. A.; MALTA, D. C.; MASCARENHAS, M. D M.; COSTA, V. C.; MATOS, S. G.; NETO, O. L. M.; MONTEIRO, R. A.; CARVALHO, C. G.; MAGALHÃES, M. L. A proposta da rede de serviços sentinela como estratégia da vigilância de violências e acidentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11(Sup): p. 1269-1278, 2007.

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M. & HOENISCH, J. C. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: M. Strey, M. Azambuja & F. Jaeger (Orgs). *Violência, gênero e políticas públicas*, (Vol. II) Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 177-194.

HABIGZANG, L. F.; STROECHER, F.; CORTE, F. C.; HATZENBERGER, R.; CUNHA, R. C.; RAMOS, M.; KOLLER, S. H. Integrando os cuidadores, a rede e os terapeutas: potencializando a melhora clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 263-274.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso Sexual Infantil e Dinâmica familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. *Psicologia: Terapia e Pesquisa*, vol. 21, n.3, 2005.

IBGE – A família brasileira. Disponível em: www.ibgeteen.htm

JULIANO, M. C. C. (2005) *A Influência da Ecologia dos Ambientes de Atendimento no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Abridados*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

KOLLER, S. H., & De Antoni, C. Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In: KOLLER, S. H. (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 311-335.

LEAL, M. L., & LEAL, F. Tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas no Brasil. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 97-106.

LIBÓRIO, R. M. C. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Dez 2008, vol.18, n.3, p.413-420.

LIMA, C. M. (2007) *Infância ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *A Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro, Ibama, 2005.

MACCOBY, E. MARTINS, J. Socialization in the contexto of the family: Parent-child interaction. *Handbook of child psychology*, v.4, p. 1-111, 1983.

MARQUES, M. S.; MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: Implicações no atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o cuidado com o profissional. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 247-261.

MARTINS, M. O cenário familiar. In: Maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: perfil da situação no Estado do Rio Grande do Sul. 1998.

MELLO, Marco. *Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto*. Porto Alegre: Ed. Ísis; IPPOA – Instituto Popular Diário – Pesquisa e Acessoria em Educação Popular, 2005.

MINAYO, M. C. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1994, vol. 10, 1, p. 7-18.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Serviço de Enfrentamento à violência ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Antigo Serviço Sentinela)* Disponível em: www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/servicos-de-enfrentamento-a-violencia-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-antigo-pregrama-sentinela

MIRANDA, A. T.; YUNES, M. A. M. O ato da denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 167-190.

MORAES, R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir nos discursos. In: GALIAZZI, Maria do Carmo & FREITAS, José Vicente de. *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

NARVAZ, G. M; Koller, S. H. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In: KOLLER, S. H. (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 51-65.

PADILHA, C. M. P.; SANTOS E. C. O caminhoneiro e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 137-146.

PIETRO, A. T.; YUNES, M. A. M. Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes. *Âmbito Jurídico*, v. 58, p. 1-10, 2008.

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto- Juvenil. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P. P. MOURA, A.; POLETTO, M.; KOLLER, S. H. Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n.1, p. 160-169, 2008.

REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. Coleção Primeiros Passos - São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.

RODRIGO, M. J. MAÍQUES, M.; MARTÍN, J. C.; BYRNE, S. *Preservación Familiar: un enfoque positivo para la intervención con familias*. Ediciones Pirámide: Madrid, 2008.

RODRIGO, M. J., RODRÍGUEZ, A.; MARRERO, J. *Las teorías implícitas: Una aproximación al conocimiento cotidiano*. Madrid: Visor, 1993.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D.; Multigeracionalidade da violência: Um estudo sobre mães de meninas vítimas de abuso sexual. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 191-211.

SANTOS, B. C., SILVA, J. A.; MARTINS, M. S.; ZANCHET, O. *Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar*. São Leopoldo: Com-texto Gráfica e Editora, 1998.

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Paulo: ed. Rima, 2003.

SERAFIM, A. P.; SAFFI, F.; RIGONATTI, S. P.; CASOY, I.; BARROS, D M.; Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. In: *Revista de Psiquiatria Clínica, USP*, São Paulo, v.36, n. 3, p.101-111, 2009.

SILVA, E. C. O agressor em pauta: fortalecimento de medidas de prevenção à violência sexual. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; Renata Coimbra Libório. (Org.). *Tráfico de pessoas e Violência sexual*. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2007, p. 213-228.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. Trad. de E.M.B. Rocha São Paulo: Martins Fontes, 1965/2000.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA. P.; JUNIOR. L. A. F.; (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*. v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TRINDADE, J. *Delinqüência Juvenil: uma abordagem transdisciplinar*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 1996.

VENDRUSCOLO, T. S., FERRIANI, M. G. C., SILVA. M. A. As Políticas Públicas de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Doméstica. *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 15, n. Especial, setembro-outubro, 2007.

www.naobataeduque.org.br

YUNES, M. A. M., GARCIA, N. F., ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Grounded-Theory & Entrevista Reflexiva: uma associação de estratégias qualitativas para a compreensão da resiliência em famílias. In: *Métodos e Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental/orgs*. Maria do Carmo Galiazzi, José Vicente de Freitas-Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

YUNES, M. A. M., MENDES, N. F., ALBUQUERQUE, B. M. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. *Texto contexto – enfermagem*, v. 14, n. esp., p. 24-31, 2005.

YUNES, M. A. M., MENDES, N. F.; ALBUQUERQUE, B. M. As interações entre os agentes comunitários de saúde e famílias monoparentais pobres: percepções e crenças sobre resiliência. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 3, n. especial, p.12-15, 2004.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

YUNES, M. A., ARRIECHE, M.R. & TAVARES, M. F. Meninos (as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: vida na rua e vida na instituição, *Momento*, Rio Grande, v. 10, p. 131-142, 2001.

YUNES, M. A. M. *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: ANÁLISE BIOECOLÓGICA DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Natureza da Pesquisa:

Este trabalho tem como objetivo pesquisar o atendimento do CREAS às famílias vítimas de abuso sexual, as percepções e interações dos trabalhadores e as famílias atendidas e assim contribuir para a melhoria do serviço oferecido a esta população.

Responsabilidade da pesquisa:

Beatriz Mello de Albuquerque – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG, sob a orientação da professora Dr^a. Maria Angela Mattar Yunes.

Participação na pesquisa:

Solicitamos sua permissão para observar as interações e atendimentos em diferentes situações e horários e entrevistar os técnicos e algumas famílias atendidas neste Serviço.

Confiabilidade:

Todas as informações obtidas nestas entrevistas são anônimas. No relatório dos resultados de pesquisa, os participantes serão identificados por nomes fictícios. Todas as informações que possam levar a identificação serão omitidas. No final do trabalho, uma cópia dos resultados obtidos, será encaminhada para o conhecimento dos participantes.

Benefícios:

Esperamos que esta pesquisa apresente informações importantes sobre as relações e interações entre os trabalhadores do CREAS e as famílias atendidas. Com isso, pretende-se propor estratégias de intervenção que possam garantir a melhoria na qualidade de atendimento psicoeducacional que leve em consideração as prioridades e necessidades dos envolvidos.

Coordenadora do CREAS no município de Rio Grande

Local e Data-Assinatura

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo vem solicitar sua colaboração através de entrevistas gravadas e que posteriormente serão transcritas na íntegra, permanecendo sua identidade reservada. A pesquisa será desenvolvida pela mestranda em Educação Ambiental Beatriz Mello de Albuquerque, tendo como objetivo investigar o atendimento do CREAS às famílias vítimas de abuso sexual, as percepções e interações dos trabalhadores e as famílias atendidas, contribuindo assim para a melhoria do serviço oferecido a esta população.

Tendo certeza de sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente

Prof.^a Dr.^a Maria Angela Mattar Yunes

Eu me comprometo a utilizar estas entrevistas para fins acadêmicos e não divulgar sua identidade.

Mestranda Beatriz Mello de Albuquerque

Eu aceito colaborar com a realização da pesquisa de livre e espontânea vontade.

Assistente Social do CREAS

Em caso de dúvida entrar em contato:

Maria Angela Mattar Yunes

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Menina de Rua

Telefone: 32336896

Endereço: Av. Itália Km 8, Campus Carreiros, Rio Grande/RS.

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo vem solicitar sua colaboração através de entrevistas gravadas e que posteriormente serão transcritas na íntegra, permanecendo sua identidade reservada. A pesquisa será desenvolvida pela mestranda em Educação Ambiental Beatriz Mello de Albuquerque, tendo como o objetivo investigar o atendimento do CREAS às famílias vítimas de abuso sexual, as percepções e interações dos trabalhadores e as famílias atendidas, contribuindo assim para a melhoria do serviço oferecido a esta população.

Tendo certeza de sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente

Prof^a. Dr^a. Maria Angela Mattar Yunes

Eu me comprometo a utilizar estas entrevistas para fins acadêmicos e não divulgar sua identidade.

Mestranda Beatriz Mello de Albuquerque

Eu aceito colaborar com a realização da pesquisa de livre e espontânea vontade.

Psicóloga do CREAS

Em caso de dúvida entrar em contato:

Maria Angela Mattar Yunes

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Menina de Rua

Telefone: 32336896

Endereço: Av. Itália Km 8, Campus Carreiros, Rio Grande/RS.

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo vem solicitar sua colaboração através de entrevistas gravadas e que posteriormente serão transcritas na íntegra, permanecendo sua identidade reservada. A pesquisa será desenvolvida pela mestranda em Educação Ambiental Beatriz Mello de Albuquerque, como objetivo investigar o atendimento do CREAS às famílias vítimas de abuso sexual, as percepções e interações dos trabalhadores e as famílias atendidas, contribuindo assim para a melhoria do serviço oferecido a esta população.

Tendo certeza de sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente

Prof^a. Dr^a. Maria Angela Mattar Yunes

Eu me comprometo a utilizar estas entrevistas para fins acadêmicos e não divulgar sua identidade.

Mestranda Beatriz Mello de Albuquerque

Eu aceito colaborar com a realização da pesquisa de livre e espontânea vontade.

Consentimento do representante da família participante da pesquisa

Em caso de dúvida entrar em contato:

Maria Angela Mattar Yunes

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Menina de Rua

Telefone: 32336896

Endereço: Av. Itália Km 8, Campus Carreiros, Rio Grande/RS.

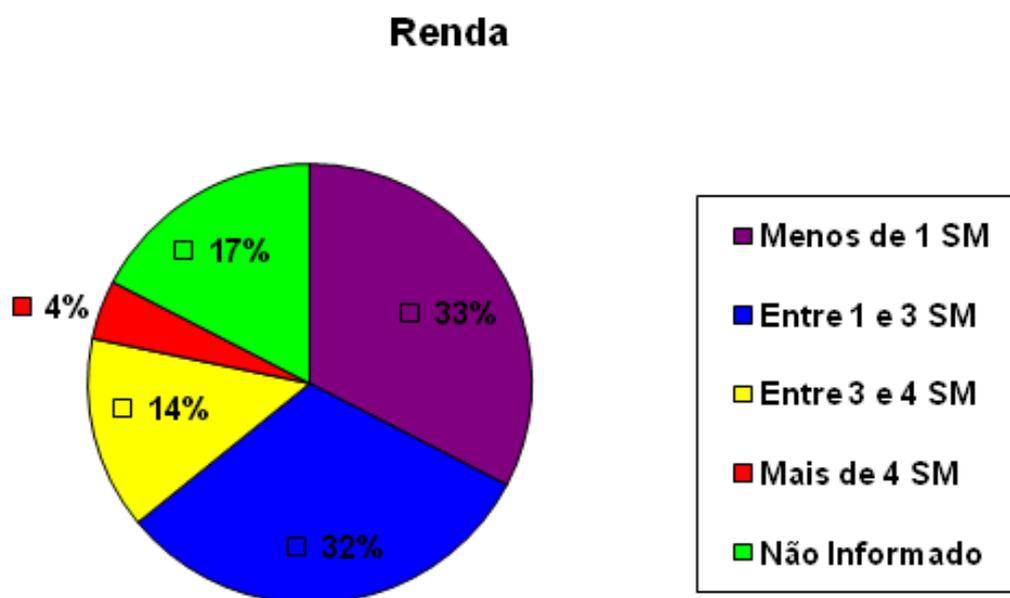
ANEXO E- ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS

- 1) Como são as famílias atendidas pelo Serviço Sentinela? Fale-me sobre elas.
- 2) Na tua opinião qual/quais a(s) causa(s) da violência sofrida por estas crianças e adolescentes?
- 3) Quais são os fatores/situações de risco a que estão submetidos estas crianças e adolescentes?
- 4) Usualmente, como são as casas, o ambiente em que moram?
- 5) Descreva a criança/adolescente vítima da violência sexual:
- 6) Fale-me sobre o agressor (es):
- 7) Como são ou que sabes das práticas parentais (dos pais) das crianças e dos adolescentes?
- 8) Como são ou como percebes as relações da família com a comunidade ou outros ambientes?
- 9) Como percebes o teu papel neste Serviço?
- 10) Como percebes os resultados do teu trabalho neste Serviço?
- 11) Comentários e observações adicionais que gostarias de fazer sobre o serviço.

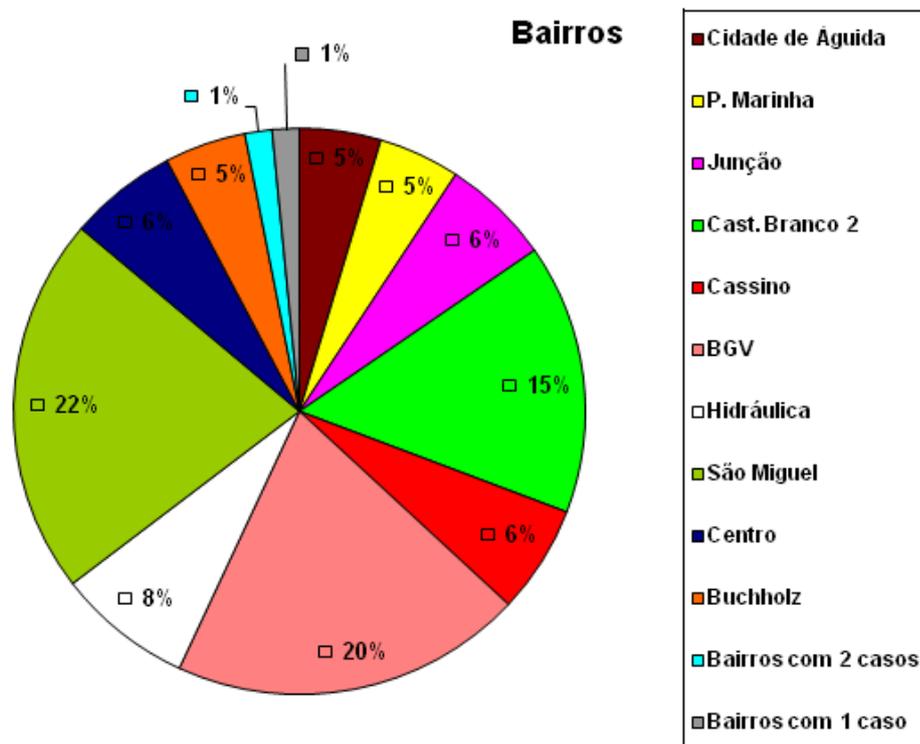
ANEXO G – ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS

- 1) Grau de parentesco com a criança em tratamento/atendimento?
- 2) Há quanto tempo a família (crianças/adolescentes) está em atendimento/tratamento?
- 3) Quantas crianças/adolescentes estão em atendimento em tua família?
- 4) Já tinhas ouvido falar no Serviço Sentinela antes? O que sabias?
- 5) Como ficastes sabendo deste serviço?
- 6) Que órgão fez o encaminhamento ao serviço?
- 7) Passastes por atendimento em algum outro local? Como foi isso? Descreve?
- 8) Como te sentes a respeito deste serviço? O que pensas?
- 9) Como são as consultas com os cuidadores? Fale-me sobre isso....
- 10) Como são as reuniões c/ os cuidadores? Fale-me sobre isso...
- 11) Como é para a criança/adolescente vir ao atendimento? Como ele/ela se sente, reage, se comporta quando é dia de atendimento?
- 12) Como é para Ti, ter que vir ao atendimento?
- 13) Na tua opinião quais os aspectos positivos deste serviço?
- 14) Na tua opinião quais os aspectos negativos deste serviço?
- 15) O que tu gostarias de mudar?
- 16) Comenta o que mais poderias me contar sobre a forma de atendimento que vens recebendo?

ANEXO H- FIGURA 1 RENDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO

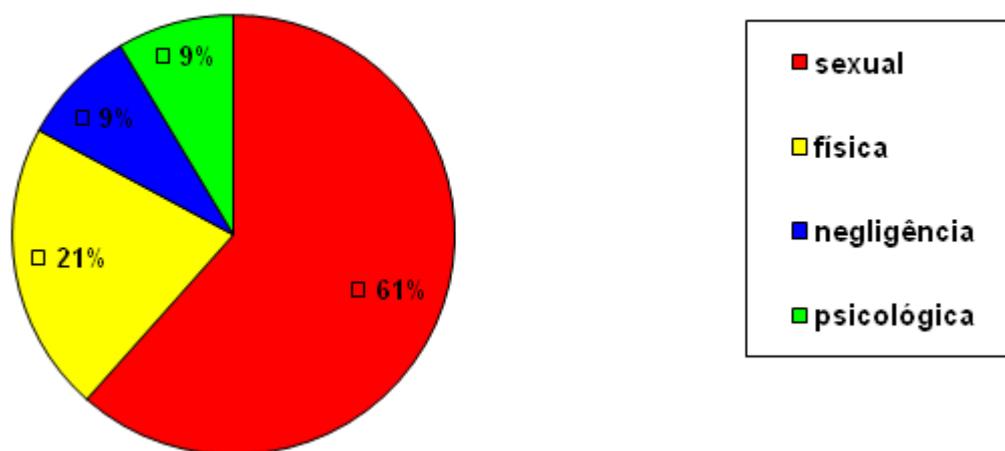


ANEXO I – FIGURA 2 BAIROS DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SERVIÇO



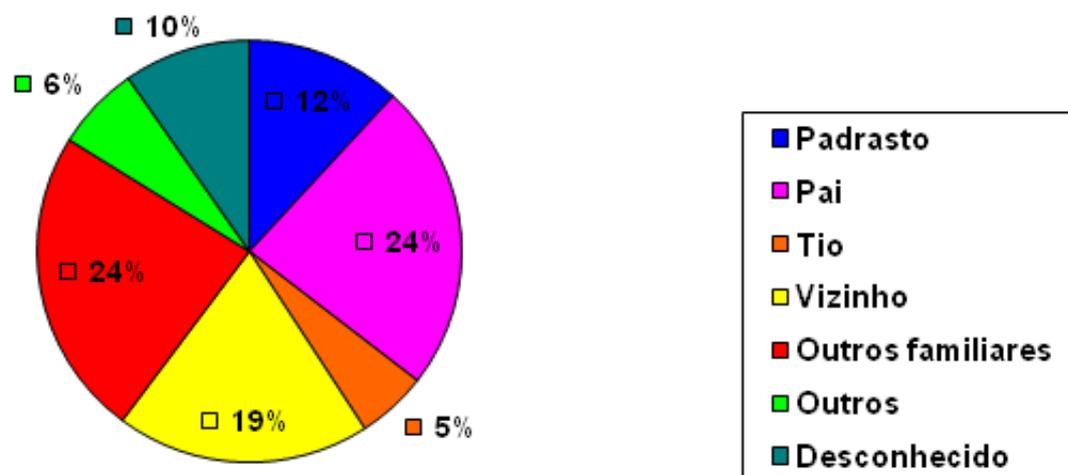
ANEXO J- FIGURA 3 TIPOS DE VIOLÊNCIA MAIS FREQUENTE NO SERVIÇO

Tipos de Violência

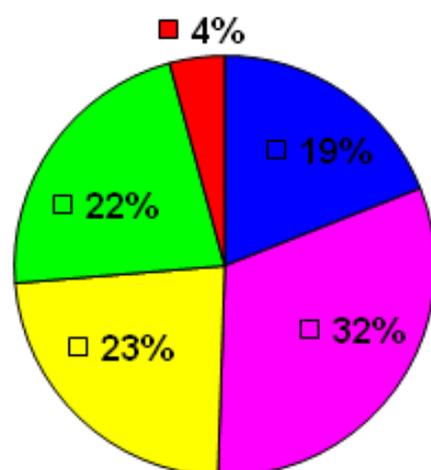


ANEXO K- FIGURA 4 ABUSADOR

Abusador



ANEXO L- FIGURA 5 IDADE

Idade

ANEXO M- FIGURA 6 COR DA PELE

Raça